

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

JAQUELINI APARECIDA SILVA CORRÊA

A REPRESENTAÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA DO FEMININO EM CRÔNICAS DE
MARINA COLASANTI

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO – SP

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

JAQUELINI APARECIDA SILVA CORRÊA

A REPRESENTAÇÃO TEXTUAL-DISCURSIVA DO FEMININO EM CRÔNICAS DE
MARINA COLASANTI

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa sob a orientação da Prof^a Dr^a Regina Célia Pagliuchi da Silveira.

SÃO PAULO

2015

BANCA EXAMINADORA

À meus pais, José Rosa Silva Jr. e Adolfinia Braga da Silva, que mesmo não estando nesse plano físico, continuam a acompanhar, apoiar e abençoar meus passos. Sem eles nada disso seria possível, então dizer muito obrigada é muito pouco. Saudade eterna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu *Alfa* e meu *Ômega*, por não me deixar esmorecer. Nas muitas vezes que senti meu corpo fraquejar e a minha alma se abater, Ele esteve ao meu lado, me erguendo e me dando forças para continuar. “*Portanto Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória perpetuamente! Amém*”. (Romanos 11:35).

Agradecimento especial à minha orientadora Prof^a Dr^a Regina Célia Pagliuchi da Silveira por me permitir beber da fonte de seus conhecimentos, o que possibilitou não somente a concretização desse trabalho, mas, e, acima de tudo, contribuiu grandemente para o meu enriquecimento pessoal e profissional.

Minha eterna gratidão aos meus pais, que mesmo não estando presentes fisicamente nesse plano existencial, continuam a olhar por mim, abençoando e protegendo minha jornada.

À minha família, meu marido Janil, meu filho Luiz André e minha filha Ana Elisa pelos constantes incentivos ao meu crescimento. Vocês me ensinaram que existe uma razão para continuar. Juntos aprendemos que lar não é onde estamos, mas onde o nosso coração está, por isso, mesmo estando geograficamente separados, nosso lar nunca se desfará.

Aos amigos, com quem tive o prazer de conviver nessa jornada rumo a um novo saber. Em especial às amigas, Wemylla, Ir.Vânia, Maria Luiza e Marta, com quem compartilhei momentos de dor e alegria, muito obrigada pela força, pelo companheirismo e, principalmente, pelo ombro amigo.

À secretária do departamento, Maria de Lourdes Scaglione, pela atenção, prontidão e apreço, com que atende a todos.

Ao Prof^o Dr^o Flávio Biasutti Valadares pela amizade e força que sempre estiveram presentes nos momentos de incerteza e também por sua grande contribuição e pelos apontamentos imprescindíveis em minha qualificação.

À Profª Jeni Silva Turazza pelos importantes apontamentos que tanto enriqueceram essa dissertação.

Aos professores do Programa de Estudos de Pós-graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica por compartilharem conosco seus conhecimentos. Meu especial obrigado ao Profº Drº Luiz Antonio Ferreira por sua presteza e atenção.

À Marina Colasanti, que mesmo sem saber, foi a inspiração para essa pesquisa.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Simone de Beauvoir

A representação textual-discursiva do feminino em crônicas de Marina Colasanti

Corrêa, Jaqueline Aparecida Silva.

RESUMO: Esta dissertação está situada na linha de pesquisa texto e discurso nas modalidades oral e escrita do programa de estudos pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. Está fundamentada na Análise Crítica do Discurso, com vertente sociocognitiva e na Linguística Textual-Discursiva. Tem por tema as formas de representação do feminino em crônicas escritas por Marina Colasanti a partir da inter-relação entre as categorias sociedade, cognição e discurso. O objetivo geral é: contribuir com os estudos linguístico-discursivos do gênero feminino no Brasil. São objetivos específicos: 1) Identificar os papéis sociais do gênero feminino em crônicas de Marina Colasanti; 2) Verificar a opinião da cronista frente os valores atribuídos ao feminino, conforme as cognições sociais; 3) Situar a representação do feminino na estrutura argumentativa da opinião da cronista; 4) Tratar das sequências narrativas e a representação do feminino. O procedimento metodológico é teórico-analítico, com análise qualitativa de material documental. Trata-se de uma pesquisa multidisciplinar hierarquizada pelas ciências da cognição. Para bem situar o processo de constituição da dissertação, parte-se das fundamentações teóricas da linguística textual discursiva e da Análise Crítica do Discurso com vertente sociocognitiva. As categorias analíticas são: sociedade, discurso e cognição. O *corpus* foi constituído por crônicas de Marina Colasanti analisada a partir de temas e sua progressão semântica para a representação dos papéis sociais do feminino na sociedade brasileira. Os resultados obtidos indicam que as representações do feminino em crônicas de Marina Colasanti são paradoxais, pois confrontam as cognições sociais (ideologia machista), com a opinião da cronista (ideologia feminina). Em síntese, esses resultados indicam uma mudança na sociedade brasileira, nas décadas de setenta e oitenta, decorrente do aparecimento da pílula anticoncepcional e da profissionalização da mulher, no Brasil.

Palavras-chave: Sociedade-Cognição-Discurso, Feminino-Feminismo, Crônicas, Marina Colasanti, Análise Crítica do Discurso.

The textual-discursive representation of feminine in Marina Colasanti's chronicles.

Corrêa, Jaqueline Aparecida Silva

ABSTRACT: This thesis is situated in the research area of text and discourse in oral and written modalities of the postgraduate studies program in Portuguese Language of the PUC-SP. It is based on the Critical Discourse Analysis with socio-cognitive aspects and in the Textual-Discursive Linguistic. The thesis has as theme the different forms of representation of feminine in Marina Colasanti's chronicles having as a starting point the relationship between the categories: society, cognition and discourse. The general purpose of this thesis is to contribute to the linguistic-discourse studies of feminine gender in Brazil. It has specific objectives as: 1) to identify the social roles of feminine in Marina Colasanti's chronicles; 2) to verify the opinion of the chronicler regarding the values attributed to the female; according to the social cognition; 3) to situate the feminine gender representations in the argumentative structure of the opinion of the chronicler. 4) to identify in the narrative textual sequences the way the feminine is represented. The methodological procedure used is theoretical and analytical with qualitative analysis of documentary material. This is a multidisciplinary research ranked by the cognition sciences. For a good understanding of the process of this thesis, should be mentioned the fact that it is based on the theoretical foundations of Discursive-Textual Linguistics and Critical Discourse Analysis with socio-cognitive aspects. The analytical categories are: society, discourse and cognition. The *corpus* consisted of the Marina Colasanti's chronicles that were analyzed from the themes, and their semantic progression for the representation of feminine's social roles in Brazilian society. The results indicate that female representations in Marina Colasanti's chronicles are paradoxical because confront the social cognitions (macho ideology), with the view of the chronicler (feminist ideology). To sum up, these results indicate a change in Brazilian society, in the seventies and eighties, due to the emergence of the contraceptive pill and the professionalization of women in Brazil.

Key words: Society-Cognition-Discourse, feminine-Feminist, Chronicles, Marina Colasanti, Critical Discourse Analysis.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – Fundamentação Teórica	18
1.1 Linguística textual discursiva.	18
1.1.1 O texto e o processamento da informação.	24
1.1.2 Base de texto – microestrutura – macroestrutura e superestrutura.	27
1.1.3 Estrutura argumentativa.	29
1.1.4 Os esquemas mentais e conceituais.	31
1.1.5 O texto opinativo.	32
1.1.6 Fundamentos da argumentação sob a perspectiva da linguística.	34
1.2 A Análise do Discurso – AD: algumas considerações.	35
1.2.1 O intertexto.	38
1.2.2 Análise do Discurso com Visão Crítica – Vertente Sociocognitiva.	39
1.3 Linguística Textual-Discursiva.	42
1.3.1 As sequências e períodos como unidades composicionais.	46
1.3.1.1 Sequência Descritiva ou Expositiva.	47
1.3.1.2 Sequência Narrativa.	49
1.3.1.3 Sequência Argumentativa.	51
1.3.1.4 Sequência Dialogal.	53
1.3.1.5 Sequência Explicativa.	55
1.3.2 As incrustações sequenciais.	55
CAPÍTULO II – Desvendando a Crônica	57
2.1 Visão etimológica.	57
2.2 Visão histórica.	58

2.3	A crônica no Brasil.	61
2.4	A crônica do cotidiano.	66
2.5	Categorias de composição.	69
2.6	Organização textual da opinião do cronista – Argumentação.	72
CAPÍTULO III – Feminino e Feminismo – da questão da mulher à questão do gênero.		77
3.1	A parte que pertence à história.	77
3.2	As brasileiras não fogem da raia.	81
3.3	Gênero: uma questão de consciência e não de existência.	85
3.4	A escrita na construção da identidade feminina.	88
3.5	As escritoras brasileiras e a literatura feminina.	91
3.6	Marina, Menina, Mulher.	96
CAPÍTULO IV – Resultados obtidos das análises em crônicas de Marina Colasanti.		102
4.1	Crônica 01- Contra o “direito” masculino de trair.	105
4.2	Crônica 02 - “Mãe, que trabalha fora não precisa ter filho problema não.	122
4.3	Crônica 03 - Esta complicada historia de ter que fazer concessões.	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.		147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.		153
ANEXOS.		164

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa texto e discurso nas modalidades oral e escrita do Programa de Estudos Pós-Graduados em língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC- SP. Trata-se de uma pesquisa multidisciplinar que abrange fundamentos da Linguística Textual e da Análise Crítica do Discurso (ACD) ¹ com vertente sociocognitiva.

Temos por tema as formas de representação do feminino em crônicas escritas por Marina Colasanti a partir da inter-relação entre as categorias sociedade, cognição e discurso. Esta inter-relação constitui um importante instrumento para a análise do discurso, posto que, leva em consideração as representações mentais construídas e compartilhadas socialmente por meio das interações verbais. Entende-se que a sociedade é formada por diferentes grupos sociais e estes se definem por uma reunião de pessoas que tem os mesmos objetivos, interesses e propósitos para focalizar os eventos do mundo. As formas de conhecimento têm natureza memorial e resultam da inter-relação de conhecimentos sociais e experiências individuais, de forma a construir conhecimentos avaliativos que são crenças. Segundo a ACD há uma dialética entre o social e o individual, assim, tem-se por pressuposto que nas crônicas de Marina Colasanti, há um guia social para representação ideológica do feminino que está inter-relacionado com a posição avaliativa individual da cronista.

A ACD é concebida como uma ciência comprometida com as ciências sociais e cognitivas; todavia, é importante entender que há diferentes vertentes para se analisar o discurso de forma crítica e entre elas está a vertente sócio-cognitiva engendrada pelo holandês Teun van Dijk, cuja linha de análise seguiremos nesta dissertação. A vertente sociocognitiva da ACD objetiva tratar a ação coletiva/individual no processo de (re) construção do conhecimento, das ideologias, das crenças e das atitudes. Para isso, considera as propriedades cognitivas como resultantes de ações intersubjetivas, construídas na interação social.

Embora haja diferentes vertentes, todas elas postulam uma dialética entre o social e o individual, isto é, o social guia o individual e este progressivamente modifica o social.

¹ Nesta dissertação, ACD abrevia Análise Crítica do Discurso.

Desse modo, na visão de van Dijk (1997), ao se fazer uma análise do discurso crítica é de suma importância que seja considerada a inter-relação das categorias analíticas discurso-cognição-sociedade, visto que, cada uma se define pela outra. Assim, não é possível dar conta dos aspectos cognitivos sem compreender os conhecimentos e crenças adquiridos e repassados discursivamente, em contextos sociais. O autor salienta ainda que qualquer tentativa de excluir um desses aspectos irá resultar em uma análise reducionista, posto que, esses três elementos são interdependentes.

A Cognição é a propriedade que opera na interface entre sociedade e realizações discursiva. Engloba o conjunto de formas de conhecimentos sociais, os quais compõem o marco das cognições sociais de cada grupo e opera como componente avaliativo. As cognições sociais são compostas por três diferentes sistemas: os conhecimentos da língua, os conhecimentos do mundo e os conhecimentos interacionais. A sociedade é entendida como o conjunto de grupos sociais, sendo cada qual definido como a reunião de pessoas que possuem os mesmos objetivos, propósitos e interesse, pois focalizam as coisas do mundo da mesma forma, isto é, tem o mesmo ponto de vista. Sendo assim, cada grupo social tem seu próprio marco de cognições sociais; por essa razão, os grupos estão constantemente em conflitos.

O Discurso é entendido como uma prática de interação social comunicativa convencionalizada e que é definida por seus participantes, funções e ações. Assim, cada participante representa seu papel social transformando a prática discursiva em uma atividade sócio-cognitiva-interacional. Todas as formas de conhecimento são construídas no e pelo discurso e se materializam por meio dos textos. Desse modo, o texto é visto tanto como processo de natureza memorial para a construção de sentidos quanto como um produto linguístico por meio do qual são representadas em língua as formas de conhecimento que são guiadas pelas intenções do autor.

No que se refere à Linguística Textual essa dissertação apoia-se em van Dijk (1978) e van Dijk e Kintsch (1983) cujos estudos contribuem para uma tipologia textual, ou seja, os textos são formalizados por esquemas mentais textuais armazenados na memória social de longo prazo dos indivíduos no sistema interacional, designados superestruturas. Nesse sentido, van Dijk postula que os tipos textuais são convencionalizados socialmente e servem de base para a formação do discurso. Os esquemas textuais definem-se a partir das categorias textuais e suas regras de

ordenação e são processados pelo interlocutor por meio das informações que se encontram na superfície do texto produto.

A construção do esquema textual é feita socialmente, pela seleção de categorias textuais, que são convencionadas por uma ordenação típica, podendo ocorrer uma mesma categoria de texto em diferentes superestruturas.

Nesta dissertação focalizaremos o gênero textual da crônica do cotidiano. Segundo Silveira (2000) apesar de ter raízes europeias, no Brasil modifica-se em um gênero tipicamente brasileiro, tornando-se um texto opinativo, constituído pelo ponto de vista do cronista com uma estrutura argumentativa: premissa, hipótese, justificativa e conclusão.

Paralelamente à Linguística de texto é desenvolvida a Linguística do Discurso que tem por objeto de análise a construção dos sentidos a partir da relação texto e contexto de produção focalizando o tempo e o espaço além dos participantes discursivos.

Adam (2011) discute a separação da Linguística de Texto em relação à Linguística do Discurso e propõe uma interseção entre elas para tratar de gêneros textuais discursivos. Para tanto, postula a teoria das sequências textuais e a maneira pela qual elas são selecionadas e incrustadas entre si.

Um gênero textual é visto pelo autor como um texto em uso efetivo em um grupo social, a fim de se obter a interação sociocomunicativa. Sendo assim, os gêneros textuais são dinâmicos e resultam da intersecção de níveis do discurso com os níveis do texto a partir de um macro ato de fala.

Esta dissertação tem por tema as formas de representação do feminino em crônicas de Marina Colasanti. Temos como pressuposto que as crônicas do cotidiano, escritas por Marina Colasanti, são textos opinativos guiados pelas cognições sociais para representação ideológica do feminino, mas modificados pela avaliação individual da cronista. Nossa pesquisa pretende identificar como essa inter-relação do social com o individual se processa na representação do feminino pela cronista.

Temos por objetivo geral contribuir com os estudos linguísticos discursivos do feminino no Brasil. São objetivos específicos:

- 1) Identificar os papéis sociais do gênero feminino em crônicas de Marina Colasanti;
- 2) Verificar a opinião da cronista frente os valores atribuídos ao feminino, conforme as cognições sociais;
- 3) Situar a representação do feminino na estrutura argumentativa da opinião da cronista;
- 4) Tratar das sequências narrativas e a representação do feminino.

Esta pesquisa justifica-se, pois apesar de muitos progressos, (até mesmo na esfera criminal – “Lei Maria da Penha” -), já terem sido feito em relação à luta contra a discriminação da mulher na sociedade brasileira, nossas mulheres, ainda enfrentam no seu dia a dia uma grande carga discriminatória, que as impede de obter igualdade de direitos sociais.

Vale ressaltar, que apesar de a Lei Maria da Penha em seu artigo 2º postular que “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”, esses direitos ainda são, infelizmente, uma utopia para grande parte das mulheres brasileiras. Desse modo, no que se refere aos valores atribuídos à representação da mulher, faz-se necessário que ocorram muitas mudanças.

O material selecionado como *corpus* é parte de uma compilação de crônicas escritas por Marina Colasanti na década de 70 para revista Nova Cosmopolitan e que foram reeditadas no início da década de 80, como parte integrante dos livros: A Nova Mulher (1980) e Mulher daqui pra frente (1981).

A pesquisa realizada é qualitativa, com o procedimento metodológico teórico-analítico e segue os seguintes passos:

- 1) Seleção das crônicas e o agrupamento por temas.
- 2) Escolha das crônicas tendo por critério o tema selecionado.

O procedimento de análise privilegiará as seguintes categorias:

- O tema;
- Os papéis sociais do gênero feminino e os valores atribuídos a esses papéis;
- A opinião da cronista frente aos valores atribuídos ao feminino, conforme as cognições sociais;
- A estrutura argumentativa e a representação do feminino, conforme a opinião da cronista;
- Sequências narrativas e a representação do feminino.

Em síntese, a pesquisa busca identificar como os papéis femininos são representados sob a ótica de uma escritora, bem como, se existem pontos de similitude ou dessemelhanças da opinião da escritora com o(s) Marco(s) de Cognição Social (is) presentes na sociedade brasileira.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, a saber:

Capítulo I - Fundamentação Teórica.

Este capítulo apresenta os principais fundamentos que orientam a produção dessa dissertação. Sendo assim, apresenta bases da Linguística textual: texto produto/processo; processamento de informação; e esquemas textuais. Apresenta, também, bases teóricas da Linguística Textual-Discursiva a partir de sequências textuais e suas incrustações. Apresenta, ainda, considerações a respeito da Análise Crítica do Discurso, com vertente sociocognitiva.

Capítulo II – Desvendando o gênero crônica.

Este capítulo apresenta um breve percurso da história da crônica, desde sua gênese até os dias atuais, ressaltando as transformações ocorridas com o gênero “crônica”, até firmar-se como um gênero tipicamente brasileiro, construído a partir de um texto opinativo guiado pela intenção do autor.

Capítulo III – A representação do feminino e do feminismo.

A representação do feminino e do feminismo trata da jornada das mulheres em busca do reconhecimento do gênero, de seus papéis sociais e de seus direitos como cidadãs e construtoras da sociedade. Situa o desafio das escritoras, que apesar de todos os impropérios se empenham para construir, por meio do texto escrito, uma escrita genuinamente feminina. Finalizaremos com uma pequena amostra da biografia da escritora Marina Colasanti, por configurar uma das vozes de expressão do feminismo brasileiro.

Capítulo IV – Resultados Obtidos: a representação do feminino pela cronista Colasanti

Neste capítulo são apresentadas as análises de três crônicas selecionadas como exemplificação da obra de Marina Colasanti que enfatizam o papel do feminino na sociedade brasileira, seguido da discussão dos resultados obtidos.

Os temas selecionados são:

- A violência psicológica sofrida pelo gênero feminino em uma sociedade machista e patriarcal, que nega ao feminino o “direito” outorgado ao masculino.
- O preconceito social que marginaliza ideologicamente o feminino que atua profissionalmente e tem liberdade de escolha para sua vida.
- O preconceito que marginaliza o feminino considerando-o inferior ao masculino tanto como capacidade física quanto capacidade intelectual.
- O preconceito machista que extermina a vida feminina.
- O preconceito machista que marginaliza o feminino, impedindo-o de ter liberdade de decisões sobre o seu próprio corpo.

Os dois últimos temas não foram analisados neste capítulo, mas encontram-se em anexo no término desta dissertação. Estes cinco temas exemplificam o comprometimento da autora em retratar a “identidade feminina”, da mulher brasileira que, apesar, de ter sua voz abafada pelo poder ideológico machista da sociedade brasileira, segue em uma caminhada aguerrida rumo à construção de seu lugar na sociedade.

Capítulo 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta os principais fundamentos que orientam a produção dessa dissertação. Sendo assim, apresenta bases da Linguística textual: texto produto/processo; processamento de informação; e esquemas textuais. Apresenta, também, bases teóricas da Linguística Textual-Discursiva a partir de sequências textuais e suas incrustações. Apresenta, ainda, considerações a respeito da Análise Crítica do Discurso, com vertente sociocognitiva.

1.1 Linguística Textual

A Linguística Textual surge na Europa, mais especificamente na Alemanha, na década de 1960, como resultado de inquietações em torno das perspectivas teórico-metodológicas que tratavam o texto como uma sequência indefinida de frases, sendo as frases entendidas tanto pelos estruturalistas quanto pelos gerativistas como uma sequência abstrata de sintagmas nominais e sintagmas verbais fora do uso efetivo da língua.

De acordo com Silveira (1998), podemos afirmar que a Linguística Geral tem como objeto de estudo a linguagem, concebendo-a como uma capacidade que caracteriza todos os seres humanos para a comunicação. Segundo Varó 1990 (apud Silveira, 1998) os estudos linguísticos podem ser categorizados em três paradigmas: o estruturalista, o gerativo-transformacional e o pragmático (textual discursivo). Os dois primeiros pertencentes à Linguística da Frase buscam estudar a língua de uma forma ideal e abstrata; e, o último, do texto e do discurso, trata da língua em seu uso real.

Silveira aponta ainda que,

durante o estruturalismo linguístico, a linguagem concretiza-se na aquisição de uma língua, código ou sistema linguístico. Assim, os estruturalistas preocuparam-se em estudar as línguas e encontrar nelas evidências que pudessem servir para a descrição da estrutura geral da linguagem. SILVEIRA, (1998, p. 138).

Os estudos partilharam uma série de pressupostos, dentre eles o de que toda a língua é um sistema *sui generis*, isto é, um sistema homogêneo, e pode ser estudado sem considerar outros fatores que não sejam os puramente linguísticos. Trata-se de uma visão unidisciplinar inerente às estruturas de palavras e de frases. Nesse sentido, a língua é vista fora do seu uso, isto é, a língua é vista como um conjunto de diferenças e constâncias que definem um sistema abstrato de signos; estes são definidos como a relação convencionada socialmente de um significado com um significante.

A autora aponta ainda que esse tratamento dado à língua é derivado da dicotomia saussureana *langue* e *parole*, seguindo a qual,

a língua é o sistema homogêneo de relações que determina os valores semânticos e é conhecida por todos os seus usuários. A fala é o uso individual, variável da língua, e, por isso, fica marginalizada juntamente com todos os aspectos e elementos do ato comunicativo. SILVEIRA, (1998, p. 139).

Na fase gerativo-transformacional os estudos da linguagem progridem em relação à visão estruturalista, isto é, os linguistas gerativo-transformacionalistas buscam explicar a linguagem humana pela noção de produtividade.

Seguindo Chomsky, entendem eles que nunca ninguém diz o que já disse ou ouviu antes; contudo, há comunicação. Essa produtividade é explicada pelas noções de competência – conhecimento interiorizado que um falante tem de sua língua e desempenho, o seu uso; assim como as noções de estrutura superficial, a sequência linguística enunciada e estrutura profunda, de ordem semântica. Os gerativo-transformacionalistas, todavia, numa visão unidisciplinar, propuseram-se a buscar a gramática da competência (conjunto finito de regras capaz de gerar, transformar e superficializar um conjunto infinito de orações) de um falante ideal, permanecendo, assim, num plano abstrato por haverem desprezado a língua a língua em uso. Logo, para eles, o texto não é objeto de estudo por estar relacionado ao desempenho e suas estruturas de superfície são consideradas aceitáveis quando estão bem formadas gramaticalmente, segundo as regras gramaticais da competência linguísticas. SILVEIRA, (1998, p.139).

A autora salienta, ainda, que os estudos linguísticos frásticos, embora tenham propiciado tanto descrições estruturalistas inovadoras de sistemas abstratos de línguas, por meio da teoria dos níveis, quanto explicações gerativistas proveitosas, pela teoria dos componentes, não trataram da língua em seu uso, sendo, portanto, infrutíferos para explicar a diversidade de produção de sentidos por leitores de um mesmo texto-base. Diante dessa lacuna existente nos

estudos frasais, verificou-se a necessidade de diferenciar significados, relativos à língua, de sentidos produzidos pela interpretação do texto, visto que, os sentidos construídos por um leitor não poderiam ser reduzidos ao somatório de significados linguísticos de palavras e frases de um texto, pois há uma organização textual subjacente às estruturas de superfície do texto-produto enunciado que para ser esquadrinhado, exige o tratamento da língua em uso.

Para responder a essas questões, progressivamente, os estudos linguísticos passaram a diferenciar o texto-produto enunciado, do texto-processo, produção textual-discursiva; verificou-se que um texto precisa ter uma organização interna, co-textual, e uma discursiva externa, contextual, para a sua manifestação verbal. Estudar essas organizações implica em considerar que os indivíduos não constroem seus discursos em abstrato, fora de um lugar e de um tempo específico, isto é, independentemente de uma situação particular; é necessário que sejam considerados outros elementos, como: noção de sujeito, a natureza dos protagonistas do discurso, a situação deles no tempo e no espaço, o propósito da interação comunicativa, além dos estritamente linguísticos. Assim, como nos aponta Silveira 1998,

as pesquisas realizadas passaram a tratar de uma série de outros fatores, como os de tipo cognitivo, social, cultural e ideológico, que influenciam diretamente na produção de textos; esse tratamento exigiu inter, multi e transdisciplinariedade. Por conseguinte, os estudos da linguagem [...] enriqueceram-se com contribuições de diferentes disciplinas, por exemplo: as das ciências cognitivas, as das sociais, as das computacionais e as biológicas. SILVEIRA, (1998, P.141).

Silveira, apoiada em Denhière e Baudet (1992) ressalta que,

a hipótese básica dos estudiosos do processamento cognitivo das informações consiste em considerar que as características estruturais do texto (micro, macro e superestrutura) e da significação construídas pelos indivíduos, a partir do texto (base de texto), são determinadas tanto pela organização do domínio ao qual o texto se refere e pelas estruturas linguísticas superficializadas, quanto pelas operações cognitivas utilizadas pelo leitor para construir a sua representação do que está representado no texto e em qual domínio de representação. SILVEIRA, (1998, p.147).

Neste contexto, surge no final da década de setenta uma nova mudança paradigmática nos estudos linguísticos. Os estudiosos começam a elaborar uma teoria do texto, que, ao contrario das gramáticas textuais, propõe-se a investigar a constituição, o

funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso. Bentes (2001) aponta que, nesse momento,

adquire particular importância o tratamento dos textos no seu contexto pragmático, isto é, o âmbito das investigações se estende do texto ao contexto, este último entendido, de modo geral, como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos. Segundo Marcuschi (1998a), no final da década de setenta, a palavra de ordem não era mais a gramática de texto, mas a noção de textualidade, compreendida por Beaugrande como um “modo múltiplo de conexão ativado toda vez que ocorrem eventos comunicativos”. As mudanças ocorridas em relação às concepções de língua, [...] às concepções de texto, [...] e em relação aos objetivos a serem alcançados [...] fizeram com que se passasse a compreender a Linguística de Texto como uma disciplina essencialmente interdisciplinar, em função das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem. BENTES (2001, p.4).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, Linguística de texto passa a ser entendida como uma disciplina de caráter multidisciplinar, dinâmica, funcional e processual. Bonifácio e Maciel (2010) acrescentam que,

é importante ressaltar que essa fase da linguística textual se dá com uma nova concepção de língua, encarada agora, não mais como um sistema virtual autônomo, mas como um sistema real que ocorre em dados contextos de comunicação, e também com um conceito diferente de texto, não mais visto como algo pronto e acabado, e sim como um processo em construção. De forma que é possível notar que o objetivo nessa fase não mais a apreensão de regras subjacentes a um sistema abstrato, mas uma análise e possível explicação do texto em funcionamento. BONIFÁCIO e MACIEL, (2010, p.5).

No seu início, a Linguística Textual produz diferentes teorias que, embora, sejam fundamentadas em pressupostos básicos comuns, diferem-se conforme o enfoque predominante. Como apontado por Bonifacio & Maciel (2010, p. 11), temos que,

- Na concepção de Weinrich(1968) toda linguística é linguística do texto. Desta forma, seus trabalhos voltaram-se para a construção de uma macrossintaxe do discurso, com base no tratamento textual de categorias gramaticais como os artigos, os verbos, etc. utilizou como método heurístico a “partitura textual”, que consistia em unir a análise frasal por tipos de palavras e a estrutura sintática do texto num só modelo, como uma “partitura musical de duas vozes”. A seu ver o

texto é uma sequência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, de modo recíproco, constituem o contexto. Assim, o texto é “um andaime de determinações onde tudo se encontra interligado”, ou seja, uma estrutura determinada.

- Para Schmidt, (1973/1978) a textualidade é o modo de toda e qualquer comunicação transmitida por sinais, inclusive os linguísticos, preferindo a denominação Teoria de Texto a Linguística do Texto. Segundo esse autor, o texto é “qualquer expressão de um conjunto linguístico num ato de comunicação”.
- Petöfi (1974) a princípio voltou-se para construção de uma teoria semiótica dos textos verbais denominada de TeSWeST (Teoria da Estrutura do Texto – Estrutura do mundo). Esta teoria visava relacionar a estrutura de um texto com a interpretação extensional (em termos de mundos possíveis) do mundo (ou complexo de mundos) que é textualizado em um texto, implicando, assim, elementos com-textuais (externos ao texto) e cotextuais (internos ao texto). Atualmente, os interesses desse autor e de seu grupo estão direcionados à questão da compreensão/produção de textos.
- Givón (1979) e outros estudiosos filiados à linha americana da Análise do Discurso buscaram subsídios em pesquisas nas áreas da Psicologia da Cognição e da Inteligência Artificial, voltando seus estudos tanto para as formas de construção linguísticas do texto enquanto sequência de frases, quanto para a questão do processamento cognitivo do texto, que envolviam o estudo dos mecanismos e modelos cognitivos envolvidos nesse processamento.

- Beaugrande e Dressler (1983) voltaram seus estudos aos critérios ou padrões essenciais de textualidade e do processo cognitivo do texto, sendo centrados no texto os critérios de textualidade a coesão e a coerência, enquanto que a informatividade, a situacionalidade, a intertextualidade, a intencionalidade e a aceitabilidade são centrados nos usuários.
- Kintsch e van Dijk (1978, 1983), atuando na perspectiva da Linguística de texto, direcionaram seus trabalhos também para a questão da tipologia dos textos. Após verificarem como ocorrem as organizações textuais, concluíram que o texto é tipificado por sua superestrutura ou esquemas textuais que se organizam sintaticamente por categorias e regras de ordenação. A microestrutura diz respeito à coesão textual, ou seja, corresponde às representações semânticas (proposições) estabelecidas para as sentenças ou sequências de sentenças, que organizadas de fora, sequencialmente e coerentemente, é responsável pela coerência local do discurso. Já a macroestrutura de um texto é o conjunto de proposições que serve para estabelecer as relações explícitas e implícitas entre as proposições, dando sentido, unidade e coerência global ao texto.

Na visão de van Dijk (2004, p.30) a superestrutura nada mais é do que a estrutura hierárquica de categorias convencionais e, por ser convencionada na e pela sociedade, formula-se no uso efetivo da língua. Trata-se de uma sintaxe global que define categorias gerais esquemáticas das várias formas de discurso. Inicialmente van Dijk ateve-se às superestruturas narrativas, mais adiante, passou a examinar outros tipos de superestruturas, especialmente os da notícia jornalística.

Com o desenvolvimento da Linguística Textual outras bases teóricas são adicionadas. Assim, Bentes (2001, p, 268) acrescenta, que para a análise das condições de produção e de recepção dos textos dever se levar em consideração que:

- a) A produção textual é uma atividade verbal, isto é, os falantes ao produzirem um texto, estão praticando ações, atos de fala. Sempre que se interage por meio da língua, ocorre a produção de

enunciados dotados de certa força, que irão produzir no interlocutor determinados sentidos, mesmo que não sejam os esperados pelo locutor. Dijk (1972) assevera que, em um texto, apesar de se realizarem diversos tipos de atos (em uma carta, por exemplo, podem realizar-se atos de saudação, pergunta, asserção, solicitação, convite, despedida, entre outros), há sempre um objetivo principal a ser atingido, para o qual concorrem todos os demais. Segundo o autor O autor o objetivo principal a ser atingido é denominado “macroato” de fala, aquele que estaria ordenando os demais. Além disso, essas ações ou esses “macroatos” estão inseridos em contextos situacionais, sociocognitivos e culturais, a serviço de certos fins sociais.

- b) A produção textual é uma atividade verbal consciente, pois trata-se de uma atividade intencional, por meio da qual o falante dará a entender seus propósitos, sempre levando em conta as condições em que tal atividade é produzida; considera-se, dentro desta concepção, que o sujeito falante possui um papel ativo na mobilização de certos tipos de conhecimentos, de elementos linguísticos, de fatores pragmáticos e interacionais, ao produzir um texto. Em outras palavras, o sujeito sabe o que faz, como faz e com que propósitos o faz.
- c) A produção textual é uma atividade interacional, ou seja, os interlocutores estão obrigatoriamente, e de diversas maneiras, envolvidos nos processos de construção e compreensão de um texto.

Assim, temos que as tendências atuais convergem para o ponto de que um texto é um evento comunicativo, cuja produção está intimamente ligada às estratégias sociocognitivas e interacionais. Atualmente, a Linguística do Texto procura investigar as questões relacionadas ao processamento do texto, tanto no que diz respeito à expressão verbal quanto como processo de produção de sentido. A expressão verbal é entendida como produção linguística e, é resultado da enunciação, já o processo de produção de sentido, se caracteriza pelo processamento de informações, de natureza cognitiva, construído na Memória de trabalho, englobando tanto a Memória de curto Prazo quanto a de Médio e Longo Prazo.

1.1.1 O texto e o processamento da informação

Diferentes teorias abordam os processos de memória, porém, de forma geral, os estudos textuais voltados ao processamento cognitivo do texto mostram que entender a formação das memórias, significa entender a própria identidade, isto é, somos resultado daquilo que processamos e lembramos como formas de representações mentais. Nessa perspectiva, podemos

considerar que o texto produto é resultado de um processo de escolhas reais motivadas por preferências e valores, em resposta a perguntas que se faz do mundo, com base nas possibilidades que ele apresenta. As opções oferecidas influenciam não apenas o resultado das escolhas, como também a forma como ocorre a avaliação.

Por entender que o processo textual tem natureza cognitiva e está situado na inter-relação das diferentes memórias humanas, Kintsch e van Dijk (1983) concentraram suas pesquisas na Teoria da Memória por Armazéns, que distingue memória de curto, médio e de longo prazo.

A Memória de Curto Prazo é aquela que dá entrada às informações, sendo uma memória sensorial e quantitativa, possui o *Chunk*, uma unidade quantitativa que precisa ser esvaziada. Esse esvaziamento se dá com as informações sendo levadas para a Memória de Trabalho. Por se tratar de uma memória sensorial, essa entrada se realiza a partir da estruturação das informações em algum código semiótico que é captado por um dos sentidos humanos. No caso da informação linguística, para que haja uma interação comunicativa normal, os sentidos captadores são a audição e a visão.

A Memória de Curto prazo, em trabalho, expande as informações entradas e efetua a transformação das expressões linguísticas em sentidos secundários, ou seja, em proposições, a fim de possibilitar a produção de sentido por um interlocutor. Senso assim, opera com a quantidade de informações retida na Memória Sensorial, no *Chunk*. Quando este está sobrecarregado, a informação que vinha entrando fica perdida, sendo necessário que o *Chunk* seja esvaziado para que não haja perda de novas entradas. Recursivamente, os sentidos proposicionais secundários expandidos são transformados por uma redução semântica em sentidos mais globais.

O processamento dessas informações é realizado na Memória de Trabalho, a partir de inferências e da explicitação de implícito, de forma a transformar as palavras e frases, construídas em língua, em unidades de sentido, designadas proposições. Os sentidos menores, microproposições, são produzidos pelo leitor e compreendem um n-túpos de proposições, visto que, dependem das estratégias conhecidas e usadas pelo leitor. Essa produção de microproposições irá depender da maturidade do leitor.

As proposições da Memória de Médio Prazo são também sucessivamente modificadas, dependendo das proposições construídas pela memória de trabalho, pois sendo a base de texto semântica, essas proposições irão depender das estratégias conhecidas e utilizadas pelo leitor. Assim, o sujeito constrói suas proposições orientadas por uma hipótese de leitura, que são adequadas aos conhecimentos armazenados na Memória de Longo Prazo.

Na Memória de Longo Prazo os conhecimentos são armazenados em dois grandes armazéns: o armazém social, também chamado de memória semântica, e o armazém individual, também chamado de memória episódica.

No armazém social são guardadas as formas de conhecimentos construídas no e pelo discurso social, principalmente os discursos institucionalizados, como os que se dão na família, sociedade civil e estado. Já os armazéns individuais guardam as formas construídas a partir experiências pessoais do mundo. Tanto o armazém social quanto o armazém individual são construídos por sistemas de conhecimentos. De modo geral, os sistemas tratados pelos linguistas do texto são os de língua; o de conhecimento de mundo e de interação sócio-comunicativa.

O sistema de conhecimento de língua, tanto as formas linguísticas lexicais quanto as gramaticais dependem dos diferentes grupos sociais. De acordo com a sociolinguística, a variedade linguística existente de um grupo social para outro, é constituída por um conjunto de variações no uso da língua. Analisando por esse prisma é possível que um interlocutor com alto nível de escolaridade, ao ativar seus conhecimentos de língua na Memória de Longo Prazo, seja capaz de identificar se o locutor é de um grupo social de baixo nível de escolaridade, devido ao uso da variedade nativa, ou de alto nível de escolaridade, por ter conhecimentos de língua extragrupais.

Já o conhecimento de mundo, ou conhecimento enciclopédico, é construído de acordo com o guia cultural e ideológico de cada grupo social. Assim, o conhecimento de mundo abrange diferentes pontos de vista, sendo que cada ponto de vista é guiado por objetivos, interesses e propósitos específicos de cada grupo em um determinado contexto sócio-cognitivo. Para os conhecimentos interacionais, esquemas mentais incorporam as relações sócio-discursivas entre os interlocutores, e as organizam por meio de máximas conversacionais, contextos discursivos

globais e locais, superestruturas textuais, etc. os discursos públicos propiciam que as pessoas tenham conhecimentos extragrupais.

Rekursivamente, a memória de trabalho processa as expressões linguísticas alocadas pela memória de curto prazo e reformula as proposições que estão provisoriamente armazenadas na memória de médio prazo, até que se construa um sentido global do texto que é a sua coerência. Os sentidos globais da memória de longo prazo são armazenados e distribuídos por três grandes sistemas de armazenamento: de língua, de mundo, de interação social.

Desse modo, temos que a memória de Longo Prazo é, por conseguinte, subdividida em dois armazéns:

1. Armazém Social: também denominado memória semântica, codifica todos os conhecimentos gerais. Impessoal é partilhada por todos os falantes de uma língua.
2. Armazém Individual: também denominado memória episódica é pessoal e consciente.

Isto posto, podemos afirmar que, na Memória de Longo Prazo Semântica, são armazenados todas as formas de conhecimento construídas socialmente no e pelo discurso, principalmente os discursos institucionalizados. Já na Memória de Longo Prazo Individual ou Episódica são armazenadas as formas de conhecimentos experienciadas pelo indivíduo, isto é, são experiências individuais, sentidas por cada indivíduo de maneira única. Assim, tanto o armazém individual quanto o armazém social são construídos e organizados pelos mesmos sistemas de conhecimento, na Memória de Longo Prazo.

1.1.2 Base de texto, microestrutura, macroestrutura e superestrutura

Kintsch e van Dijk (1983) sustentam que o texto é uma estrutura complexa que se define por: base de texto, microestrutura, macroestrutura e superestrutura.

De acordo com Turazza (2005),

a base do texto é a estrutura semântica do discurso, subjacente ao texto enunciado. Uma base de texto pode ser implícita e explícita. A base de texto implícita compreende o conjunto das proposições de onde foram retiradas as que se supõe serem conhecidas pelo leitor. A base de texto explícita é um “n tuplos” de proposições, compreendendo todas as que daí estavam ausentes. TURAZZA, (2005, P.26)

A microestrutura do texto, também de natureza semântica, compreende a organização sequencial de palavras e frases, expressas no texto, como resultado do ato de textualização. Essa organização sequencial de frases compreende um conjunto de microproposições, construídas durante o processamento da informação como sentido secundário. Trata-se, portanto, da coesão textual que, segundo van Dijk, tem coerência local.

A recursividade de expansão - redução da informação fornece recursos para que o processador do texto, durante a sua leitura, transforme várias microproposições em um sentido mais global, designado macroproposição. O conjunto destas irá construir a macroestrutura do texto. Assim, conforme Turazza (2005, p. 27) “(...) a macroestrutura de um discurso só é possível, de ser construída se for globalmente coerente, pois é preciso respeitar o princípio de organização e ordenação semântico, segundo o qual o significado do todo deve ser especificado em termos dos significados de suas partes. (cf. van Dijk, 1980).”

A superestrutura do texto é um esquema estrutural que se define por categorias e regras. São esquemas textuais convencionados culturalmente pelo grupo, que objetivam formalizar discursos típicos, cujas regras determinam a ordem de formação das categorias textuais.

Os textos institucionalizados são formalizados por esquemas textuais específicos, convencionados pelo grupo, podendo estes variar de sociedade para sociedade. Ao serem expostas a esses tipos de textos, as pessoas fazem os processamentos das informações transmitidas por eles e as armazenam na memória de longo prazo, no sistema interacional.

As pesquisas realizadas por van Dijk e Kintsch (1983) comprovaram que o conhecimento do esquema textual, a superestrutura do texto, auxilia o processamento da informação e a construção das macroproposições, pois para cada categoria textual é necessário construir uma macroproposição.

Portanto, a macroestrutura do texto ou coerência global será construída pelo sentido construído pelo produtor, a partir do princípio da interpretabilidade do texto. Trata-se de um texto reduzido, no qual as proposições estão hierarquizadas, sendo que as de nível mais elevado, na hierarquia, são as macroproposições. Kintsch e van Dijk ressaltam que, sem a redução da informação semântica, será impossível interpretar, reduzir, armazenar e reproduzir o discurso.

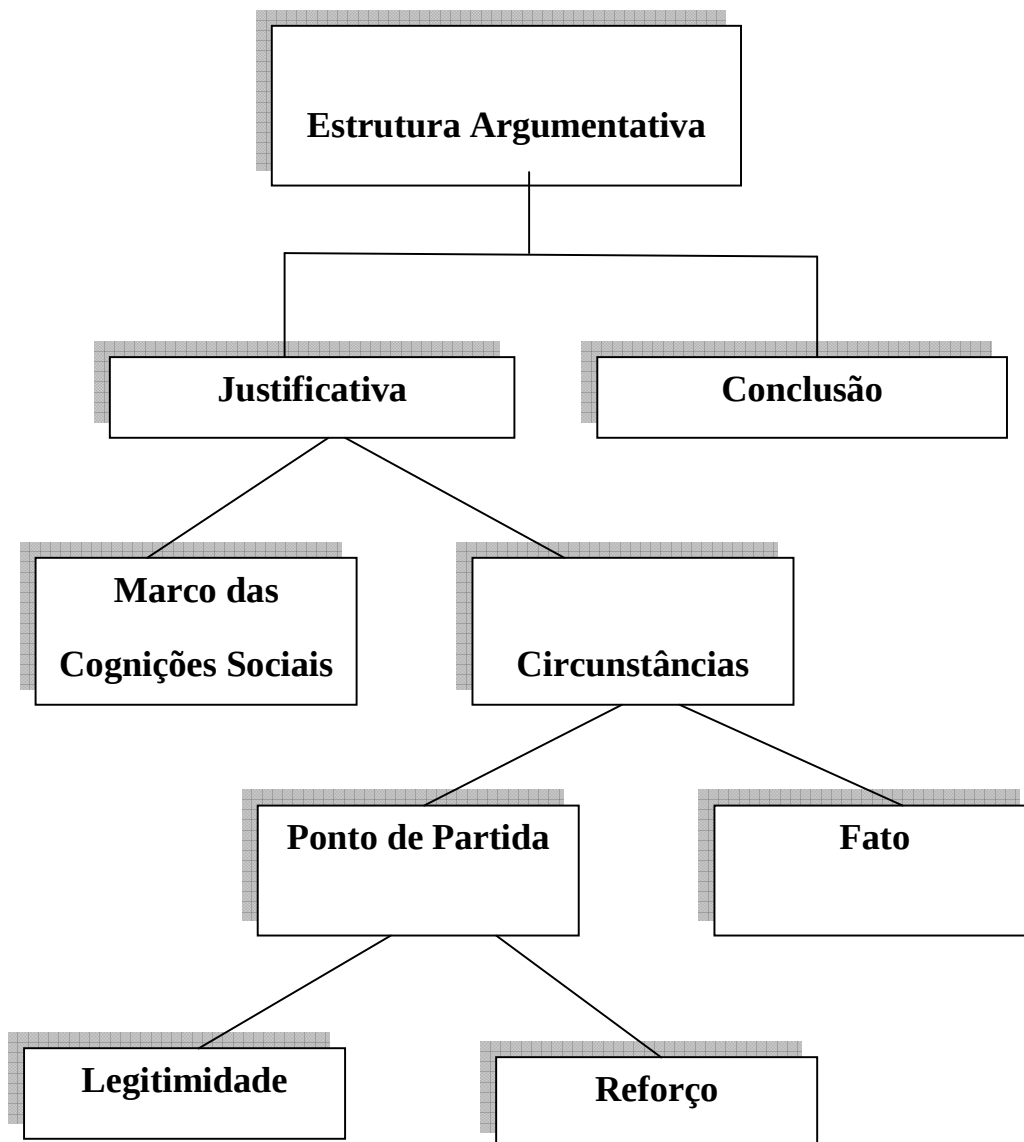
1.1.3 Estrutura argumentativa

De acordo com van Dijk, (1978), as superestruturas fazem parte de nossa capacidade linguística e comunicativa global, visto que, é por meio dela que reconhecemos os tipos textuais. Assim, o autor formula e apresenta a superestrutura argumentativa, compreendendo ser esse o tipo de esquema textual que concretiza-se nos mais diferentes tipos de textos, uma vez que não existe texto ingênuo, todos os textos são dotados de intencionalidade.

A estrutura argumentativa organiza-se, na visão de van Dijk, pelas categorias hipótese (premissa) – conclusão. Segundo esse autor, a categoria hipótese pode estar implícita no processo argumentativo, e, nesse caso, parte-se do pressuposto de que a circunstância de uma determinada situação discursiva é condição suficiente para justificar uma conclusão.

Van Dijk (1978), ao descrever a superestrutura do texto argumentativo assevera que a mesma pode ser descrita com base em um esquema hierárquico (argumentação, justificativa, conclusão, marco, circunstância, pontos de partida, fatos, legitimidade e reforço), que relaciona uma justificativa e uma conclusão. A categoria justificativa é subdividida em várias outras de diferentes níveis. Há, ainda, a legitimidade que consiste numa regra geral que autoriza a conclusão que se afirma, podendo vir acompanhada de uma elucidação minuciosa dessa regra de legitimidade. O marco indica a situação ou contexto em que a regra legitimidade é válida. Os fatos indicam os argumentos em favor da conclusão.

Nessa perspectiva, sendo a crônica um tipo de texto argumentativo, seu ponto de partida a segue o esquema da superestrutura argumentativa proposta por van Dijk, conforme apresentado a seguir:



Van Dijk, também argumenta que a função específica dos textos está vinculada à sua superestrutura, uma vez que esta vai ser determinada segundo a intenção ou função social do texto. Por conseguinte, é possível ser observado no esquema, como qualquer outra

superestrutura, que o esquema textual da argumentação é hierárquico e suas categorias mais altas são a justificativa e a conclusão.

Segundo o autor, a categoria justificativa pode ou não ocorrer em um texto produto, ou seja, tudo dependerá do contexto de produção discursiva.

1.1.4 Os esquemas mentais e conceituais

Para Bartlett (1932), as formas de conhecimento humanas não são aleatórias, mas construídas por esquemas mentais organizados, referentes a conhecimentos declarativos, a planos, a estratégias, a acontecimentos, a ações, etc. Esses esquemas mentais se desenvolvem durante o processo de socialização e se constroem a partir da informação anteriormente disponível.

A partir disso, temos que um esquema mental pode ser exemplificado por um conhecimento declarativo, isto é, por uma sequência de ações explicitadas de forma ordenada no tempo, denominada por *script*. Assim, o *script* (roteiro) pode ser entendido como uma sequência de ações situadas em uma relação de tempo anterior e tempo posterior e permite que não precisemos pensar tão “pesadamente” a todo instante, proporcionando uma economia cognitiva e liberando nossa mente para novas aprendizagens. Essas ações são expressas por sentidos secundários, sendo que o sentido mais global de um *script* é designado *frame*.

Segundo van Dijk (1992), o *frame* é um esquema mental cujo sentido mais global é atribuído a alguém ou a alguma coisa. O processamento da informação ocorre hierarquicamente na construção dos sentidos formalizados por meio de um *frame*, indo do sentido mais global para os sentidos mais secundários, *script*, construídos cronologicamente pela sequenciação dos participantes e suas ações, orientadas por um modelo contextual verbal ou não verbal de natureza avaliativa.

Os conhecimentos avaliativos, de acordo com a visão sócio-cognitiva, e para van Dijk (1997) constituem as opiniões. Por conseguinte, as opiniões, quando constituem uma crença ou

opinião comum difundida em uma sociedade, visando à formação de argumentos, constituem a doxa – conjunto de ideias e juízos generalizados e tidos como naturais por uma maioria de indivíduos de determinado grupo social. Assim, a opinião é construída pelo marco de cognições sociais, por resultar do ponto de vista ideologicamente guiado e, sob o qual um grupo social focaliza o mundo. O processo de avaliação de alguém/alguma coisa, parte do conhecimento prévio que se tem, ou seja, avalia-se por meio de inferências determinadas pelo ponto de vista.

Esse conhecimento prévio é construído pelas experiências sócio-pessoais, do Marco de Cognições Sociais do grupo a que se pertence e envolve crenças e valores sociais partilhados pelo grupo social onde se fixou o marco de Cognições Sociais. Dessa forma, o mesmo ponto de vista, os mesmos objetivos, propósitos e intenções são comungados por todos os participantes de um mesmo grupo social. Todavia, o ponto de vista pode variar segundo esses mesmos objetivos, propósitos e intenções, o que fará com que os grupos sociais entrem em conflitos intra e extra grupal, em razão dos marcos de cognições diferirem entre si e entre os grupos.

Silveira (2000), afirma ser o Marco de Cognições Sociais um conjunto de conhecimentos que estabelecem parâmetros avaliativos para os seres e suas ações no mundo, de forma a guiar desejos e decisões dos membros de cada grupo social. Tal marco é constituído pelos discursos públicos institucionais, como conhecimentos extragrupais. Mas, é também constituído em cada grupo por causa da interação social a respeito do vivido e experienciado no grupo. Os conhecimentos extragrupais e grupais são armazenados na memória de longo prazo das pessoas e irão determinar os papéis sociais que serão representados no grupo, sendo que, serão sempre reconhecidos no grupo e pelo grupo.

Nesse aspecto, a construção do Marco das cognições Sociais sempre será configurada por raízes históricas e contemporâneas do vivenciado e experienciado pelas pessoas em seus grupos sociais. Um Marco de Cognições sociais é dinâmico, pois cada problema novo a ser resolvido, novos conhecimentos modificaram os anteriores, sem perder as raízes históricas.

1.1.5 A opinião

Os estudos das crônicas nacionais propiciam caracterizá-la como um texto opinativo.

Van Dijk (1997) afirma que a noção de opinião é complexa e merece ainda muita investigação. O autor tem por ponto de partida as categorias analíticas: cognição, sociedade e discurso inter-relacionadas entre si. A partir delas o autor passa a considerar o conceito de opinião.

De forma geral, opinar implica projetar uma escala de valores a respeito de X a fim de se concluir o quão bom e o quão mau, o quão necessário, o quão desnecessário, o quão perfeito e o quão imperfeito etc. X é. Assim, para se opinar a respeito de X é necessário ter uma forma de conhecimento a respeito de X.

Segundo o autor, todas as formas de conhecimento são avaliativas, visto que, elas resultam da projeção de um ponto de vista a respeito de um referente. Desta forma, o ponto de vista determina um valor negativo ou positivo para algo que está sendo avaliado.

Corroborando com a perspectiva de van Dijk, Guimarães (1999), afirma:

as opiniões, ao serem construídas pela mente, implicam que termos, inicialmente, de uma representação mental de X que, ao ser interpretada avaliativamente, produz uma opinião sobre X. A representação mental de X é social e está arquivada, após processamento cognitivo, na Memória de Longo Prazo das pessoas; nesse sentido, tal representação resulta de um processo de aquisição de conhecimento de X, a partir de usos e funções que X tem na sociedade. Assim, por exemplo, o conhecimento de Presidente da República já é representado mentalmente, por uma avaliação de seus atos, em relação à nação presidida por ele; trata-se, portanto, de uma representação construída, a partir de um Marco de Cognições Sociais, que implica saberes e crenças sobre o que seja presidente da nação. GUIMARÃES, (1999, p.59).

A categoria cognição compreende o conjunto de conhecimentos onde se inclui o Marco das cognições sociais para representar avaliativamente X. A categoria sociedade define-se pelos diferentes grupos sociais, sendo que, cada qual tem o seu próprio Marco de Cognição Social, além dos conhecimentos extragrupais, devido ao vivido e experienciado pelos membros do grupo.

Assim, os conhecimentos do grupo não são objetos de construção opinativa individual, visto que, tais conhecimentos são acatados por todos os membros do grupo.

Consequentemente, a opinião individual é construída no e pelo discurso, compreendendo a dialética entre o individual e o social, isto é, este guia o individual, mas o individual modifica o social. Por essa razão, uma opinião individual é construída a partir de uma circunstancia (algo novo) que não está inserido às cognições sociais e que pode ser formalizado por: eu avalio X a partir de uma circunstancia que ocorre em X como um fato novo e, atribuo a X valores positivos e negativos.

O texto opinativo implica, portanto, enquanto produto discursivo em uma avaliação individual a respeito de um fato novo que é uma circunstancia em relação aos conhecimentos sociais.

1.1.6 Fundamentos da argumentação sob a perspectiva da Linguística

Os estudos da argumentação vêm sendo desenvolvidos, desde a antiga Retórica até os dias de hoje, por estudiosos de diversas áreas, uma vez que, como indica Ferreira, (2010),

[...] somos *seres retóricos*. Por termos crenças, valores e opiniões, valemos-nos da palavra como um instrumento revelador de nossas impressões sobre o mundo, de nossos sentimentos, convicções, dúvidas, paixões e aspirações. [...] Agimos retoricamente quando nos valemos do discurso para descrever, explicar e justificar nossa opinião com o objetivo de levar o outro a aceitar nossa posição. FERREIRA, (2010, p.12-13).

Na perspectiva dos estudiosos da língua, a Teoria da Argumentação na Língua, ou Semântica Argumentativa, surgiu a partir de 1970, por meio de estudos desenvolvidos pelo linguista Francês Oswald Ducrot com a colaboração de Jean Claude Anscombre. Segundo Ducrot (1989, p. 18), “a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula”. Complementando essa afirmação, Koch (2000) ressalta que,

[...] a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente através das articulações da argumentação. KOCH, (2000, p.159).

Perelman e Tyteca (1970), diferenciam convencer de persuadir, os autores afirmam que a argumentação tem como principal característica a persuasão, isto é, utilizando-se da persuasão, os indivíduos coordenam seus discursos fazendo uma apelação às paixões do outro. Koch (2000), embasada nesses autores salienta que o ato de argumentar é também o ato de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, visto que, para a autora o ato de convencer leva simplesmente a certezas, enquanto que o ato de persuadir conduz à adesão aos argumentos apresentados. Portanto, é tácito afirmarmos que, todo e qualquer texto traz implícita uma opinião, não existindo discursos ingênuos ou neutros.

1.2 A análise do discurso – AD: algumas considerações

Maingueneau (1976) assevera terem sido os formalistas russos os propulsores de uma abertura no espaço acadêmico, para a entrada no campo dos estudos linguísticos daquilo que se chamaria mais tarde *discurso*.

A partir da abertura desse novo espaço de estudo, os linguistas passaram a fundamentar sua teoria na proposição de que a linguagem enquanto discurso não constitui somente um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte do pensamento, conforme atestado por Saussure. A linguagem enquanto discurso é uma forma de interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso constitui o lugar privilegiado de manifestações ideológicas. Ela é o “sistema-suporte das representações ideológicas [...] é o “*médium*” social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações interindividuais” (Braga, 1980).

Em seu artigo intitulado “A Análise do Discurso e suas Fronteiras”, de 2007, Maingueneau apresenta a Análise do Discurso como um campo de estudo heterogêneo e instável,

pois começa a se desenvolver a partir dos anos 60 por meio da convergência de correntes oriundas de lugares muito diversos. Apoiando se nesta diversidade de lugares, Teun Van Dijk (1997) considera que a AD¹ dá continuidade à Retórica antiga.

Há, porém segundo Maingueneau (2007) um perigo ao se situar a Análise do Discurso como prolongamento da Retórica, visto que, apesar de a Análise do Discurso reelaborar muitas categorias e problemáticas oriundas da Retórica ou de outras práticas, ela implica também em um reconhecimento de uma “ordem do discurso” que é irredutível ao dispositivo retórico. Ao analisar sua trajetória histórica, “podemos observar, aliás, que apenas uma parte daqueles que foram seus grandes inspiradores nos anos 60 é constituída por linguistas, estando presentes ainda antropólogos (Hymes), sociólogos (Garfinkel, Sacks) e também filósofos preocupados com a linguística (Pêcheux) ou não (Foucault).”. (Maingueneau, 2007, p.16).

Ainda em seu artigo, Maingueneau observa que, devido a seu caráter heterogêneo, a Análise do Discurso passou por muitas definições que procuravam não somente explicar sua aplicação como também localizá-la como campo científico. O autor cita, por exemplo, que:

- Teun Van Dijk (1985 p.2) vê a AD como o estudo do “uso da linguagem por locutores em situações reais”;
- Deborah Schiffrin (1994 p.415) preconiza que a Análise do Discurso “estuda não apenas os enunciados, mas o modo pelo qual os enunciados (incluindo a linguagem neles empregada) são atividades embutidas na interação social”;
- Outros estudiosos chamam de Análise do Discurso as pesquisas que se inscrevem no âmbito da problemática pela qual se interessam, excluindo do referido âmbito todas as demais. Outros, ainda, preocupados em utilizar designações unívocas, constroem uma definição de Análise do Discurso que não leva absolutamente em consideração a diversidade das pesquisas efetivamente desenvolvidas em seu nome.

¹ Nesta dissertação AD abrevia Análise do Discurso.

Com a mesma preocupação de produzir uma definição restritiva, outros veem na AD uma disciplina que se ocuparia dos fenômenos que, nos anos 60 ou 70, eram considerados como sendo da esfera da “gramática de texto”. Para Maingueneau (2007) a AD é desse modo, definida como: “subdisciplina da linguística que procura explicar um grande número de fatos (anáforas, tempos verbais, conectores, etc.) recorrendo a uma unidade superior à frase, o discurso, e a noções que permitem defini-lo (coerência, memória discursiva, etc.)”.

Nesse sentido, a dificuldade de se definir a Análise do Discurso também se prende ao fato de que a relação entre “discurso” e “Análise do Discurso” é prensada espontaneamente nos moldes da relação estabelecida entre objeto empírico e disciplina que estuda esse objeto, a partir da constatação de que existiria um domínio comumente denominado “discurso”, identificado mais ou menos vagamente com a atividade contextualizada de produção de unidades transfáticas.

Para Maingueneau (2007), isso significa pressupor algo que não é evidente, ou seja, que o discurso seja objeto imediatamente dado e, ainda por cima, que ele seja objeto de uma disciplina. Visto que o discurso não constitui um domínio tão aberto quanto “a educação” ou “a imprensa”, por exemplo. O autor também defende a ideia de que o discurso somente se torna verdadeiramente objeto de um saber se ele for assumido por disciplinas que possuam cada qual um interesse específico: sociolinguística, teoria da argumentação etc.

O autor enfatiza ainda que, mesmo no interior desses limites, a Análise do Discurso está longe de ser heterogênea, pois certo número de fatores levaram à diversificação das pesquisas em Análise do Discurso, destacando-se:

- A heterogeneidade das tradições científicas e intelectuais.
- A diversidade das disciplinas de apoio.
- A diversidade de posicionamento.
- Os tipos de *corpus* privilegiados pelos pesquisadores.
- O aspecto da atividade discursiva.
- A visada, aplicação ou não, da pesquisa.

Assim, para a linguística - área de concentração da nossa pesquisa - a Análise do Discurso, inscreve-se em um quadro que articula o linguístico com o social. Na visão de Maingueneau (1997), para que se faça um estudo linguístico do discurso é necessário que se considere algumas dimensões de produção. A seu ver, as dimensões a serem consideradas são:

- O quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais se delimitam fortemente a enunciação;
- Os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso;
- O espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

Maingueneau (1984) salienta que cada formação discursiva será fundamentada pela interdiscursividade, uma vez que os enunciados são sempre retirados de outras formações discursivas. Para o autor o interdiscurso possui um primado sobre o discurso, pois “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre os vários discursos convenientemente escolhidos”. Maingueneau (1984, p.11).

1.2.1 O intertexto

Outro fator importante para o entendimento do texto e seu processo argumentativo é a intertextualidade, ou seja, de acordo com Kristeva (1969), um texto é sempre a resposta para outro texto, podendo ser tratado a partir do texto produto. Segundo Silveira (2000), a manifestação da representação em língua ocorre na inter-relação entre o texto-processo e o texto-produto, sendo o processo de natureza mental e o produto a materialidade linguística dessas formas de conhecimento.

Nesse sentido, é por meio da intertextualidade que reconhecemos, muitas vezes, a presença de um texto inserido em outro texto que foi produzido anteriormente e que se denomina intertexto.

Maingueneau (2002) foi um dos primeiros autores a ressaltar a importância da interdiscursividade. Para ele, os textos são elaborados dentro da interdiscursividade, isto é, no

processo entre práticas sociais diversas, com participantes diversos e com intenções diversas. Os intertextos, para Maingueneau, estão presentes na formação ideológica, pois é por meio dele que a classe dominante se impõe por meio do discurso citado, o qual é utilizado como argumento de autoridade e manipulação de informação.

Todavia, atestamos que, o texto como manifestação linguística pressupõe uma linguagem capaz de produzir uma ação sobre o outro. Assim, o sujeito intencionalmente mobiliza vozes, ponto de vista, para agir sobre seu interlocutor. Essa ação sobre o outro é representada por níveis do processo discursivo. Nessa perspectiva, Bakthin (2000), explica que os discursos em circulação são eminentemente dialógicos e polifônicos, posto que estão permanentemente dialogando com outros discursos. Dessa forma, cada enunciado é produzido pela tomada de outros enunciados e se dirige a outros possíveis enunciados dentro de situações de enunciação.

Com isso, quando aceitamos que um texto não é um sistema fechado, reconhecemos também que o sujeito produtor do texto vem carregado de influências, múltiplas citações, que são resultantes de diversas leituras, isto é, a língua não pode ser estudada por ela mesma, sem levar em consideração também o extralinguístico, ou seja, não se pode analisar a instância linguística sem considerar a instância ideológica sobre a qual ela se articula.

1.2.2 Análise do Discurso com Visão Crítica – Vertente Sociocognitiva

A Análise Crítica do Discurso de vertente sociocognitiva propõe uma inter-relação entre as categorias: Sociedade, Cognição e Discurso, entendendo que, devido a essa inter-relação, cada uma dessas categorias se define pelas demais. O termo “*Critical Discourse Analysis*”, traduzido no Brasil como Análise Crítica do Discurso ou Análise do Discurso Crítica, foi utilizado, pela primeira vez, em 1985, por Norman Fairclough, no “*Journal of Pragmatics*”, porém só passou a ser considerado como uma linha de pesquisa após a publicação, em 1990, da revista “*Discourse and Society*”, por Teun A. van Dijk.

Essa vertente, surgida sob a inspiração de Halliday, com a Gramática Sistêmico-Funcional, objetiva promover o debate sobre a linguagem textualmente orientada; nessa

perspectiva pretende contribuir para a compreensão dos processos sociais relacionados com as transformações econômicas e culturais da contemporaneidade. A Análise Crítica do Discurso é concebida como uma disciplina comprometida com as ciências sociais e cognitivas. Todavia, é importante salientarmos que há diferentes vertentes para se analisar o discurso de forma crítica e, entre elas, está a vertente sociocognitiva que tem como maior representante o holandês Teun van Dijk. Este objetiva estudar a ação coletiva/individual no processo de (re)construção do conhecimento, das ideologias, das crenças e das atitudes. Para isso, considera as propriedades cognitivas como resultantes de ações intersubjetivas, construídas na interação social.

É de suma importância para van Dijk (1997), que uma análise crítica do discurso seja realizada com as categorias: discurso – cognição- sociedade. . A seu ver, não é possível dar conta dos aspectos cognitivos sem que estes estejam inter-relacionados com os conhecimentos e crenças em cada grupo social, no e pelo discurso. O autor considera ainda que, qualquer tentativa de excluir um desses aspectos irá resultar em uma análise reducionista, visto que esses três elementos não são independentes.

O autor entende que, para se analisar criticamente um discurso, é necessário relacioná-lo com as estruturas discursivas e contextuais e levar em consideração as representações mentais individuais e sociais, uma vez que é por meio dessa inter-relação que os marcos de cognição social são organizados dinamicamente pela dialética entre o social e o individual.

Na visão de Silveira (2009, p.179), a *cognição* implica formas de conhecimentos que são transmitidas no e pelo Discurso em Sociedade, os marcos de cognição social podem ser entendidos como o conjunto de conhecimentos, ou seja, representações mentais (sociais) que são adquiridas e compartilhadas no próprio grupo social e cumprem a função de monitorar as crenças e as suas práticas em discursos sociais e individuais. Silveira (2009, p.180) acrescenta que todavia, na diversidade intergrupar, há uma unidade imaginária extragrupal, relativa à Memória Social de uma nação, construída por discursos institucionais, tais como o da escola, o da igreja e o da empresa, além disso, Silveira (1998) aponta que,

[...] o homem constrói, interacionalmente, como forma de conhecimento, representações mentais de estados de coisas do mundo, ao processar as informações recebidas. Estas representações têm natureza social e individual e estão relacionadas à maneira pela qual o indivíduo encontra-se situado em grupos sociais e exposto ao mundo a partir de suas próprias experiências. SILVEIRA, (1998, P.21).

Portanto, podemos definir cognição como a forma segundo a qual os indivíduos elaboram representações do mundo em suas mentes. Assim, a observação do mundo dá-se a partir de um determinado ponto de vista, operando um processo de análise e síntese para que se construam essas representações. Pressupõem-se, desse modo, que essas representações são construídas de acordo com a posição que o sujeito ocupa na sociedade, gerando, por conseguinte, a definição dos papéis sociais. O indivíduo irá desempenhar diferentes papéis sociais, a partir de seu posicionamento na estrutura social. Tais papéis possuem traços cognitivos peculiares às interações sócio-comunicativas em que o indivíduo está inserido, de forma a definir características e ações possíveis.

Também, considerando a relação entre discurso e cognição social, van Dijk (1997) postula ser necessário contemplar o discurso como principal elemento responsável pela reprodução na sociedade, não apenas das representações sociais, mas também do conhecimento socialmente compartilhado. Com isso, o discurso pode ser entendido como uma prática social cuja inserção se dá conjuntamente a outras práticas sociais, ou seja, para que o discurso se concretize será necessário que esteja em conformidade com as práticas convencionadas e variadas. Essas variações decorrem do macroato da fala que define cada discurso.

Silveira (2006, p.208) assevera que o discurso pode ser definido por esquema mental, como “uma interação social, decorrente de uma prática sócio-cognitiva que se liga a convenções sociais.”. Sendo assim, o discurso é definido pelos seus participantes, suas funções e ações em um macroato de fala.

Para van Dijk (2004), essas representações mentais são construídas como forma de conhecimento avaliativa e, portanto, estão ligadas à ideologia social dominante. Por considerar a ideologia uma forma de domínio das mentes, propõe que as análises do discurso sejam feitas por uma vertente sociocognitiva de visão crítica, visto que a ideologia nasce da cultura, e compreende um conjunto de valores construídos e impostos pelo poder, posto que seus valores são relativos aos interesses das elites que detêm o poder. Dessa forma esses valores impostos socialmente objetivam a instauração da discriminação e a manutenção da desigualdade de poder.

Logo, a ideologia, tida como mola propulsora da criação e da manutenção de relações desiguais de poder, tem na linguagem seu poder de legitimação. É pelos discursos

institucionalizados que a elite que detém o poder procura, disfarçadamente, impor e manter seus valores e modos de vida. Dentro desse contexto, a Análise Crítica do Discurso por meio de uma investigação crítica dos textos, procura descrever, analisar, interpretar e explicar a prática discursiva em um contexto social, favorecendo a instauração de um debate crítico a cerca das questões relacionadas à desigualdade de poder e a manutenção da ideologia dominante.

No entanto, posto que existe uma tendência em se considerar a cultura como parte da ideologia, Silveira (2009) propõe a diferenciação dessas duas formas de conhecimento avaliativas. A autora preconiza que, como cultura, podemos entender as formas de conhecimentos avaliativas, as crenças e costumes sociais, transmitidas de pai para filho, de geração a geração a partir daquilo que foi vivido e experienciado em interação social. Assim, a cultura engloba um conjunto de valores positivos e negativos que serve de bússola norteadora para as formas de condutas sociais. Esses valores são variáveis de um grupo para outro grupo e podem ser entendidos tanto como valores grupais como extragrupais.

A ideologia, todavia, apesar de também englobar um conjunto de valores, é construída pela elite dominante e utiliza o Poder do Discurso para alienar e guiar as mentes das pessoas, visando à marginalização das minorias de acordo com os interesses daqueles que detêm o poder. Essas injunções impostas socialmente pela elite detentora do poder dá origem ao preconceito, e esse se dissemina por meio da interação social, pois sendo a sociedade o conjunto de grupos sociais que partilham dos mesmos objetivos, interesses e propósitos, as produções e interpretações discursivas advindas da interação social serão transmitidas continuamente entre as pessoas pertencentes a esses grupos.

Isto posto, vemos que, para van Dijk (2012), tratar da produção e interpretação discursiva por uma vertente crítica implica em considerar os diferentes contextos: o cognitivo, o social, o discursivo e o de linguagem.

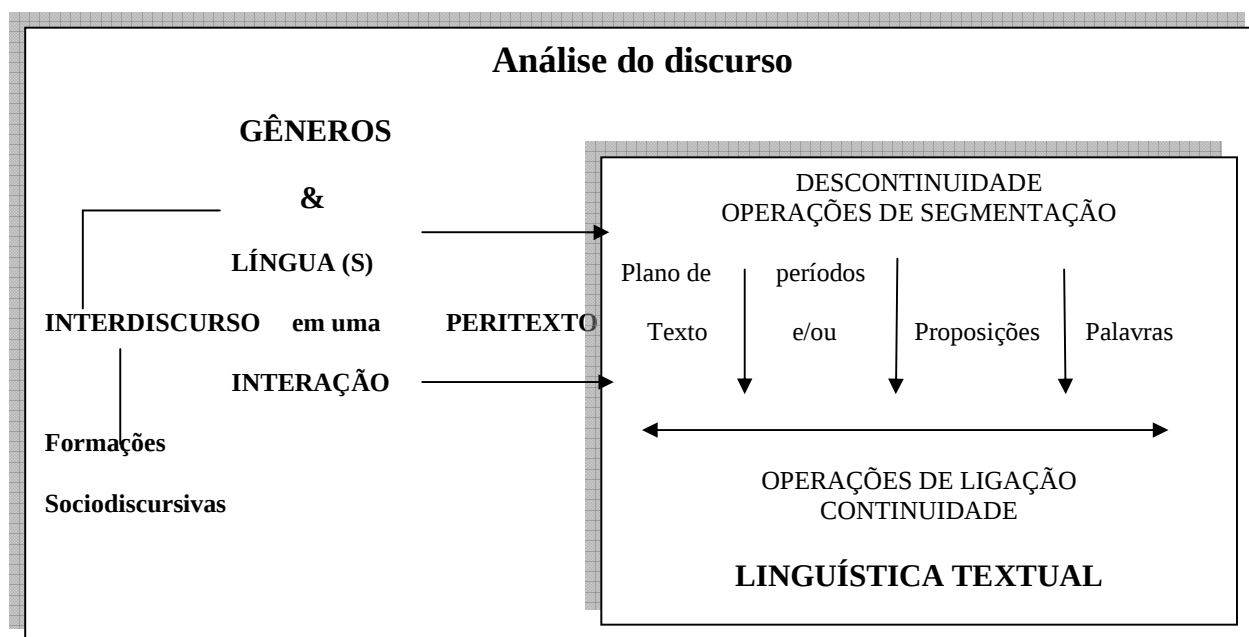
1.3 Linguística textual-Discursiva

Adam (2011), propõe que a Linguística Textual seja associada à Linguística do Discurso sugerindo uma abordagem inovadora, que agregasse conceitos da Análise do Discurso e, também, da Linguística Textual. O autor argumenta que,

para engajar-se decididamente nessa direção, é preciso, como preconiza Michael A.K Halliday e Ruqaiya Hasan (1976, p.293)², não gramaticalizar o transfrasal, considerando o texto como uma grande frase ou como simples sucessão de frases: Um texto [...] não é um simples encadeamento de frases [*string of sentences*]. Em outras palavras, não se trata de uma grande unidade gramatical, de alguma coisa de mesma natureza que uma frase, mas que se diferenciaria pelo tamanho – uma espécie de superfrase – Um texto não deve, de forma alguma, ser visto como uma unidade gramatical, mas como uma unidade de outra espécie: uma unidade semântica. Sua unidade de sentido em contexto, uma textura que exprime o fato de que, ao formar um todo [*as a whole*], ele está ligado ao meio no qual encontra-se situado. ADAM, (2011, P.23).

Assim, Adam associando princípios da Linguística de texto com princípios da Análise do Discurso Francesa afirma haver uma separação e uma complementaridade entre as tarefas dessas disciplinas, conforme demonstra o quadro as seguir.

ESQUEMA 3 – Adam (2011)



ADAM, (2011, p.43)

O autor pontua que por meio do esquema acima é possível visualizar o complexo jogo das determinações textuais: da direita para a esquerda temos as determinações textuais ascendentes que irão reger os encadeamentos das proposições no sistema que constitui o texto. Já

da esquerda para direita temos as regulações descendentes, isto é, as situações de interação nos lugares sociais, na língua e nos gêneros.

Assim, ao situar a linguística textual na análise de discurso o autor objetiva a união das duas teorias. Reconhecendo que ambas desenvolveram-se de forma autônoma, propõe a articulá-las, considerando a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas. A proposta de Adam visa desvencilhar a linguística textual da gramática de texto. Ainda, contrariamente à Análise de Discurso Francesa, o autor não considera o contexto e as condições de produção do discurso, rejeitando, ainda, a ideia de sujeito assujeitado.

Reforçando sua posição o autor apoia-se em Karlheinz Stierle (1997), que assim define a passagem do texto ao discurso: “O discurso é, necessariamente, assujeitado à atividade de pano de fundo do leitor, que não se contenta em perceber um texto, mas antes de tudo, organiza-o em discurso”. ADAM (2011, p.52).

Para Adam, o contexto são apenas as condições cotextuais (ambiente linguístico do texto), para fazer análise do discurso, pois a partir de uma perspectiva hermenêutica, “se o cotexto está disponível e se ele se mostra suficiente, o interpretante não vai procurar em outro lugar”. Adam, (2011, p. 53). Assim, o autor propõe uma análise pragmática textual ligada à análise do discurso.

Segundo Gabriel Jr. (2014),

o trabalho de Adam contribui muito com uma nova teoria e metodologia para análise de texto, na medida em que inter-relaciona fundamentos da Linguística Textual com a Linguística Discursiva, de forma a propor níveis do discurso e do texto. Esses níveis são ligados pelo macroato discursivo. GABRIEL JR. (2014, p.107).

Gabriel Jr acrescenta que ao unir a análise do discurso à análise de texto, Adam apresenta os níveis ou planos da Análise do Discurso.

- Nível 1 interação: (ação visada, objetivos);
- Nível 2 a formação sócio-discursiva social;
- Nível 3 interdiscurso, língua (s) intertexto e gêneros;

O autor observa que a inter-relação dos níveis do texto com os níveis do discurso dá-se a partir do nível três.

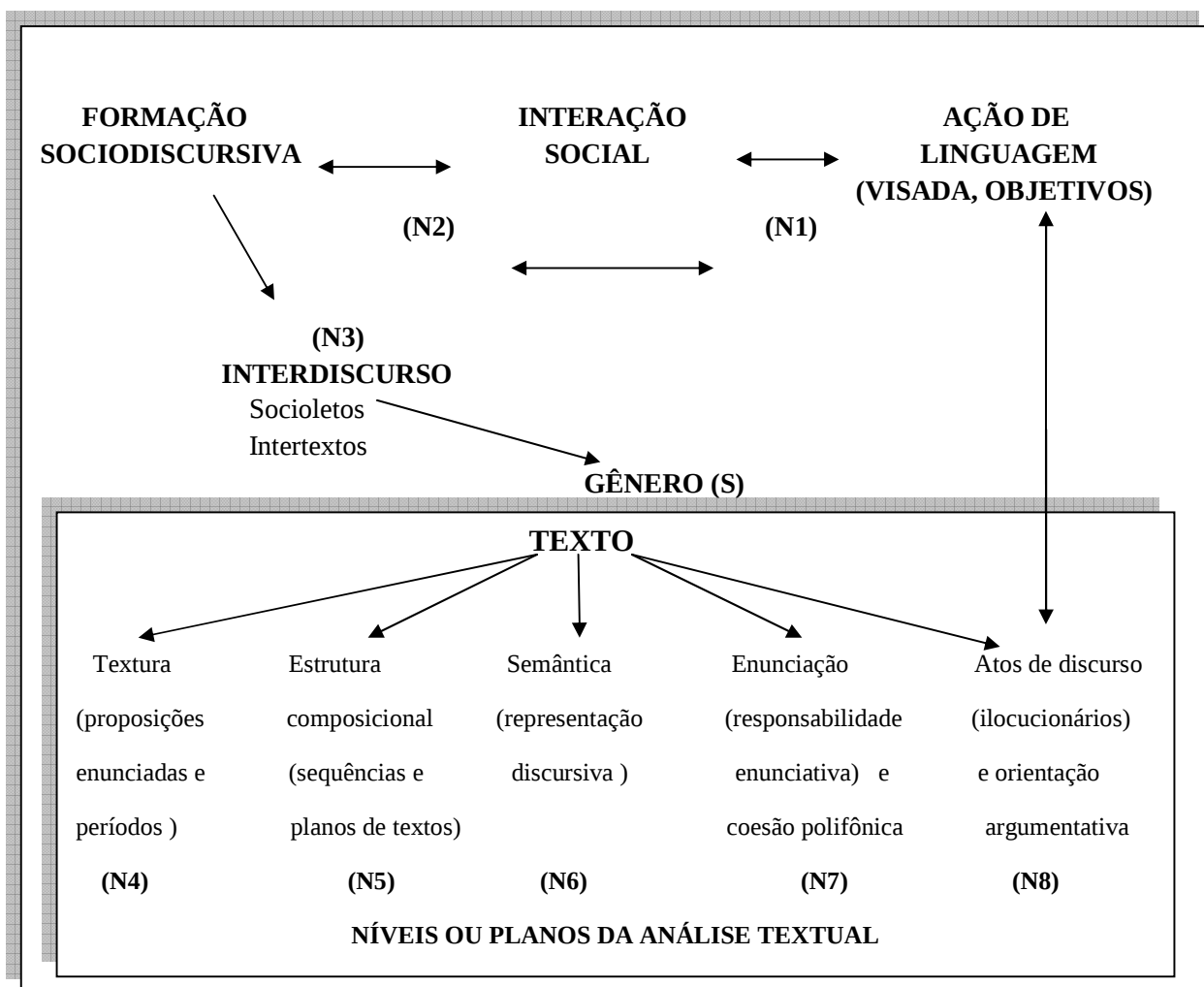
Os níveis do texto são oito, a saber:

- Nível 4 textura (proposições, enunciados e períodos);
- Nível 5 estrutura composicional (sequência e planos de texto);
- Nível 6 (representação discursiva)
- Nível 7 enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica);
- Nível 8 atos de discurso (ilocucional e orientação argumentativa).

A articulação do nível oito do texto com o nível um do discurso se processa por meio da ação visada, isto é, objetivos para se produzir a interação.

Assim, Adam (2011) propõe um esquema para a visualização dos níveis ou planos que se podem distinguir linguisticamente para uma Análise Textual dos Discursos.

NÍVEIS OU PLANOS DA ANÁLISE DE DISCURSO (ADAM, 2011, p.61)



Desta forma, Gabriel Jr.(2014) embasado na proposta de Adam afirma que:

O texto só é discurso pela relação com o interdiscurso de uma formação sócio-discursiva, definida como lugar tanto de circulação de textos (intertextualidade própria à sua memória discursiva), quanto de categorias genéricas (genericidade). O nível ou planos de análise textual possibilita estabelecer e verificar as operações de ligações das palavras em proposições enunciadas; essas unidades transformam-se em sequências que possuem início e fim, resultando em parágrafos de um plano de texto ou uma unidade textual delimitada, denominada peritexto. Essa materialidade determinada pelos limites do texto possibilitará verificar as seguintes categorias: referência; macro ato de fala; os intertextos; os interdiscursos; as sequências que compõem o texto; como as sequências se incrustam; como as sequências que se transformam em argumentos de legitimidade e reforço e, por fim, a construção da opinião, além de como ela desencadeia uma ação social. GABRIEL JR. (2014, p.108-109).

1.3.1 As sequências e períodos como unidades composicionais

Em virtude da grande generalidade das tipologias textuais, Adam (1992) propõe a teoria das sequências textuais De acordo com Adam (2011), as sequências são unidades textuais complexas, compostas por um número limitado de conjuntos de proposições-enunciado que adquirem sentido na unidade hierárquica de ordenação da sequência. Essas relações macrossemânticas são transmitidas culturalmente e utilizadas para fins de reconhecimento e de estruturação de uma informação textual.

A seu ver, uma sequência é uma estrutura, isto é,

uma **rede relacional hierárquica**: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem;
uma **entidade autônoma, dotada de uma organização interna** que lhe é própria,e, portanto, em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto). ADAM, (2011, p.205).

O autor aponta que as macroproposições que comporão uma sequência irão depender de combinações pré-formatadas de preposições. Essas combinações ou sequências textuais são de cinco tipos, a saber: descritiva, narrativa, explicativa, argumentativa e dialogal.

1.3.1.1 Sequência descritiva ou expositiva

Na visão de Adam, a sequência descritiva não apresenta uma estrutura típica. Em geral, ela se faz presente por meio de determinadas operações, de acordo com o plano de texto, posto que, seu esquema complexo e construído por várias etapas possibilita que haja a retomada do mesmo processo descritivo. Assim, temos que as proposições descritivas formam ciclos, mais de períodos do que de sequências, isto é, a sequência descritiva não tem uma estrutura fixa, ela é gerada por operações de base descritivas.

O autor ressalta ainda que,

diferentemente dos outros tipos de sequências, a descrição não comporta uma ordem de agrupamento das proposições-enunciados em macroproposições ligadas entre elas. Tem por isso uma frágil caracterização sequencial. ADAM, (2011, p. 216).

Para Adam, as sequências descritivas possuem força ilocucionária, ou seja, a ação não é independente de um ponto de vista, visto que, o sujeito que realiza a descrição, em última instância, pretende levar o interlocutor a aderir ao enunciado proferido.

Marquesi (2004) apresenta resultados obtidos em suas pesquisas com textos descritivos que definem o enunciado descritivo em duas categorias textuais: designação e expansão. A descrição fornece informações acerca do “ser descrito”, definindo-o e individuando-o. A autora ressalta que para a expansão “as predicções traduzem o referente descrito, num jogo em que características permanentes e transitórias se imbricam ao longo do texto, garantindo a manutenção temática, na progressão semântica do texto” MARQUESI, (2004, p.120).

As proposições descritivas, independentemente de quais sejam os objetos discursivos e de qual seja a extensão da descrição, são geradas por operações de base e são agrupadas em cinco períodos cuja extensão é variável, sem ordem sequencial, ordenadas segundo o plano de texto. Nessa perspectiva Adam (2011), divide as sequências descritivas em quatro macro-operações. São elas: tematização, aspectualização, relação e expansão por subtematização. Apesar de não

obrigatórias, essas macro-operações seguem uma sequência hierárquica, como apresentada a seguir.

1. **Tematização ou ancoragem:** concebida pelo autor como a macro-operação principal, confere unidade a determinado segmento. É por meio dela que se define o tema, o objeto e a unidade descrita. Essa operação pode ser aplicada de três modos diferentes, porém importantes para a construção do sentido.
 - **Pré-tematização (ou ancoragem):** operação pela qual o objeto descrito é imediatamente denominado inicia um período descritivo e anuncia um todo;
 - **Pós-tematização (ou ancoragem diferida):** é a denominação adiada do objeto descrito, ou seja, a descrição aparece apenas no final da sequência;
 - **Retematização (ou reformulação):** sua ocorrência se dá quando há uma nova denominação do objeto, a qual o redefine. Nesse caso, é necessária uma primeira nomeação do objeto que, posteriormente, é reformulada.
2. **Aspectualização:** apoiada na tematização agrupa duas operações: a fragmentação e qualificação.
 - **Fragmentação (ou partição):** é por meio da fragmentação que as partes do objeto descrito são selecionadas para descrevê-las especificamente.
 - **Qualificação (ou atribuição de propriedades):** coloca em destaque características do todo ou das partes selecionadas por meio da fragmentação.
3. **Relação:** agrupa duas outras operações denominadas: contiguidade e analogia e baseiam-se nas características de um referente para compor outro.

- **Relação de contiguidade:** nessa operação o objeto do discurso está situado espacial ou temporalmente (em um tempo histórico ou individual) em relação a outros objetos do discurso que podem se tornar principais no processo descritivo.
 - **Relação de analogia:** permite a descrição do todo ou das partes, de forma comparativa ou metafórica, considerando-as em relação a outros objetos do discurso.
4. **Expansão por subtematização:** amplia a descrição por meio da adição de uma operação à operação anterior. Essa expansão pode ocorrer sucessivamente, ampliando a descrição inicial.

1.3.1.2 Sequência Narrativa

Segundo estudiosos os alicerces da narratologia foram lançados por Vladimir Propp, (1928/ 1983) com as análises dos contos de fada russos. Seu trabalho é considerado pioneiro para outros estudos na área. Entretanto, por ser considerada intuitivo - ao invés de conceber um modelo precário de descrição a partir de uma teoria e aplicá-lo, considera-se o conto como um todo – a metodologia de Propp foi renovada pelos formalistas russos e aos poucos foi levada para a teoria semiótica.

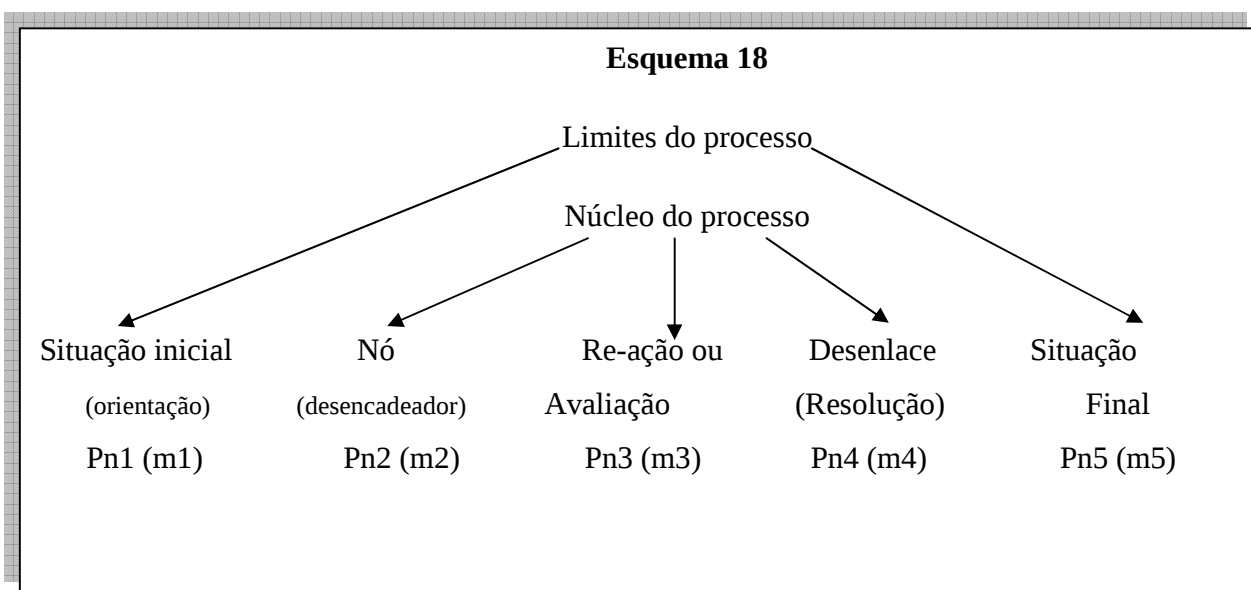
Para Adam (2011), a narrativa foi o tipo sequencial de base mais estudado e em um sentido mais amplo, pode se dizer que,

[...] toda narrativa pode ser considerada como a exposição de “fatos” reais ou imaginários, mas essa designação geral de “fatos” abrange duas realidades distintas: **eventos** e **ações**. A **ação** se caracteriza pela presença de um **agente** – ator humano ou antropomórfico – que provoca ou tenta evitar uma mudança. O **evento** acontece sob o efeito de **causas**, sem intervenção de um **agente**. ADAM, (2011, p. 225).

Segundo Bonini (2007, p. 219), partindo dessa concepção, Adam classifica a narrativa com base em seis aspectos:

- 1) Sucessão de eventos: delimitação de um evento em uma ordem temporal;
- 2) Unidade temática: há um sujeito principal do qual toda a ação narrada é desencadeada;
- 3) Predicados transformados: transformação das características do personagem principal (ex: início: fulano tinha um encontro com Deus; final: (depois de correr para o encontro) Deus não estava mais lá);
- 4) Processo: início, meio e fim (nem sempre o processo será linear, como no caso de notícias, por exemplo, nas quais muitas vezes são expostos apenas trechos da narrativa);
- 5) Intriga: a intriga pode fazer com que o narrador mude a ordem do processo
- 6) Moral: reflexão sobre o fato narrado (não é uma característica indispensável e muitas vezes pode estar implícita).

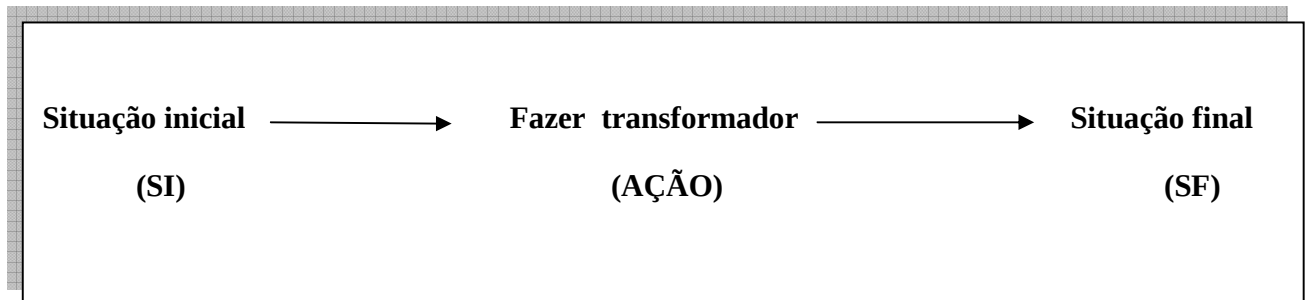
Adam (2011, p. 226) apoiando se nos estudo de Tvetzan Todorov (1968) e Paul Larivaille (1974) propõe, uma estrutura hierárquica constituída de cinco macroproposições narrativas de base (Pn) que correspondem aos cinco momentos (m) do aspecto: antes do processo (m1), o início do processo (m2), o curso do processo (m3), o fim do processo (m4) e, o depois do processo (m5) , conforme visualizado no esquema a seguir.



ADAM (2011, P.226)

Gabriel Jr.(2014), tomando por base Silveira (2012), apresenta a sequência narrativa pela proposta de Greimas (1976) (situação inicial + fazer transformador + situação final), pois para uma análise da narrativa, a cronologia temporal das ações é mais adequada.

Sendo assim, nesta dissertação sintetizaremos as categorias de análise como mostrado no esquema a seguir:



1.3.1.3 Sequência Argumentativa

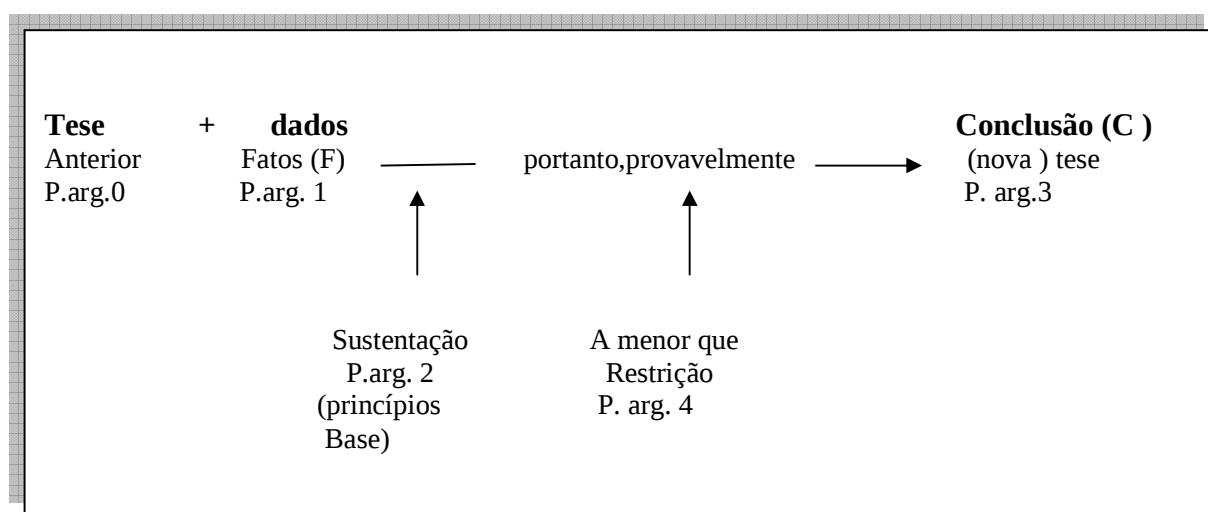
O ato argumentativo embasa-se na oposição de enunciados, interligados por operadores argumentativos. Para Adam 2011, a sequência argumentativa objetiva demonstrar – justificar – refutar uma tese. Para o autor para se refutar ou demonstrar uma tese é necessário partir de um movimento argumentativo, isto é, “[...] se trata de partir de premissa (dados, fatos) que não poderiam ser admitidas sem se admitir, também, esta ou aquelas conclusão-asserção”. Gabriel Jr. (2014) reforça que entre a premissa e a conclusão, existe a passagem que se caracteriza por processos argumentativos que se formam a partir de um encadeamento de argumentos–provas, que corresponderão aos argumentos de legitimidade e reforço.

Assim, Adam, ao partir do princípio que a ideia de argumentação consiste em dois movimentos: na demonstração de uma tese e na refutação dessa mesma tese, toma como base Moeschler (1985), segundo o qual:

Um discurso argumentativo [...] situa-se em relação a um contradiscurso efetivo ou virtual. A argumentação é, por isso, indissociável da polêmica. Defender uma tese ou uma conclusão consiste em defendê-la contra outras teses e conclusões, da mesma maneira que entrar em uma polêmica não implica somente um desacordo [...], mas, sobretudo, ter contra-argumentos. Essa propriedade da argumentação – a

de estar submetida à refutação – parece-me ser uma de suas características fundamentais, distinguindo-a, nitidamente, da demonstração ou da dedução que, no interior de um dado sistema, apresentam-se como irrefutáveis. (MOESCHLER, 1985, p.47 apud ADAM, 2011, p.234).

Diante disso, Adam propõe dar luz à sequência argumentativa prototípica completa por meio de um esquema garanta lugar para a contra-argumentação.



ADAM, (2011, p. 234).

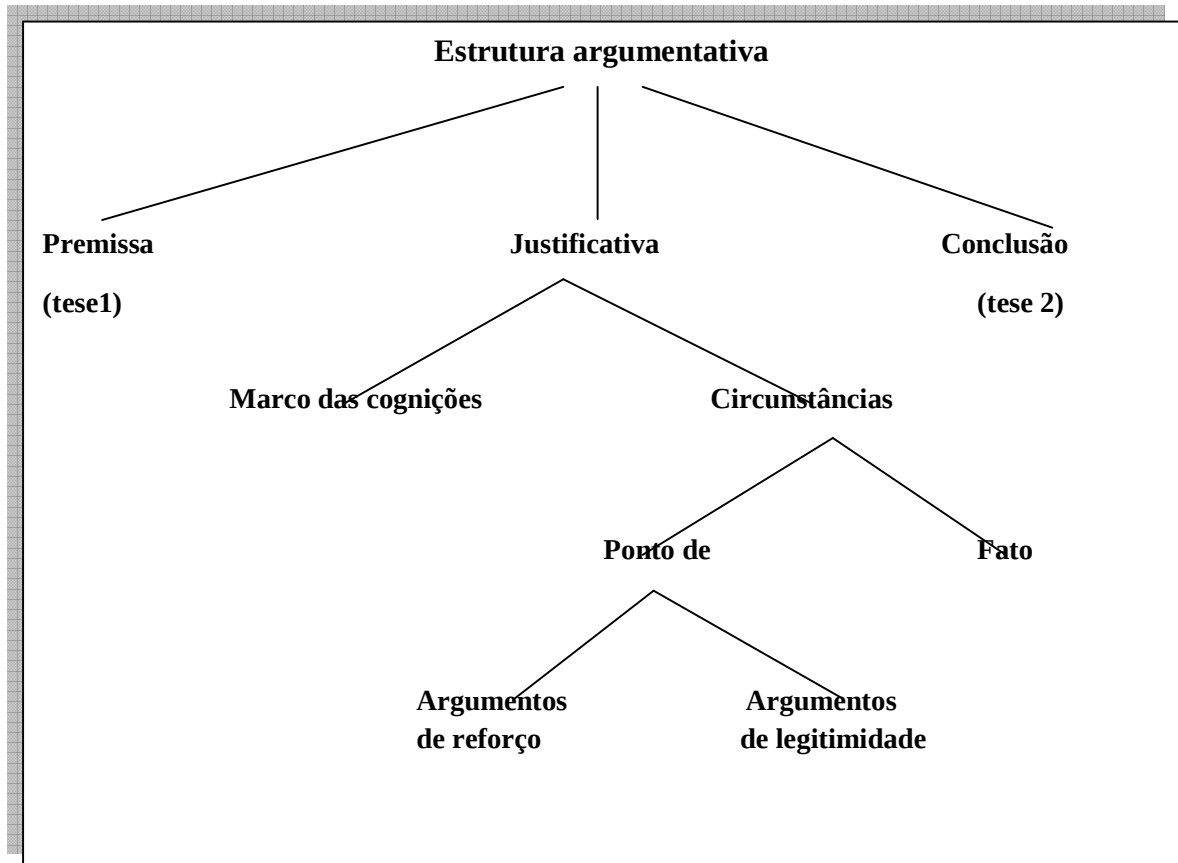
A proposta de Adam faz referências somente a “dados–fatos” conhecidos pelo interlocutor.

Entretanto, van Dijk (1978), formula e apresenta um esquema hierárquico para o estudo de textos argumentativos: a superestrutura argumentativa. O autor considerar que este esquema textual está presente em diferentes textos, visto que, não existem textos ingênuos ou sem intencionalidade. A seu ver todos os textos são argumentativos.

Gabriel Jr. (2014), ressalta que van Dijk,

Trata o “conhecido” por “Marco das Cognições Sociais”. Na superestrutura argumentativa – as argumentações evidenciam uma estrutura textual que está composta por: Tese, argumentos, conclusão. A tese é a ideia defendida através dos argumentos; estes são os conteúdos que apoiam a tese exposta e recorrem ao Marco de Cognição Social de uma sociedade; a conclusão é derivada dos argumentos construídos no discurso. GABRIEL JR. (2014, p.113).

Segundo Gabriel Jr. (2014), a estrutura argumentativa pode ser entendida pelo seguinte esquema.



GABRIEL JR. (2014, p. 114)

O autor reforça que o esquema da estrutura argumentativa, como qualquer outra superestrutura, é hierárquico e as suas categorias textuais mais altas são a Premissa, a Justificativa e a Conclusão.

Gabriel Jr. reforça que,

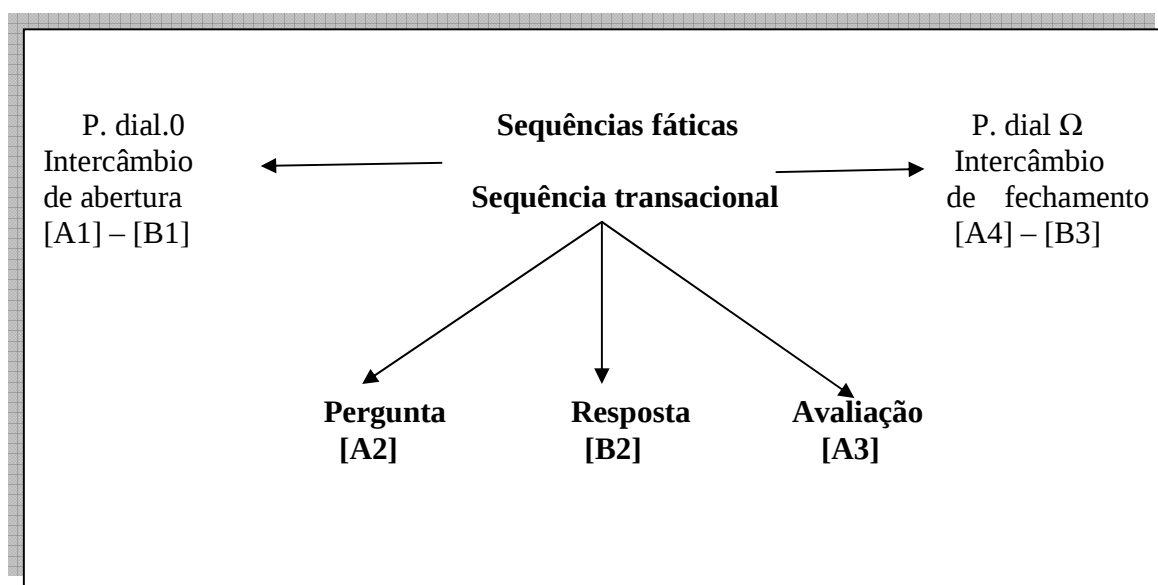
a conclusão é considerada como um julgamento de valor que é a opinião, podendo ou não estar sendo justificada, explicitamente, no texto. Desde que justificada, recorre-se ao Marco das Cognições Sociais e pela Circunstância propicia a construção da opinião. GABRIEL JR. (2014, p.114).

1.3.1.4 Sequência Dialogal

Esta sequência é a única que tem em sua estrutura a presença explícita de mais de um interlocutor. Assim, é composta por uma estratégia discursiva que alterna as posições dos participantes na progressão do texto, isto é, segundo Adam (2011), esta sequência concretiza-se nos segmentos dos discursos interativos, que são estruturados em turnos de fala. A seu ver,

os turnos são, eles próprios, naturalmente emparelhados sob forma de intercâmbios bipartidos. Os intercâmbios estão ligados uns aos outros em sequências marcadas por uma certa tematicidade. Uma ou mais sequências temáticas formam o corpo de uma conversação. [...] em torno desse núcleo transacional de base, um texto dialogal é enquadrado por **sequências fáticas** de abertura e de fechamento. ADAM, (2011, p.249).

O autor afirma, portanto, que as sequências transacionais constituem o corpo da interação, em um texto conversacional elementar completo, como visualizado no esquema a seguir.



ADAM, (2011, p. 250)

Para o autor, a sequência dialogal é autônoma e previsível, isto é, conforme complementa Wachowicz (2010),

isso se justifica por um pressuposto básico: o diálogo estrutura seus componentes temáticos por algum tipo de ligação. Se os turnos temáticos estão desconexos, o

diálogo não acontece e, por conseguinte a situação de comunicação não se constrói. WACHOWICZ, (2010, p.88).

1.3.1.5 Sequência Explicativa

De acordo com Adam (2011), a sequência explicativa tem por objetivo responder às perguntas Por quê? E Como?, isto é, a explicação tende a explicitar claramente uma ideia, um ponto de vista, e responde às perguntas com o objetivo de transformar uma convicção.

Segundo Wachowicz (2010), nessa estrutura sequencial de base, dois tipos de operador POR QUE devem ser considerados: o primeiro [POR QUE] introduz a primeira macroposição obrigatória; o segundo [PORQUE] introduz a segunda macroposição obrigatória, que geralmente é seguida por uma terceira macroposição de ratificação. A autora representa a sequência explicativa prototípica, conforme apresentado no esquema a seguir.

Macroposição explicativa 0	Macroposição explicativa 1	Macroposição explicativa 2	Macroposição explicativa 3
Esquemática inicial	O Problema	A Explicação	Conclusão - Avaliação
	QUESTÃO: POR...QUE...X?	RESPOSTA: PORQUE...Y...	

WACHOWICZ, (2010, P. 82)

Nesta dissertação, aplicaremos apenas as sequências narrativas e argumentativas.

1.3.1.6 As incrustações sequenciais

De acordo com Adam (2011), as sequências textuais são lineares e estão disponíveis para serem selecionadas e combinadas entre Si. Para o autor, tratar do gênero implica examinar quais sequências foram selecionadas e como elas estão incrustadas hierarquicamente.

Em síntese, este capítulo buscou apresentar as inter-relações entre cognição, sociedade e discurso para se rever os conceitos de cultura e ideologia e como elas se manifestam textualmente e intertextualmente para a organização da opinião, a partir de um macroato de fala. Este é retomando para tratar do gênero crônica, por uma visão da Linguística Textual e discursiva. Ambas revistas em seus princípios fundamentais.

Capítulo II

DESVENDANDO A CRÔNICA

A crônica atravessou um longo caminho até se firmar como gênero literário, tais caminhos imprimiram diferentes matizes assumidos pela crônica ao longo de seu registro. Desta forma, para a compreensão da crônica faz-se necessário apresentar uma breve retrospectiva de sua história, desde sua gênese até o seu estágio atual. Neste capítulo fazemos uma retomada de sua origem e percurso.

2.1 Visão etimológica

Considerar o termo “crônica” em seu significado etimológico pressupõe considerar o radical grego “*chronos*”, que está ligado à ideia de tempo. Já no latim encontramos a palavra “*chronica*” para designar o gênero textual que registrava os acontecimentos históricos, verídicos, numa sequência cronológica.

Confirmando essa conceituação em *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986), o verbete traz:

Crônica [do lat. *Chronica*] S.F.1. Narração histórica ou registro de fatos comuns, feitos por ordem cronológica. 2. Genealogia de família nobre. 3. Pequeno conto de enredo indeterminado. 4. Texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal, e que tem como tema fatos ou ideias da atualidade, de teor artístico, político, esportivo, etc., ou simplesmente relativos à vida cotidiana. (p. 404).

De acordo com o *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (1998), traz a seguinte conceituação:

crônica *sf* (*gr khronikós*, via *lat*) 1 Narração histórica, pela ordem do tempo em que se deram os fatos. 2 Seção ou artigo especiais sobre arte, literatura, assuntos científicos, esporte, notas sociais, humor etc., em jornal ou outro periódico, sempre do mesmo autor, geralmente refletindo suas ideias e tendências pessoais. 3 Biografia, geralmente escandalosa. 4 História da vida de um rei. *sf pl* Cada um dos dois livros do Antigo Testamento que narram os feitos das

principais personagens bíblicas, especialmente os dos reis de Israel e Judá; Paralipômenos. (1998, p.480).

Mesmo que se encontre em outros dicionários, variantes do étimo de crônica, nenhuma dessas variantes deixará de se radicar ao sentido original de *cronos* (tempo).

2.2 Visão histórica

Segundo Azevedo e Tavela (2009) a palavra “crônica”, em sua origem, está associada à palavra grega “*khronos*”, que significa tempo. De *khronos* veio *chronikós*, que quer dizer “relacionado ao tempo”. No latim, a palavra “*chronica*” era utilizada para designar o gênero que fazia o registro dos acontecimentos históricos, verídicos, numa sequência cronológica, sem um aprofundamento ou interpretação dos fatos. Entretanto, até se firmar como gênero propriamente dito, a crônica percorreu um longo caminho e dificilmente poderemos assegurar ao certo, quando se deu seu surgimento específico. De acordo com Massaud (2011), o termo crônica advém do grego *chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*), pelo latim *chronica*. O autor pontua também que, caminhando no tempo, o vocábulo “crônica” passou a designar, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica. Na visão do autor a ampla difusão da imprensa beneficiou o vocábulo que então, rapidamente, passou a ser uma narrativa histórica presente nos jornais impressos. Nos dias atuais, o gênero crônica, possui um sentido claro e inequívoco como um texto breve, relacionado à atualidade e publicado em jornal ou revista.

Isto acontece porque o gênero textual “crônica”, apesar de existir desde a Idade Média vem se transformando ao longo do tempo. Um dos fatores que contribuiu efetivamente para essa mudança foi, sem dúvida, a invenção da prensa por Johann Gutenberg, em 1447, que propiciou o intercâmbio de ideias e a disseminação do conhecimento, cujas bases alicerçaram o Renascimento Europeu.

Segundo Gabriel Jr. (2010), a partir do XVII, na Europa, principalmente na Alemanha e na França, surgiram jornais semanários. Esses primeiros jornais eram, na verdade, boletins cujo teor textual tinha o objetivo de levar a uma classe formada por um grupo social cada vez maior

de comerciantes, notícias sobre o mercado e negócios. Na primeira metade do século XVII, os jornais passaram a ter publicações periódicas, abordando não só temas comerciais e de negócios, mas também assuntos locais, abrindo espaço para assuntos mais frívolos, que buscavam o entretenimento dos leitores.

Essas colunas dedicadas ao entretenimento começaram a ser escritas nos rodapés de cada edição. Com o passar do tempo, essa coluna de rodapé passou a ser um forte recurso para atrair o público leitor dos jornais. Todos os periódicos de renome publicavam o seu folhetim, atraindo, nesse período, um grande número de leitores.

Em Portugal, a primeira aceção de crônicas foi atribuída aos textos de Fernão Lopes, visto que, ao ser nomeado Guarda-mor da Torre do Tombo, foi-lhe atribuída também a tarefa de registrar os acontecimentos e as linhagens das famílias nobres de Portugal. Tais registros objetivavam registrar os fatos reais seguindo uma evolução cronológica. Desse modo, a crônica surge em Portugal, em meados de 1344, ligada à Historiografia.

Outro uso do termo crônica, naquela época, se aplicava aos relatos dos viajantes. As crônicas de viagens dos portugueses no século XVI, fruto da mentalidade expansionista, buscavam descrever as terras recém-descobertas pelos viajantes europeus, tendo como destaque os textos que falam sobre o Brasil, como as crônicas de Pero Gândavo e Gabriel Soares de Souza, ou ainda os textos de Fernão Mendes Pinto sobre as terras do oriente e a própria Carta de Pero Vaz de Caminha, que também desenvolve um discurso cronológico sobre as novas terras de além-mar.

O cronista, dentro dessa perspectiva, era um compilador que ordenava cronologicamente, narrativas, memórias ou histórias já escritas. Todavia, conforme apontado por Gabriel Jr,

Fernão Lopez dá uma nova orientação para a crônica, embora sua obra também seja resultado da compilação de textos de História; a nova orientação resulta em uma inovação de outra parte de sua obra, que ocorre pelo trabalho de pesquisa, investigação pessoal e escrita pelo próprio cronista, assegurando suas convicções. Como guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopez teve acesso aos arquivos do estado, possibilitando-o transcrever, resumir e interpretar correspondências diplomáticas, disposições legais e outros documentos que foram enriquecidos por ele, por meio de pesquisas além Torre do Tombo, já que buscava informações e documentos junto aos cartórios das igrejas, até mesmo nas lápides de sepulturas. Todo esse material de pesquisa possibilitou-lhe fazer a crítica e a correção de textos de História e de memórias escritas. [...] assim sendo, Fernão Lopez inaugurou, para a crônica portuguesa, o hábito de apoiar-se em documentos e

acontecimentos autênticos, fazendo deles uma análise crítica. Dessa forma, a crônica passa a ser ligada à Historiografia, por e referir a um fragmento da sociedade, contudo se difere do historiador por tratar da história por fragmentos de vida e de hábitos da sociedade em uma visão de conjunto. GABRIEL JR. (2010, p.18).

Em 1454 Gomes Eanes de Azurara passou a ocupar o cargo de Cronista-Mor do Reino e pretendeu dar sequência ao projeto de escrever a história de todos os reis portugueses até aquela data. Seu trabalho, entretanto, seguiu uma linha diferente das de seu antecessor, tendo uma perspectiva mais voltada para a exaltação dos feitos individuais e para a louvação da nobreza, do que para a visão crítica, afastou-se ainda mais de Fernão Lopez por preferir a tradição oral à pesquisa documental. Iniciador da historiografia da expansão ultramarina, com a narrativa da Tomada de Ceuta (1415), inaugurou uma linha ufanista, comum a toda a literatura de informação quinhentista e que ecoou até em Os Lusíadas. Como resultado, o autor observa que Azurara preocupou-se mais com individualidades do que com os grupos sociais. Guiado por uma visão cavaleiresca da história e, por ser literariamente menos dotado que Fernão Lopes, passou a orientar-se principalmente por testemunhos orais.

Diante desse cenário, o autor, apoiado em Saraiva e Lopes (1950) afirma que a crônica portuguesa passa, então, por uma modificação. Essa modificação deve-se em parte a uma deformação interpretativa, visto que, o ato de informar estava relacionado, sobretudo, às informações colhidas em depoimentos orais das pessoas mais qualificadas socialmente, em especial, o rei. Dessa forma, as crônicas de Azurara se diferenciam das de Fernão Lopez tanto nas temáticas quanto no estilo, isto é,

o cronista assume o encargo de argumentar, justificando questões que eram objetos de grandes debates, como a guerra contra o Marrocos ou a captura de escravos nas costas africanas. Quanto ao estilo, Azurara expressa-se na língua da corte, por meio de hipérboles, de citações, dando preferência a frases longas, com uso da subordinação conjuncional ou pronominal, procurando diferenciar a língua escrita da oral. GABRIEL JR. (2010, p.19).

Por volta de 1640, inicia-se a escrita panfletária, cujas fontes de informações eram os diários particulares. Estes eram redigidos pelo ponto de vista dos diaristas e apresentavam uma documentação a respeito da realidade social, do tempo, de forma a registrar o vivido. As crônicas

panfletárias demonstravam uma familiaridade do cronista com questões de ordem social, política, econômica, presente no momento social relatado.

2.3 A crônica no Brasil

De acordo com EL Fahl (2013), a segunda metade do século XIX foi um período dos mais dinâmicos, na História do Brasil. O Brasil vivia ideais de movimentos que agitavam as elites culturais da época. As campanhas abolicionistas e republicanas, assim como a crescente industrialização e urbanização, exigiam novas posturas de pensamento por parte dos artistas e intelectuais.

Nesse cenário de transformações e euforia social e intelectual, a crônica começa a se consolidar como gênero de modo a adquirir também tipicidade própria e torna-se uma forma de representação da identidade nacional. De acordo com Pesavento, ela se tornaria herdeira do folhetim e,

encontrou, no século XIX, seu veículo de difusão nos jornais, naquele momento em que a sociedade burguesa impunha ao mundo o ritmo do progresso e da busca incessante do novo. O desenvolvimento dos meios de comunicação e a velocidade da notícia imprimiram à vida urbana um padrão e consumo rápido das informações. PESAVENTO, (1999, p.181).

Essa visão está já confirmada por Coutinho (1971) que, ao fazer uma análise genealógica da crônica no Brasil, esclarece que o termo no século XIX deixou de se referir unicamente a um relato cronológico de acontecimentos para denominar “(...) um gênero literário em prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas”. Coutinho, (1971, p.109).

No final do século XIX, a composição dos jornais brasileiros consistia de um caderno único composto de quatro até seis páginas impressas, contendo cada uma de seis a dez colunas. O espaço do rodapé ficava reservado aos folhetins e, nas últimas páginas dos diários,

localizavam-se os anúncios. A maioria dos textos era publicada sem títulos no cabeçalho e sem a assinatura do redator.

Gabriel Jr. (2010), aponta ainda que,

a miscelânea temática- que se explica historicamente, talvez, pelo fato de terem sido frequentemente publicados no espaço destinado às variedades – se, por um lado, possibilitou que diferentes autores os exercitassem, por outro, pode ser apontado como fator preponderante para a falta de uma melhor definição, compreensão e valorização do gênero ao longo de sua história. GABRIEL JR.(2010, p. 20).

Freitas (2004) acrescenta ainda que a crônica

firma-se como espaço heterogêneo em que convivem, por exemplo, o pequeno ensaio, o conto ou o poema em prosa. Sua identidade resulta também dessa diferença. A caracterização da crônica como espaço heterogêneo pode ser vista, então, como decorrente da variedade de tipos em que pode ser escrita: poema-em-prosa, que apresenta conteúdo lírico; comentário, no qual se apreciam os acontecimentos, acumulando assuntos diferentes; crônica metafísica, que promove reflexões de conteúdo filosófico; crônica narrativa, que tem por eixo uma história ou episódio; crônica-informação, que divulga fatos, tecendo sobre eles comentários ligeiros. FREITAS (2004, p. 172).

Seguindo essa mesma focalização, Antônio Candido, em seu artigo “A Vida ao Rés-do-Chão”, ao tratar da história e a trajetória da crônica, aponta:

antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de roda-pé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas e literárias. Assim eram os da seção “Ao Correr da Pena”, título significativo à cuja sombra José de Alencar escrevia semanalmente para o Correio Mercantil, de 1854 a 1855. Aos poucos o folhetim foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje. (CANDIDO, 1992, p.15)

Ferreira (2008) destaca, ainda, que enquanto o folhetim do século XIX tratava de assuntos variados, além de tomar quase metade da página do jornal, a crônica moderna encurtou e passou a tratar apenas de um assunto, já que o jornal de hoje tem várias seções e cada uma delas, um assunto diferente. El Fahl (2013) observa que:

a intensa atividade literária nos jornais foi uma marca significativa do período compreendido entre o último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, ou seja, entre as reformas do fim do século e Primeira Guerra Mundial. [...] Durante essa fase, os textos literários passam a ser um dos pilares da atividade jornalística. De maneira geral, todo periódico possuía espaços dedicados à

produção literária. A indústria do livro no país era praticamente inexistente. A edição francesa dominava o mercado brasileiro, seguida pela produção portuguesa. A circulação de exemplares ocorria de forma limitada. EL FAHL (2013, p. 38).

A autora aponta que a crescente demanda por textos literários com uma aceção mais popular, passou a ser amenizada pelas publicações literárias veiculadas nos jornais que passaram a utilizar,

amplamente a colaboração voluntária, bem como já existiam escritores contratados para esse mister, possibilitando uma maior circulação dos textos literários, e, sobretudo, dos valores veiculados pelos mesmos. As colunas literárias passam a frequentar cotidianamente as páginas dos jornais. As colunas se sucedem em profusão na trajetória da imprensa brasileira. [...] a crônica se consolida e se constitui como um verdadeiro espaço “de experimentação e investigação livre sobre a realidade brasileira”. Essa afirmativa se comprova, uma vez que a liberdade do cronista outorga-lhe o direito de mostrar o país através de um recorte de cenas que apresenta um mosaico social do país em determinada época. EL FAHL (2013, P.39).

Portanto, mesmo não tendo o caráter aristocrático dos gêneros retóricos clássicos, a crônica se insere definitivamente no cenário literário brasileiro, uma vez que, conforme apresentado por El Fahl (2013 p. 36), “(...) a circulação literária era uma ferramenta importante para a regeneração de um povo ‘culturalmente atrasado’”. As crônicas da época passam a circular sob dois tipos de textos literários, e destacam como expoentes do período: o folhetim-romance e o folhetim-variedades.

A autora reforça, ainda, que o folhetim-romance, como o nome sugere, eram textos de ficção, ancestrais da radionovela e telenovela atuais, romances fragmentados em capítulos e publicados periodicamente para o deleite dos leitores. A princípio, publicando apenas produções estrangeiras, mas logo cederá espaço aos autores nacionais. Ele foi a matriz dos grandes romances brasileiros do século XIX e do início do século XX e, antes de tomarem o formato de livro, foram publicados em forma de folhetins, por exemplo, *O Guarani*, de José de Alencar, *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, *O Ateneu*, de Raul Pompéia e *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

Ainda segundo El Fahl (2013, p. 36),

já o outro tipo de texto, o folhetim-variedades, foi o que de fato deu origem às raízes do que se denomina hoje de crônica literária. Ao lado do folhetim-romance, também nos rodapés dos jornais, lá estava aquele texto de teor diversificado, bem

diferente das matérias formais, que se encarregava de registrar e comentar fatos do dia-a-dia. Desse espaço reduzido e “imprensado” nas páginas dos jornais é que surgiu esse gênero narrativo, tão difundido e explorado na atualidade. O folhetim de variedades, também chamados de varietés, logo conquistou o gosto do público, sendo essa a principal razão para a sua manutenção e modificação ao longo dos anos. EL FAHL, (2013, p.36).

A autora acrescenta também que,

a crônica literária brasileira não surge simultaneamente com os jornais brasileiros, mas se desenvolve a partir do instante em que esses periódicos passam a ter edições mais frequentes e mais disponíveis para os leitores. Assim, criou-se a figura do folhetinista, ancestral do atual cronista. O sucesso de sua coluna dependia do seu próprio talento para as letras, e também do seu labor, pois com o aumento da demanda, a sua produção passou a ser praticamente diária para alimentar a voracidade dos leitores. Autores consagrados pelos seus romances, como José de Alencar e Machado de Assis, durante muito tempo atuaram como colaboradores efetivos de jornais de grande circulação no Rio de Janeiro, trazendo ao grande público suas opiniões repletas de refinamento intelectual, onde o cotidiano era ressignificado de forma literária. Como por exemplo, podemos lembrar o trabalho de Machado de Assis na série de crônicas intitulada Bons-Dias EL FAHL (2013, P. 37).

Corroborando com o posicionamento de que a crônica, apesar de injustamente inferiorizada pelo nosso sistema cultural, vem, ao longo dos anos, fazendo parte do universo intelectual do país, e, sobretudo, do repertório textual dos nossos leitores, Candido (1992), argumenta:

a “crônica” não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em o prêmio Nobel a uma cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. “Graças a Deus” ---- seria o caso de dizer, porque assim, ela fica perto de nós. CANDIDO, (1992, p.05)

Assim, de acordo com esses estudiosos do assunto, a crônica foi um gênero construído, essencialmente, para ser vinculado à imprensa, mas que com o passar do tempo ampliou seu campo de atuação e recebeu um caráter mais literário, porém, manteve sua finalidade original, que era a de agradar e entreter seus leitores. O “gênero crônica”, acabou adquirindo certa leveza que culminou na familiaridade entre o cronista e os seus leitores.

Coutinho (1997) ressalta ser a natureza literária que diferencia a crônica de um texto jornalístico, pois,

enquanto o jornalismo (artigo, editoriais, tópicos) tem no fato o seu objetivo, seja para informar divulgando-o, seja para comentá-lo dirigindo a opinião, para a crônica o fato só vale, nas vezes em que ela o utiliza, como meio ou pretexto, de que, o artista retira o máximo partido, com as virtuosidades de seu estilo, de seu espírito, de suas faculdades inventivas. A crônica é na essência uma forma de arte da palavra, a que se liga forte dose de lirismo. É um gênero altamente pessoal, uma redação individual, íntima ante o espetáculo da vida, as coisas, os seres. O cronista é um solitário com ânsia de comunicar-se. Para isso, utiliza-se literalmente desse meio vivo, insinuante, ágil, que é a crônica. COUTINHO, (1997, p. 97).

Para o autor, a crônica galgou uma categoria literária de alto valor estético, que a transformou em um gênero específico que se abraçou, fato que contribuiu para um afastamento da crônica portuguesa. Por essa razão, Coutinho classifica-as levando em consideração seus diferentes tipos. A seu ver, as crônicas podem ser divididas em:

- a) a crônica narrativa – o eixo é uma história ou episódio, o que a aproxima do conto; b) a crônica metafísica – constituída de reflexões de cunho mais ou menos filosófico; c) a crônica poema-em-prosa – de conteúdo lírico, mero extravasamento da alma do artista ante o espetáculo da vida; d) a crônica-comentário – relata diferentes acontecimentos; e) a crônica-informação – é a que divulga fatos, tecendo sobre eles comentários ligeiros. COUTINHO, (1997, p.120).

Desse modo, mesmo não se tratando de um gênero maior, a crônica como uso “mais nacional” da língua portuguesa adquiriu, definitivamente, uma identidade brasileira, ou seja, é um gênero específico próprio da cultura brasileira. El Fahl argumenta ainda que,

a tradição da coluna literária de crônicas no Brasil invadiu o século XX, perpetuando-se ao longo dos anos. O gênero parece ter se ambientado de tal maneira no país, que um estudo detalhado de sua evolução revelaria muito da identidade nacional, pois a crônica revela uma profunda intimidade com o cotidiano do brasileiro. EL FAHL, (2013, p. 37).

Dessa forma, podemos afirmar apoiado em Silveira (2010) que,

a crônica é um gênero heterogêneo, não tendo, portanto, uma forma rígida. Pode servir-se de todos os tipos textuais - narração, descrição, argumentação, etc. - e guarda fronteiras muito tênues com o artigo de opinião, e com outros gêneros, como o pequeno conto, o caso, a narrativa pessoal e até com o ensaio [...] SILVEIRA, (2010, p.237).

2.4 A Crônica do Cotidiano

Scafuro (1999), ao analisar a tipologia textual das crônicas jornalísticas paulistanas, concluiu que as mesmas podem ser divididas em crônicas de notícias e crônicas do cotidiano. As crônicas de notícia se diferenciam das crônicas do cotidiano, à medida que, a primeira é definida pelas categorias inusitado/atual, já que trabalha com fatos noticiosos relevantes, mas de caráter efêmero; a segunda se define pelas categorias usual/frequência, e por elas o cronista trabalha com assuntos vivenciados e experienciados socialmente.

A crônica do cotidiano – objeto de pesquisa desta dissertação - é hierarquicamente organizada pela categoria semântica usual e pela categoria temporal frequência. No que se refere a sua estrutura argumentativa, segue também de forma hierárquica as categorias Premissa, Justificativa e Conclusão.

Na categoria Justificativa agrupam-se as categorias Marco das Cognições Sociais e Circunstância. A categoria Circunstância reúne os pontos de partida, isto é, informações que funcionarão como ponto de referência, para a produção de argumentos – legitimação e reforço para a opinião do cronista. O ponto de vista, ou seja, a forma como o cronista observa e ressignifica o mundo ao seu redor é apresentado na categoria conclusão.

O cotidiano, compreendido como os acontecimentos diários, implica a representação de uma sequência de ações usuais definidos, que são concretizadas nos acontecimentos diários. São essas ações usuais que constituirão o eixo narrativo na construção da crônica. Embora tenha como ferramenta de trabalho o usual, ou seja, os aspectos interativos vivenciados e experienciados, pelos interlocutores, o fato é construído pelo cronista sob a forma de ponto de vista particular. Dessa forma, o fato construído por ele, por meio de sua focalização, difere das Cognições Sociais dos grupos, embora tenha com elas uma zona de similitude textual. É a partir desse antagonismo que o cronista constrói uma premissa sobre a qual apresentará uma opinião como forma de julgamento avaliativo

Dessa maneira, ele faz sua seleção temática a partir de acontecimentos cotidianos notórios conforme próprio conhecimento do assunto. Com isso, a categoria semântica Usual,

sobreposta às categorias Esperado e Conhecido, formam o eixo orientador na organização da seleção temática do cronista. A comparação efetuada pelo cronista da representação mental selecionada e a reconstrução sob seu foco narrativo é uma figura intertextual, que estabelecem zonas de similitude entre as Cognições Sociais e do fato estabelecido pelo cronista, criando uma opinião como forma de julgamento avaliativo. Dentro de uma estrutura narrativa/argumentativa, o cronista reconstrói os fatos corriqueiros do dia a dia a partir de uma focalização¹ bipolar.

- o No polo 1 – temos informações ou dados referentes ao que seria o cotidiano, a vida das pessoas, representados por avaliações culturais e ideológicas de certo grupo de pessoas, em conformidade com o Marco de cognições sociais.
- o No polo 2 - temos a opinião particular do cronista, sobre essa informação do cotidiano que atuará como um julgamento avaliativo dos valores sociais. Dessa forma, o fato construído pelo cronista por meio de seu enfoque particular, difere das Cognições Sociais dos grupos, embora estabeleça com elas uma similaridade textual.

Scafuro (1999) ao tratar das crônicas do cotidiano no que se refere à focalização, afirma que elas são organizadas textualmente em: A – polo 1 – focalização pelo marco de cognições sócias X B – polo 2 – focalização particular dada pelo cronista.

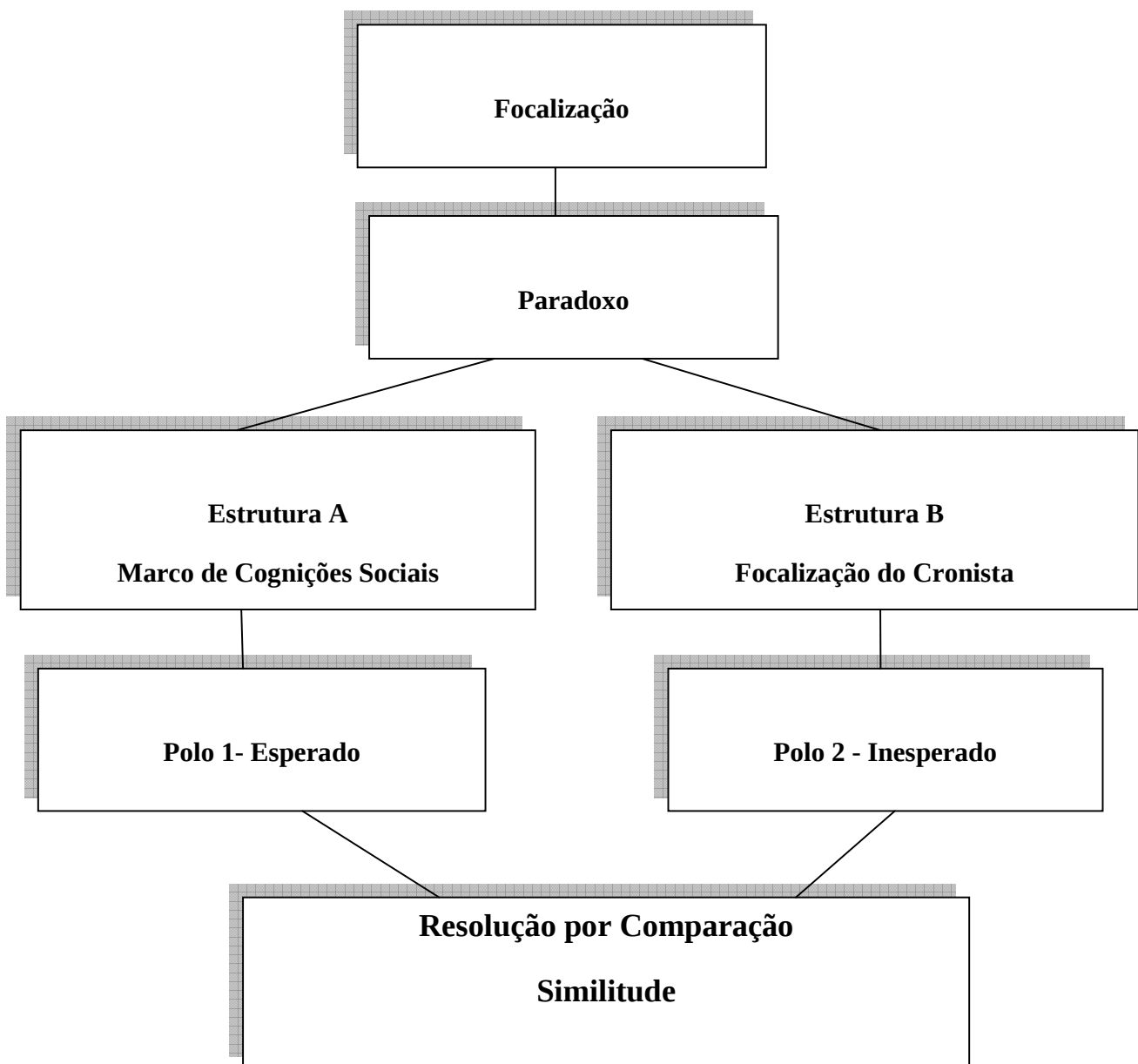
Portanto, é a partir desse paradoxo que o cronista constrói uma proposição sobre a qual apresentará uma opinião como forma de julgamento avaliativo. A focalização, como ponto de vista, refere-se à representação da informação por meio de um determinado campo de consciência e por meio dela serão projetados tanto os marco de cognição social, quanto a opinião do cronista.

Nessa acepção, a autora caracteriza a crônica do cotidiano como texto opinativo, construído pelas categorias semânticas Usual/ Inusitado e pelas categorias temporais Frequência/ Atualidade, organizadas e ordenadas pelas estruturas textuais do paradoxo, ancoradas nas estruturas textuais de comparação, que funcionam sob a forma argumentativa do cronista.

¹ De acordo com Reis e Lopes (1998), o termo “focalização”, refere-se ao conceito identificado também por meio de expressões como ponto de vista, visão, restrição de campo e foco narrativo.

Esse imbricamento de estrutura textual permitirá que a opinião do cronista se organize textualmente, de modo a construir uma avaliação do assunto. Essa avaliação construída por meio da comparação funcionará pela articulação entre polos articulados pelo paradoxo esperado / Inesperado que compreendem o saber efetivo no Marco das Cognições sociais.

Para maior entendimento, podemos visualizar a focalização da crônica do cotidiano pelo seguinte esquema textual, proposto por Scafuro (1999).



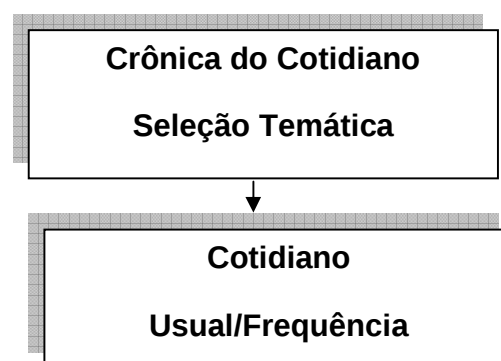
Apesar de situar focalizações polares, a estratégia argumentativa é usada pelo cronista como alicerce para a construção de um eixo condutor/comparativo entre o Marco de Cognições Sociais e a focalização do cronista, ou seja, a aproximação entre o leitor e o cronista se dará por meio da similitude entre o saber social do leitor e o do cronista. Essa similaridade conduzirá o leitor a uma focalização individual de um novo saber, criando, um mundo possível, isto é, uma outra possibilidade para o fato, que era inesperado pelo leitor. Dessa forma, por meio da argumentação o cronista constrói uma ponte que levará o leitor a aderir ao “novo”, a sua opinião.

2.5 Categorias de composição da crônica do cotidiano

Scafuro (1999) postula ser a crônica do cotidiano caracterizada como texto opinativo construído pelas categorias semântica Usual/Inusitado e as categorias Frequência/Atualidade, que contêm as estruturas do Paradoxo, as estruturas textuais Comparação e a superestrutura da argumentação do cronista. Essa definição possibilita considerar que as categorias de composição da crônica do cotidiano podem ser compreendidas pela:

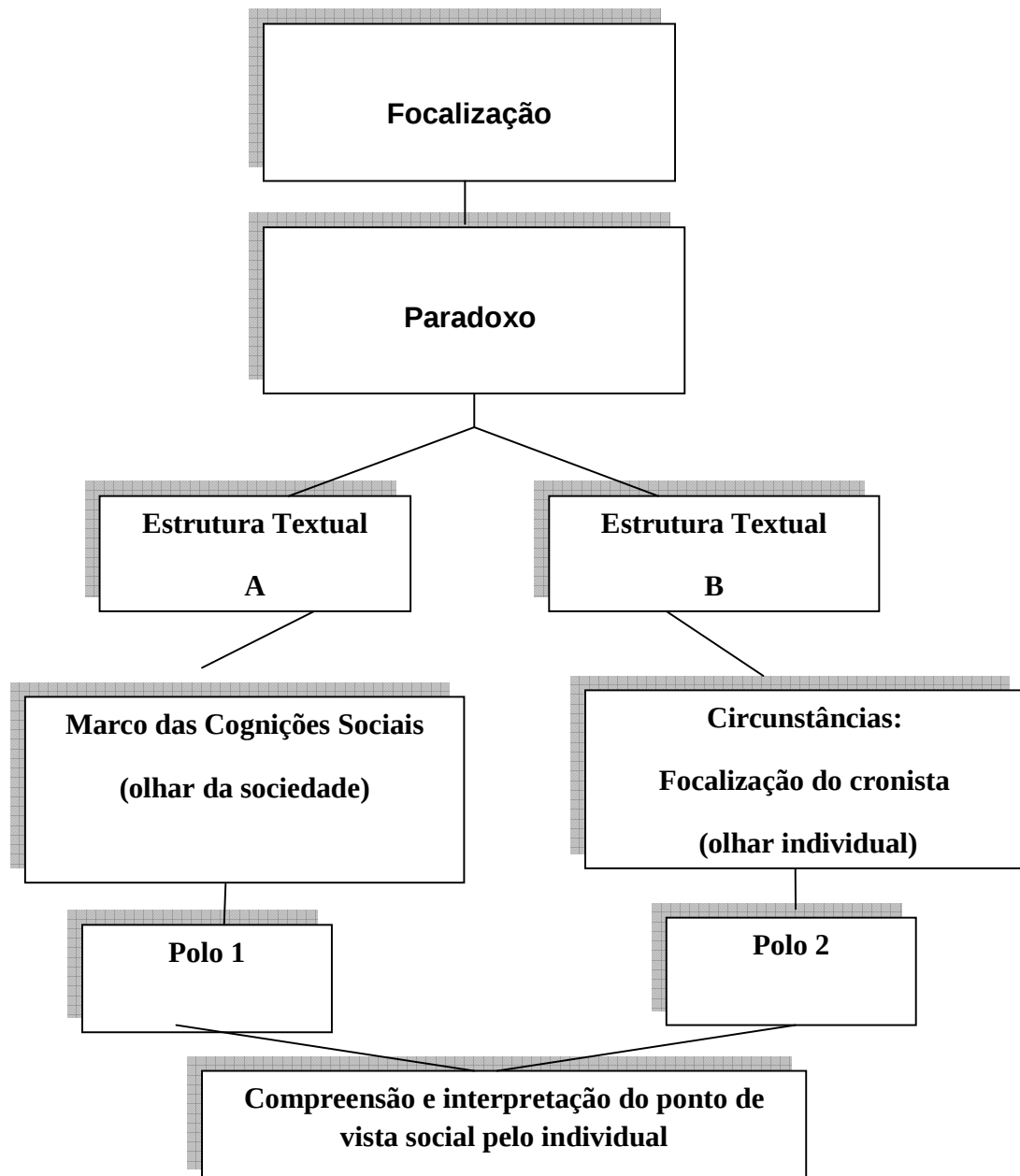
- I. **Seleção Temática:** a seleção temática é feita, a partir de uma representação do cotidiano (Usual), integrada ao Marco de Cognições Sociais, que está implicada no conceito de organização social. Conhecedor dos acontecimentos sociais do cotidiano, o cronista seleciona dele um fato. Com isso, essa seleção irá ocorrer na categoria Usual. Tal categoria agrupará outras três categorias semânticas: o esperado, o conhecido e o iterativo.

A título de exemplificação, apresentamos o esquema textual da crônica do cotidiano:



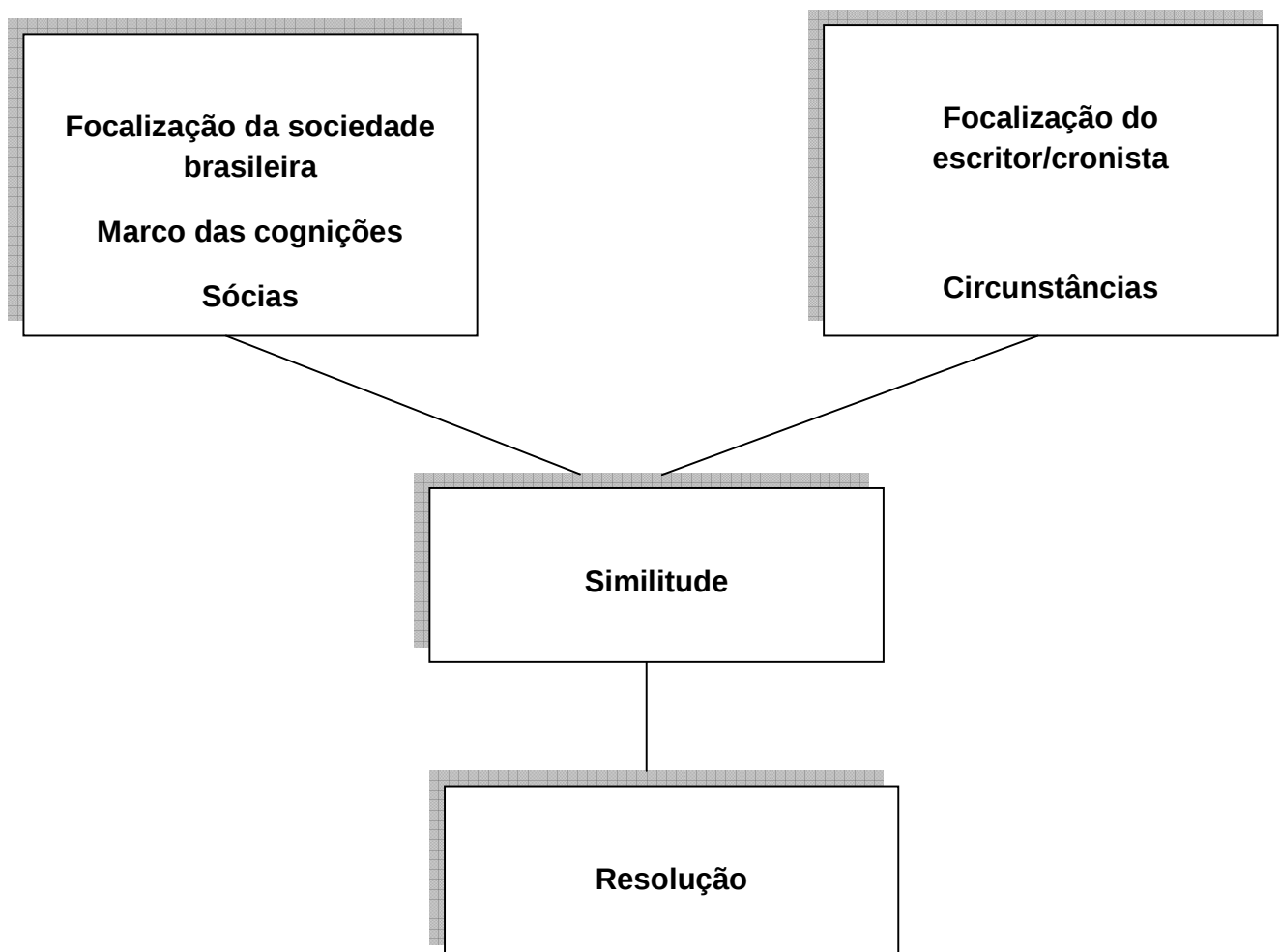
- II. **Focalização e estrutura textual:** a crônica do cotidiano, textualmente organizada pela bipolaridade do ponto de vista do cronista, explica-se pela projeção de dois ângulos: um deles referente ao marco das cognições sociais, o outro, referente ao traço individual projetado pelo olhar do cronista.

Quanto à estrutura hierárquica da focalização, temos a seguinte visualização.



Por meio da visualização da estrutura hierárquica da focalização, conclui-se que a crônica do cotidiano caracteriza-se pela criação de um Paradoxo. Mesmo sendo uma focalização polar, ambas se hierarquizam pela categoria Usual, por serem apresentadas pela relação Esperado/Inesperado que compõem o saber dos brasileiros a respeito de seu mundo. A Crônica parte do Marco de Cognições Social para chegar ao ponto de vista do cronista, construindo textualmente uma comparação por semelhança a partir das dessemelhanças, levando a novo ponto de vista - Resoluções.

Dessa maneira, a similitude e resolução podem ser visualizadas pela estrutura textual abaixo:

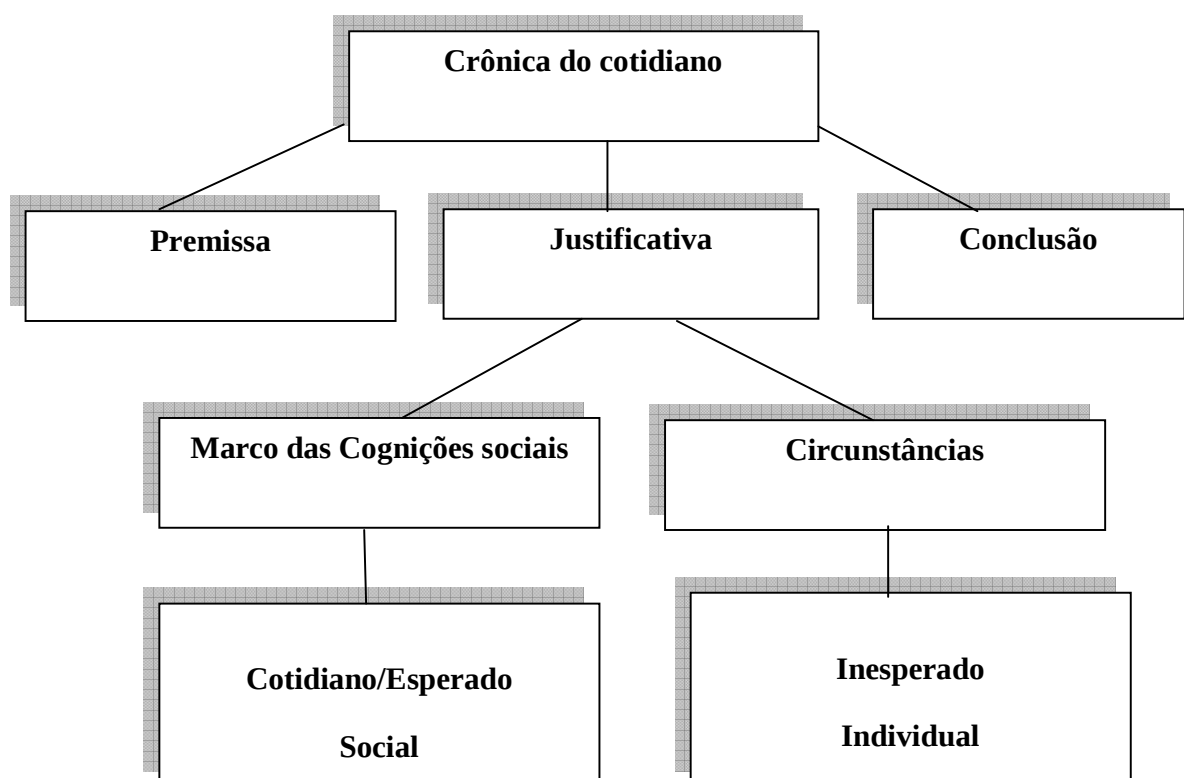


2.6 Organização textual da opinião do cronista – Argumentação

A opinião do cronista é uma das características relevantes da crônica do cotidiano, pois se deve à ótica como os acontecimentos são observados pelo cronista que questiona de forma individual os fatos sob diferentes ângulo: seu caráter discursivo gira em torno de uma realidade social, política ou cultura, que possibilita colocar em discurso o cotidiano por ângulos diferenciados, devido a ponto de vista que articula o social com o individual.

Segundo a organização textual da crônica do cotidiano, temos um esquema cujas categorias mais relevantes são as da estrutura argumentativa, compreendida em: Premissa, Justificativa e Conclusão. Guiadas seletivamente, pelas categorias semânticas Esperado/Inesperado, propiciam a seleção de fatos cotidianos que justificam a opinião do cronista por meio de argumentos de probabilidade e de possibilidade.

Abaixo é apresentada composição hierárquica da superestrutura da crônica do cotidiano



Como podemos constatar, a crônica do cotidiano é hierarquicamente organizada pela estrutura argumentativa, cujas categorias são:

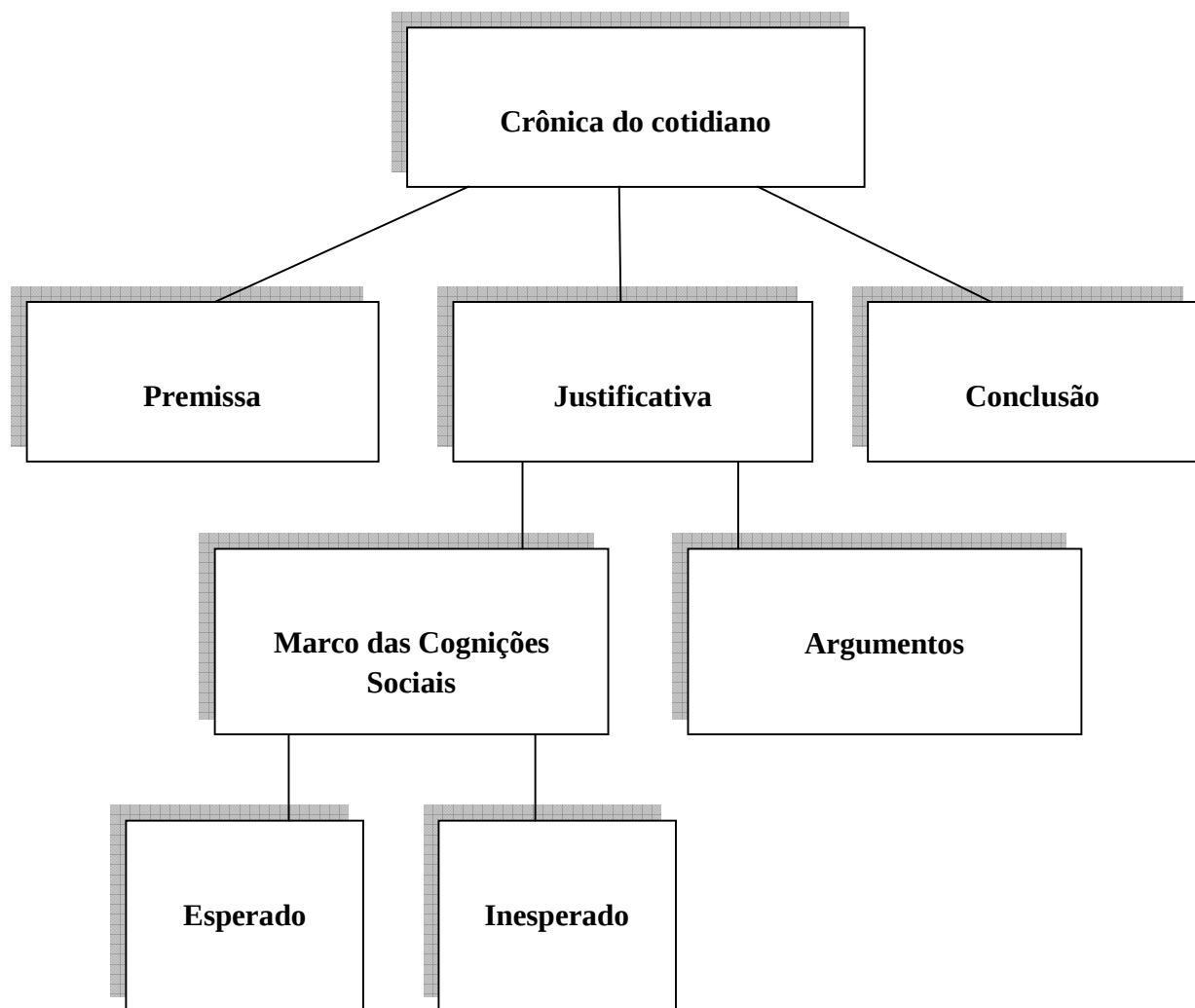
- a. **Premissa:** ponto de partida considerado hipoteticamente verdadeiro, dentro de uma dada inferência, ou seja, a premissa será a proposição, o conteúdo, às informações essenciais que servem de sustentação para a construção do raciocínio, que orienta a construção de uma argumentação.
- b. **Justificativa:** o cronista, orientando-se por essa categoria apresentará os argumentos que funcionarão como reforço, capaz de garantir o grau de veracidade da sua opinião. Em sua composição, a justificativa, agrupa as categorias: Marco de Cognições Sociais e Circunstâncias.
- c. **Conclusão:** a forma de justificativa da opinião do cronista é dada pela recorrência ao Marcos de Cognições Sociais, onde seleciona os argumentos que servirão para legitimar sua conclusão. A conclusão de um silogismo não deve ultrapassar as premissas.

Em síntese, conforme aponta Gabriel Jr. (2013),

o cronista do cotidiano, embora trate do Usual, com aspecto Iterativo vivenciado e experienciado, representado pelo discurso para os interlocutores, necessita construir uma circunstância para construir seu ponto de vista. Dessa forma, o fato construído por ele, por meio de sua focalização, difere das Cognições Sociais dos grupos, embora tenha com elas uma zona de similitude textual. É a partir desse antagonismo que o cronista constrói uma premissa sobre a qual apresentará uma opinião como forma de julgamento avaliativo. A fim de justificar a sua conclusão e legitimá-la, o autor recorre ao Marco das Cognições Sociais como forma de selecionar os argumentos de reforço da sua opinião. GABRIEL JR, (2013, p.102).

Dessa forma, com base na estruturação hierárquica das categorias que organizam o texto da crônica do cotidiano, Scafuro (1999) apresenta a seguinte proposta para a visualização do esquema textual da crônica do cotidiano.

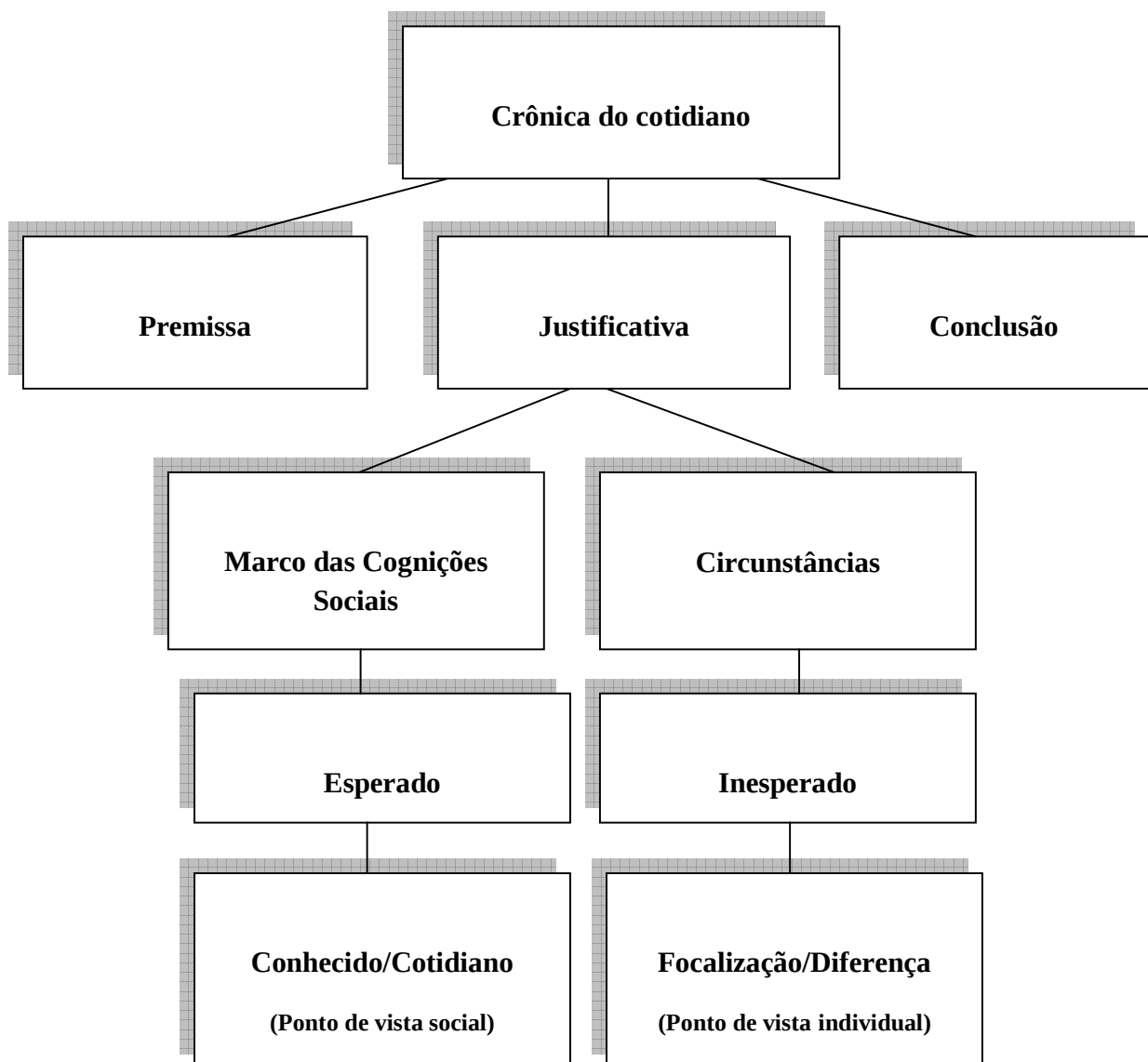
Estrutura da crônica do cotidiano – Scafuro 1999



Após a realização de novas análises Gabriel Jr. (2010) propõe uma expansão no esquema de textual das crônicas do cotidiano, incluindo as categorias conhecido/cotidiano – ponto de vista

social e focalização/diferença – ponto de vista individual do cronista, conforme apresentado a seguir.

Estrutura da crônica do cotidiano Gabriel Jr. 2010



Em síntese, a crônica nacional é um texto opinativo construído pela intenção do seu autor. A crônica tem sua origem no jornal e foi modificada em crônica do cotidiano e crônica de notícia. As crônicas tratadas nesta dissertação são crônicas do cotidiano. Estas são construídas pela projeção do individual sobre o social. O individual constrói uma circunstancia em relação às cognições sociais. O cronista opina a respeito de um fato circunstancial construído por ele.

Capítulo III

FEMININO E FEMINISMO: DA QUESTÃO DA MULHER À QUESTÃO DO GÊNERO

3.1 A parte que pertence à história

Para entender o movimento feminista, é necessário atentarmos para sua história e seu processo, pois o feminismo, ao refletir sobre sua própria condição, cria sua própria teoria. De acordo com Alves e Pitanguy, 1985,

O masculino e o ‘feminino’ são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. *Aprendemos* a ser homens e mulheres e aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. ALVES e PITANGUY, (1985, p.55).

Para Costa (2008), quando falamos sobre relações de Gênero, estamos falando de poder, à medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, que mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. Nesse aspecto, o feminismo como movimento social busca combater as segregações e estabelecer direitos igualitários entre os gêneros, em sua dimensão coletiva. Esse movimento não se reporta apenas às feministas, mas a todas as mulheres, visto que, de acordo com sentido adotado por Hahner, (2003), feministas são: “mulheres que se posicionaram contra a desigualdade de gênero”. Eluf (2011) reforça que não se busca uma igualdade entre homem e mulher, já que se trata de sexos diferentes. A igualdade que se busca diz respeito aos direitos de cada um. Ou, conforme destaca Rocha (2015, p. 27), “não se trata de um ideal de reversão, no qual os homens seriam subalternos, mas sim um veículo que levaria as mulheres a fazerem o trajeto ao lado deles.”. Não se trata, também, de tentar diluir o feminino no masculino, de se apagar as diferenças existentes entre um modo de ser e outro. Trata-se antes de assegurar à mulher o direito de ser e estar no mundo de forma justa.

Durante vários séculos, as mulheres estiveram relegadas ao ambiente doméstico e subalternas ao poder do pai e/ou do marido. Quando chegavam a se expor em público, faziam-no acompanhadas. A limitação do ir e vir era a mais clara manifestação do lugar ocupado pelo feminino. Dessa maneira, as diferenças biológicas foram usadas como forma de inferiorizar a mulher, fortalecendo o sistema ideológico de valores, segundo o qual as mulheres são consideradas incapazes e, portanto, sujeitas ao poderio masculino.

As mulheres eram relegadas ao espaço doméstico, cumprindo seu papel de filha, esposa e mãe. Em síntese, a condição da mulher era comparável à escravidão, pois enquanto solteira, era propriedade do pai, e, após o casamento, passava a ser propriedade do marido. Todo esse cenário culminou na criação de um sistema ideológico de valores para a população feminina, que passa a ser considerada incapaz de cuidar de seu próprio corpo, de seus desejos, de seus negócios, isto é, de sua vida. O resultado foi o subjugamento do papel social feminino pelo poder masculino.

Contudo, ao fazermos uma retrospectiva histórica, é possível identificar que sempre houve mulheres que se rebelaram contra a condição a que eram sujeitadas. A Inquisição da Igreja Católica, por exemplo, foi inclemente com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela impostos como dogmas insofismáveis. Muitas pagaram com as próprias vidas por tal ato de rebeldia.

Em 1793, Olympe de Gouges, morreu na guilhotina, por pleitear que, “por natureza”, as mulheres tinham direitos iguais ao dos homens. “Na Inglaterra do mesmo período, Mary Wollstonecraft defendia que as mulheres têm capacidades, talentos, necessidades e preocupações específicas, que devem ser levadas em conta na sua cidadania. O direito à diferença, no entanto, não deveria ser incompatível com o direito à igualdade de direitos civis, como voto, e de direitos trabalhistas, como salários iguais para funções equivalentes.”. RODRIGUES, (2015, p. 19).

A transformação desse papel recluso experimentou suas primeiras transformações com o Movimento Feminista eclodido na Revolução Francesa, em 1789, pois o colapso econômico francês e o questionamento ao sistema político encorajaram as mulheres a se manifestarem contra a sujeição (política, econômica, social, familiar, etc.) a que eram submetidas. Em 1789, as mulheres dos mercados de Paris marcharam até Versalhes e tomaram o palácio real. Armadas

com foices, mosquetes e até com um canhão sem munição – protestavam contra o alto preço e a escassez do pão.

Ao longo da história, as violações dos direitos, a discriminação e a opressão, em relação ao então chamado sexo frágil, se multiplicam. Até o século XIX, as mulheres viviam sob a tutela do marido, sofrendo inúmeras restrições em seu cotidiano.

A luta por direitos iguais, respeito e reconhecimento na sociedade, teve momentos de dor, aflição e infortúnio.

Em 1857, operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque, Estados Unidos da América, fizeram uma greve em protesto contra as condições de trabalho e a discriminação do valor pago pelo trabalho feminino, homens ganhavam até três vezes mais no exercício da mesma função. Reivindicavam também a redução da carga horária de 16 para 10 horas diárias. A manifestação foi reprimida com extrema violência, e, no dia 08 de março, as operárias foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 10 tecelãs morreram carbonizadas.

Em 1913, a feminista Emily Davison, acabou morrendo, ao se atirar à frente do cavalo do Rei, na famosa corrida de cavalos em Derby, em protesto a não concessão às mulheres do direito ao voto. O direito ao voto, só foi conquistado pelas mulheres no Reino Unido em 1918, mas somente as mulheres acima de 30 anos poderiam votar. A igualdade só veio em Março de 1928 quando todas as mulheres conseguiram direito a voto.

Apesar de todos os infortúnios e dissabores enfrentados pelas mulheres, a luta pela igualdade de direitos nunca esmoreceu. Nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, o movimento ganha força a partir do século XIX. De acordo com Pinto (2010),

a primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito do voto. As *sufrages*¹ como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greve de fome. PINTO, (2010, p.15).

¹ O termo Suffragettes originou-se do termo "sufraggist" ou sufragista em português, para dar nomes as feministas que ficaram conhecidas no movimento sufragista do século XIX.

O movimento sufragista teve seu início em 1897, com a fundação do *National Union of Women's Suffrage*, pela britânica Millicent Fawcett. Ela argumentava que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos políticos e sociais, visto que, eram obrigadas a obedecer às leis tanto quanto os homens. Assim, a seu ver, era direito das mulheres participar do processo de criação dessas mesmas leis.

Conforme Walters (2005), o movimento sufragista e as demandas das *Suffragettes* pelo direito a voto mostram como essa questão foi central dentro do movimento feminino. O direito a voto foi visto tanto simbolicamente, representando o reconhecimento dos direitos das mulheres à cidadania como também foi o meio necessário para promover reformas e mudanças na vida das mulheres. Com o início da Primeira Guerra Mundial as *Suffragettes* pararam a campanha para dar suporte ao governo Britânico, na guerra. Enquanto os homens deslocavam-se em grande quantidade para os campos de batalha, as mulheres assumiram os papéis masculinos. No campo, as mulheres ficaram responsáveis pela produção agrícola e pela criação de animais. As que viviam nas cidades foram trabalhar nas indústrias, entre elas a bélica, onde produziam armamentos, munições, embalagens, ferramentas. Toda a indústria estava voltada a suprir às necessidades da guerra. Nos serviços auxiliares, trabalhavam como bombeiras, guardas de trânsito, paramédicas e motoristas. Os exércitos criaram órgãos exclusivamente femininos para liberar os homens do serviço administrativo. Muitas mulheres também dirigiram-se para os campos de batalha para trabalhar como enfermeiras, cozinheiras, motoristas de ambulâncias etc. Nesse período, as mulheres provaram suas habilidades em todos os espaços. Em 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial, muitos órgãos femininos foram sendo pouco a pouco desmobilizados. O motivo principal dado pelas forças armadas foi que seria muito custoso manter instalações e a organização própria dos órgãos, que já não teriam funções de existir, visto que os homens retornavam do conflito, assumindo assim, suas funções habituais. .

A pesar de todas as batalhas travadas pelas mulheres em prol de seus direitos foi somente no século XX, que os papéis desempenhados pelas mulheres no espaço público e no mercado de trabalho se ampliaram, principalmente, com a inserção mulheres na sociedade industrial o que impulsionou as mulheres e os movimentos feministas a ampliarem suas lutas. A luta, a partir do século XX, foi no sentido de se construir uma verdadeira identidade feminina, pois ter os

mesmos direitos dos homens não é mais suficiente para garantir demandas específicas das mulheres. Assim, de acordo com Rodrigues (2015), durante as últimas décadas do século XX, foi nítida a presença das mulheres como sujeitos sociais e históricos na sociedade; eram elas sujeitos em formação, num processo de redefinir suas especificidades culturais, tornando-se capazes de fazer sua própria história.

Rodrigues reforça que,

submeter a mulher a uma identidade humana genérica - sem levar em conta suas diferenças - seria voltar ao tempo em que a história dos homens era considerada como história universal. Adotar apenas a ótica das igualdades significaria, também, deixar de fora as diferenças que existem dentro das categorias “mulheres” ou homens. RODRIGUES, (2015, p.21).

Uma vez que, segundo a autora, a oposição binária homens/mulheres é mais uma que serve para esconder as diferenças existentes entre grupos, como se eles fossem uniformes. O caminho alternativo para escapar dessas falsas dicotomias é a recusa estratégica em opor igualdade e diferença. Scott (1998) pontua que a própria antítese *igualdade-versus-diferença* oculta as diferenças entre as mulheres (e entre homens), no comportamento, no caráter, no desejo, na subjetividade, na sexualidade, na identificação de gênero e na experiência histórica. Há uma enorme diversidade de identidades de mulheres e homens, que supera essa classificação masculino/feminino. A única alternativa é, pois, recusar a oposição igualdade/diferença e insistir continuamente nas diferenças como a condição das identidades individuais e coletivas. O direito à diferença é o verdadeiro sentido da igualdade.

Portanto, ao procurar fazer valer seus direitos, suas atitudes e capacidades dentro de uma cultura predominantemente masculina, as mulheres do século XXI querem promover, também, uma intensa crítica cultural. Ao questionarem os tradicionais valores do sujeito, estarão também colocando em pauta o questionamento e a análise da demanda dos grupos sociais como dos negros, dos portadores de necessidades especiais, dos homossexuais, entre outras, que foram historicamente excluídos.

3.2 – As brasileira não fogem da raia

No Brasil, uma confluência de fatores – movimentos sociais, ditadura militar - contribuiu para a erupção da visibilidade do feminismo no país, e embora os estudos sobre o feminismo, no Brasil, tivessem sido desenvolvidos sob diferentes perspectivas, de forma geral, o ponto de convergência desses estudos é em relação ao preconceito e à exclusão da mulher na sociedade brasileira.

De acordo com Pinto (2010, p. 15), no Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. As *sufragetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, ativista do movimento feminista e cientista de importância. Bertha, filha do cientista e pioneiro da Medicina Tropical Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler, foi ainda adolescente terminar seus estudos na Europa, onde tomou contato com a explosiva campanha sufragista inglesa. Em 1918, na cidade de Paris licenciou-se em *Sciences* na universidade da Sorbonne e retornou para o Brasil. Desde seu regresso em 1918, aos 24 anos, Bertha tornou-se uma defensora incansável dos direitos da mulher no Brasil. Suas ideias começaram a ser divulgadas para a sociedade brasileira com a publicação de um artigo em resposta a um colunista de um jornal carioca, segundo o qual os progressos femininos nos Estados Unidos da América e na Inglaterra não exerciam grande influência na vida das mulheres brasileiras. Em sua indignada resposta, publicada na Revista da Semana, em dezembro de 1918, Bertha conclamava as mulheres brasileiras a fundarem uma associação para lutar por seus direitos.

Entretanto, esse feminismo inicial, que apareceu no início do século XX, perdeu muito de sua força a partir da década de 1930 e só voltou a aparecer novamente no Brasil na década de 1960. Com o golpe militar de 1964, instaurou-se no Brasil o regime ditatorial, o que obrigou todos aqueles que lutavam por causas libertárias e/ou identitárias a se refugiarem na clandestinidade. Segundo Moraes (2015, p. 16) em 1968, a União Nacional dos estudantes (UNE) organizou um grande encontro clandestino em um sítio em Ibiúna, no interior de São Paulo. Descoberto pelas forças repressivas, o evento terminou com a prisão de mais de mil lideranças estudantis. Destas, 157 eram mulheres. Durante o regime militar, qualquer manifestação feminina era vista com desconfiança.

Em 1975, aconteceu, no Brasil, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU, uma semana de debates intitulada: “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Naquele mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia. O documento teve relevante valor na luta pela anistia que aconteceu quatro anos mais tarde. No momento em que a repressão militar liquidava fisicamente muitos dos seus opositores, o movimento feminista brasileiro aparece, lutando pelas liberdades democráticas e exercendo um papel ativo na campanha nacional pela anistia. Conforme observa Pinto (2003, p. 54) ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a opressão.

Passado esse período turbulento para a sociedade brasileira e com o início da redemocratização do país nos anos de 1980, os movimentos feministas, agora fortalecidos, avançam na luta em prol das mulheres e de seus direitos. Criaram-se campanhas nacionais denunciando o assassinato de mulheres por crimes “de honra”, o assédio sexual e a discriminação baseada em critérios sexuais. A partir daquele momento, não só os direitos civis eram reivindicados pelas mulheres, mas também passaram a fazer parte das pautas de reivindicações desses grupos e, dentre eles, o direito de dispor do próprio corpo e da sua sexualidade.

Na virada dos anos 1980, o movimento pelo fim da violência contra as mulheres ganhou força e militantes passaram a questionar também temas como: comportamento sexual, virgindade e a instituição do casamento, métodos contraceptivos. O final do século XX fez surgir uma espécie de “feminismo temático”, preocupado com demandas específicas da mulher.

Nos anos 1980, fase de transição democrática, operou-se, no plano político e normativo, o resgate formal das liberdades civis e políticas, consolidadas na nova Constituição Federal, promulgada em 1988. Em 1982, após as primeiras eleições livres, militantes feministas passaram a ter participação no governo de São Paulo, criando o primeiro Conselho da Condição Feminina (CCF) e as delegacias especiais para mulheres. Segundo Pitanguy e Barsted,

essa década foi de fundamental importância para a organização, por todo o país, de movimentos de mulheres que conseguiram, não apenas espaço institucional no novo governo democrático, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mas, também, por meio de intensa ação política, o reconhecimento da plena cidadania das mulheres. PITANGUY e BARSTED, (2011, p. 15).

Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, principalmente, a violência doméstica. Assim, por meio da criação de Organizações Não Governamentais (ONGs), as mulheres passaram buscar espaço para uma maior participação política, a fim de criar e aprovar medidas de ajuda e proteção às vítimas desses crimes. Nos anos 1990, uma vasta produção normativa nacional, voltada para a regulamentação e promoção de direitos humanos e garantias individuais e sociais, foi tributária do texto constitucional. As autoras apontam ainda que,

nessa década, a ação das organizações não-governamentais feministas manteve a articulação e a mobilização internacional e nacional para a efetivação de políticas públicas de enfrentamento das profundas desigualdades de gênero, sociais, regionais e étnico-raciais que têm afetado profundamente as possibilidades do exercício da cidadania pelas mulheres PITANGUY e BARSTED, (2011, p.16).

Segundo as autoras a década de 2000 deu continuidade a esse processo de luta, com a consolidação dos avanços obtidos na esfera legislativa,

ampliou-se o avanço legislativo, e por meio do trabalho de advocacy das organizações feministas e movimentos de mulheres, especialmente a partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, um conjunto de demandas foi incluído em documentos e planos governamentais. Esses documentos se constituíram em parâmetro para orientar políticas públicas com a transversalidade de gênero e de raça/etnia. Também nessa década, os programas governamentais de redução da pobreza tiveram impactos positivos sobre a vida de grande parcela da população feminina. PITANGUY e BARSTED, (2011, p.16).

Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista feita pelos movimentos feministas no Brasil, nesse sentido, foi sem dúvida a criação da Lei Maria da Penha (Lei n 11340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos legais para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Mais que coibir a violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha, em seu artigo 2º e 3º, assegura a toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, nível educacional, idade e religião, o gozo dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegura também condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à educação, à cultura, ou resumidamente, à cidadania.

Por outro lado, obstáculos permanecem, inviabilizando o pleno exercício de fato da cidadania das mulheres brasileiras. Moraes (2015) salienta que

as conquistas legais não são suficientes, no entanto, para ofuscar o machismo, a ignorância, a superstição e outros preconceitos. Esses entraves justificam a importância do pensamento e das ações feministas na atualidade. Apesar das diferenças culturais, econômicas, políticas e sociais, a luta da feminista brasileira, tal qual a de outras nações, é constante. A cada dia surgem novas demandas, pois a tensão entre identidade de grupo e identidade individual não pode ser resolvida: é uma consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social. MORAES,(2015, p.18).

Complementando, Pitanguy e Barsted (2011) ressaltam que as mulheres, tal como os homens, são diferentes entre si em função da classe social, cor, etnia, nível educacional, perspectivas e posições políticas. Mas, também, tal como eles, são semelhantes. Isso porque as relações de gênero refletem uma construção social do masculino ainda atrelada à ideia de domínio e do feminino à de subalternidade. E é essa dicotomia entre diferença/igualdade o esteio que sustenta a discriminação e o preconceito sofridos pelas mulheres na sociedade brasileira.

3.3 Gênero: uma questão de consciência e não de existência

Simone de Beauvoir, escritora, filósofa existencialista e feminista francesa, nasceu em uma família pequeno-burguesa parisiense em 9 de janeiro de 1908. Descendente de uma família católica, teve uma educação conservadora e centrada nos preceitos do catolicismo. Estudou no tradicional Institut Adeline Désir, o Cours Désir, onde meninas eram formadas para serem esposas dedicadas, mães de família e donas de casa. Contudo, a formação conservadora não conseguiu aplacar os desejos de liberdade de Simone. Aos 13 anos, ela estava decidida a se tornar escritora. Adolescente, começou a escrever diários e alguns pequenos romances. Aos 14 anos, deixou de acreditar em Deus, embora fizesse dessa descrença um segredo para a família e as colegas do Cours Désir. Em 1926, entrou para a Universidade de Paris – Sorbonne, no curso de Filosofia. Na época de faculdade, fez amizade com futuros intelectuais como Simone Weil, Claude Lévi-Strauss, e Maurice Merleau-Ponty.

Em 1929, quando preparava seu exame de *agrégation*, conheceu o, também, aluno da Sorbonne, Jean-Paul Sartre. Um pouco mais velho que Simone, Sartre, apesar de ser considerado

um jovem gênio, havia sido reprovado no exame de *agrégation* em 1928 e refazia, então, sua preparação. Ambos foram aprovados no exame, Sartre em primeiro lugar; Simone, em segundo. Simone era a mais jovem e a nona mulher a obter o título, que permitia ensinar Filosofia nas escolas francesas.

Como professora de Filosofia, começou a lecionar, primeiro em Marseille, depois em Rouen. Porém, seu tempo livre era preenchido com a escrita de romances. Sua vida passou a ser dedicada à escrita, ao amor e à cumplicidade afetiva e intelectual com Sartre, à rede de amigos que eles começam a construir, ao prazer dos livros, das discussões filosóficas, da descoberta do mundo e das viagens.

Em 1943, publicou seu primeiro romance, *A Convidada*. Em 1944, *O Sangue dos Outros*. Além dos romances, ela se dedicava também aos ensaios. Em 1945, Sartre e Simone fundaram a revista *Les Temps Modernes*, que atualmente é publicada pelas Éditions Gallimard. Em 1949, após longa pesquisa, ela publicou: *O Segundo Sexo*, primeiro grande e detalhado ensaio sobre a condição da mulher. Apesar de ainda não ser feminista à época, o livro se tornou o mais importante trabalho de reflexão filosófica e sociológica sobre a mulher e, desde então, ajudou a traçar os caminhos do feminismo. O livro foi considerado um escândalo pela sociedade francesa da época. As ideias de Beauvoir, sobretudo as que se referiam à maternidade e ao aborto, foram violentamente reprovadas pela sociedade. Em consequência, a obra foi incluída pela Igreja Católica na lista de obras proibidas.

Assim, tendo rompido com Deus ainda em tenra idade, encontrou na doutrina existencialista, - corrente filosófica e literária que destaca a liberdade individual, responsabilidade e a subjetividade do ser humano – a bússola que norteou toda sua vida e obra. Para Alves e Pitanguy (1985, p.52), Beauvoir estudou a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que elas sofrem durante o período de sua socialização: condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-nas alienadas, posto que são treinadas para ser mero apêndice do homem. Para as autoras, em nossa cultura, é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo. Essa autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita em sua oposição ao sexo feminino, transformado em objeto e visto através do

sujeito. A análise de Simone de Beauvoir constitui um marco, à medida que delineia os fundamentos da reflexão feminista que ressurgirá a partir da década de 60.

Partindo do princípio de que o “tornar-se mulher”, isto é, o verdadeiro significado da condição feminina, ser mulher não é algo naturalmente dado, mas uma construção social, histórica e cultural. O vínculo da mulher com a espécie era visto por Simone como séria e problemática, pois esse se apossa da mulher desde o seu nascimento. Para tanto, é necessário que a mulher tenha liberdade para refletir e, decidir sobre sua posição enquanto sujeito social. Entretanto, para Beauvoir, a liberdade é circunstanciada, visto que apresenta um grau de determinismo sem que seja uma camisa de força. No caso das mulheres, as circunstâncias históricas podem determinar um destino feminino, mas não é um destino universal, já que diferenças étnicas, culturas, sociais, etc. podem mudar a forma como as mulheres se resignificam como sujeito.

Alves e Pitanguy (1985, p.55), certificam que,

como afirma Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O masculino e o ‘feminino’ são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. A menina, assim aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino, aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente. Como se tais qualidades fossem parte de suas próprias “naturezas”. Da mesma forma, a mulher seria emocional, sentimental, incapaz para as abstrações das ciências e da vida intelectual em geral, enquanto a natureza do homem seria mais propícia à racionalidade. ALVES e PITANGUY, (1985, p.55).

Dessa forma, tomando como partida o pressuposto de que “não se nasce: torna-se mulher”, Beauvoir desenvolveu sua obra sob a premissa de que a submissão é culturalmente passada de mãe para filha, não sendo uma condição pré-determinada biologicamente ou psiquicamente.

A seu ver, a opressão bloqueia a capacidade de as mulheres encontrarem os caminhos para mudar o mundo e a si mesmas, uma vez que o oprimido, muitas vezes nem sequer enxerga sua opressão. Contudo, conforme frisa Motta (2000, p.44- 45): Beauvoir (...) não coloca as

mulheres como vítimas nem como coitadas, ao contrário, define-as como fracas, simplistas e ilógicas, porque a situação em que vivem lhes nega a expressão normal da humanidade.

Passos (1999) reforça ainda que,

a opressão feminina é, para Beauvoir (...) uma “questão moral” que envolve a possibilidade de escolha, de “lançar-se” ao mundo, ser dona da sua vida e, consequentemente, responsável por ela, ou recolher-se e viver como criança: “recusar sua existência” e “conhecer vivo a paz do túmulo”. PASSOS, (1999, p.108)

O “tornar-se” significa construir-se com esforço próprio, significa escolher aquilo que se quer ser, de modo a tornar-se aquilo que projetou ser. Portanto, ao usar o termo “tornar-se”, Beauvoir pretende afirmar que não é o destino biológico, psíquico, econômico que define a forma como a fêmea humana se assume no seio da sociedade. O gênero vai sendo construído continuamente, ou seja, “tornar-se” é um processo que ocorre sem cessar, um processo contínuo de escolha.

3.4 A escrita na construção da identidade feminina

Para Teixeira (2008), no que tange aos direitos civis, as mulheres passaram a ser juridicamente consideradas iguais aos homens, com direito a votar e a possuir propriedades, entretanto, até meados do século XX, foi negado à mulher a legitimidade cultural como sujeito do discurso, uma vez que, a ideologia patriarcal dominante parte da formulação de que “os homens criam e as mulheres procriam”.

Na visão de Scholze (2002, p.175), as mulheres sofreram, ao longo da história, um processo de silenciamento e exclusão. O sujeito que fala é o masculino, na literatura, na lei e na tribuna; a eles são reservados os lugares de destaque, tornando o homem mais visível. A autora aponta, ainda, que as funções destinadas às mulheres eram as de procriar, administrar a casa, zelar pela família e pelo lar. Na corte, passavam os dias “olhando para o espaço”. As longas horas de lazer compulsório eram preenchidas com atividades como: música, caligrafia e, muitas

vezes leitura em voz alta ou a ouvir leitura. Porém, nem todos os livros eram permitidos às mulheres, uma vez que leituras “inapropriadas” poderiam corrompê-las. Mas eram exatamente aqueles proibidos que mais despertavam a atenção daquelas mulheres, e estas, frequentemente, usavam de diversos subterfúgios para adquiri-los.

Scholze salienta ainda que:

as personagens Luiza de *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, *Madame Bovary* de Flaubert e *Júlia*, de Balzac são mulheres que, devido a sua ociosidade e “má influência” da literatura, assumem comportamentos transgressores. A literatura sempre foi vigiada e censurada tanto das ordens religiosas como dos movimentos políticos. É comum, na história, a cena de queimas de livros. Às mulheres era sempre dito que muita leitura, além de desnecessária, acaba trazendo malefícios. Os textos que lhes eram recomendados seriam, portanto, os livros religiosos e, no máximo, romances “para as moças”. SCHOLZE, (2002, p.176).

Complementando Telles (2015) argumenta que,

muito antes de existirem grupos feministas organizados – desde a Idade Média – mulheres de letras, em diferentes lugares do Ocidente, procuraram desvendar sua própria história refletindo sobre gênero, tradição, inovação. Sozinhas, ou dialogando com contemporâneas e antecessoras, buscavam validação, conhecer seu valor numa comunidade literária. TELLES, (2015, p.22).

Todavia, a autora ressalta que conquistar o território da escrita não foi tarefa fácil. Marcadas pela imposição de gênero, pela interdição a certas áreas da linguagem, as mulheres escritoras tiveram de romper as paredes da casa-prisão, tiveram que desmanchar verdades tidas como naturais e imutáveis. Para tornarem-se escritoras, tiveram que rever a própria socialização, encontrando um caminho para a linguagem e para a atuação no mundo. Portanto, se quisermos falar especificamente sobre a produção discursiva feminina, deveremos levar em consideração o aspecto ideológico, os embates históricos e sociais e o espaço próprio em que cada discurso está inserido.

Partindo dessa premissa, podemos perceber que as mudanças ocorridas no cenário mundial a partir do final do século XIX e no século XX foram determinantes para que o discurso feminino tomasse novos rumos. Os novos papéis sociais atribuídos à mulher, a partir desse

período resultaram em uma mudança de postura ideológica, que refletiu em seu discurso, em sua escrita.

Ainda assim, em pleno século XXI, é possível percebermos a existência de um resquício preconceituoso de uma sociedade atrelada a uma ideologia machista. Marina Colasanti – cuja obra é o *corpus* de nossa pesquisa – em seu artigo: “Por que nos perguntam se existimos” (1997), apresentado em um seminário ministrado na Universidade de Illinois, EUA, intitulado “Entre resistir e identificar-se”, faz uma reflexão sobre um questionamento, que apesar de obsoleto, perpetua-se ainda hoje, sendo traduzido concretamente na pergunta feita à maioria das mulheres escritoras: “Existe uma escrita feminina?”. Colasanti, diante do insistente questionamento, propõe a análise de tal inquirição e afirma:

as escritoras estão perfeitamente conscientes de que ainda hoje um preconceito pesado tende a colorir de rosa qualquer obra de literatura feminina. Apesar da onda dos anos sessenta que envolveu os escritos das mulheres em um grande e esperançoso movimento, não conseguimos vencer a barreira. O preconceito perdura. Pesquisas mostram que basta a palavra mulher em um título para espantar os leitores homens e abrandar o entusiasmo dos críticos. E embora não precisemos mais nos esconder atrás de pseudônimos masculinos, como no século XIX, sabemos que os leitores abordam um livro de maneira diferente quando ele é escrito por uma mulher ou por um homem COLASSANTI, (1997, p. 37, grifo da autora).

Ainda, segundo a autora o questionamento da sociedade, não se refere à existência ou não, de uma literatura feminina. O que realmente ambicionam é colocar em dúvida a sua existência. A autora redargui: ao me perguntar, sobretudo a mim, escritora, se o que eu faço existe realmente, está afirmando que, embora possa existir, sua existência é tão fraca, tão imperceptível, que é bem provável que não exista.

Segundo a escritora, o incessante questionamento a cerca da existência de uma escrita feminina deve-se ao fato do poder legitimador das palavras, pois é por meio das palavras que as mulheres testificam em seus discursos a existência do “feminino”, sua marcação de gênero, sua essência de mulher. Resumidamente, a escritora compara o ato de escrever a uma metamorfose existencial, por meio da qual essência do ser é mantida.

Escrever, já foi dito infinitas vezes, é assumir todas as formas, é ser homem e ser mulher, é ser animal e pedra. O escritor, como o deus

marinho Proteu, é criatura cambiante. Mas Proteu mudava apenas de aparência, para iludir os outros e esconder-se, enquanto o escritor busca na metamorfose a essência, para entregar-se. E o que sinto em mim, quando diante do computador busco a essência do homem, a essência profunda do animal e da pedra, que me permitirá escrevê-los, o que sinto, intensamente, é que eu a procuro dentro de mim, através de mim, através da minha própria, mais profunda essência. E que essa é, antes de mais nada, uma essência de mulher” COLASSANTI, (1997, p. 42).

Em suma, podemos dizer que a representação do mundo, feita por meio da ótica feminina coloca em evidência uma perspectiva diferente da masculina, visto que, é transpassada por traços da própria experiência feminina. Observa-se nos textos de autoria feminina uma voz, um estilo que se traduzem em uma “essência de mulher”. Ou como ressalta Telles (2015),

ao ousar fazer literatura, mulheres contestaram seu lugar social e construíram linguagem própria. (...). A literatura escrita por mulheres se mostrou um palimpsesto, porque o desenho de superfície esconde e obscurece significados diversos, profundos, menos acessíveis, menos aceitos socialmente. É uma arte que tanto expressa quanto disfarça as mil influências que informam as vidas e as dissidências que giram em torno das autoras. TELLES, (2015, p.22).

3.5 As escritoras brasileiras e a literatura feminina

Dentre as inúmeras lutas travadas pelas mulheres para se inserir no contexto social, enquanto sujeito, encontramos a luta pelo reconhecimento da escrita feminina. Seja no cenário nacional ou internacional, as mulheres escritoras precisaram travar uma árdua batalha contra o paradigma preestabelecido de exclusão da literatura de autoria feminina. Para Duarte (1995), o critério de exclusão da literatura feminina está vinculado a pressupostos ideológicos que reduzem a literatura a uma única vertente, a um único olhar, o olhar masculino, que, por sua vez, está submetido ao código e regras da sociedade burguesa que dividiu as tarefas sociais pelas diferenças sexuais.

Segundo Coelho (2002, p.17-18), a escrita feminina passou por diferentes momentos, visto que, a literatura origina-se de um feixe de relações, isto é, não nasce da pura fantasia de suas autoras, mas gemina de uma completa interação entre o espírito criador do artista e o tempo

em que vive. Sob essa ótica, a evolução da escrita feminina passou por diferentes momentos da evolução da consciência crítica da mulher, em relação a si mesma e ao mundo.

Assim, esquematicamente, de acordo com Coelho, temos:

1. Século XVIII-XIX – Período de consolidação dos ideais, certezas e valores absolutos consagrados pela sociedade tradicional/romântica (cristã / burguesa/burguesa/progressista /liberal/patriarcal/sexófoba). Literatura que consagra a imagem ideal da mulher (pura, submissa, discreta...) e consequentemente marginaliza os desvios desse comportamento (impura, rebelde, indiscreta...). Estilo moldado pelas emoções controladas pela razão.
2. Anos de 1910/1920 – século XX – Os *ismos*. Breve período de ruptura da literatura e das artes com o sistema tradicional. No espaço feminino, dá-se um primeiro e breve momento de reação e escândalo, pela voz de pioneiras, contra o sistema, principalmente na esfera das relações homem-mulher, e em desafio interdito ao sexo. Poesia erótica que se queria transgressora do cânone. (estilo oscilante entre as normas poéticas consagradas-parnasianismo/simbolismo- e a transgressão dos primeiros ventos modernistas.).
3. Anos de 1930/1940 (Regionalismo/Urbanismo) – momento de grande crise econômica do mundo e de urgência de repensar o sistema, delatando os erros e desequilíbrios que o alicerçavam. Momento de conscientização, no qual a mulher (sempre frustrada pela falência amorosa) oscila entre o endosso ao sistema e o questionamento aos valores repressivos por ele consagrados. (estilo realista, que descrê da verdade das aparências e tenta retratar, de maneira objetiva, a realidade, mas deixa escapar seus interstícios a verdade ali oculta).
4. Anos 1940/1950 – Em meio ao lento processo de conscientização, instaurado pelo romance regionalista e pelo urbano, eclode as vozes pioneiras (Guimarães Rosa e Clarice Lispector) de uma nova revolução, que só na década de 1960 se expandiria nos rastros do Existencialismo e da fenomenologia, como nova teoria do conhecimento.
5. Anos de 1950/1960 – Explosão definitiva dos antigos valores, certezas, ideologias etc. Em meio ao caos, os criadores buscavam caminhos e cada qual, à sua maneira, escava o

mundo à sua volta. Surge a chamada “geração de 60” e o “novo épico”: a redescoberta ou reinvenção da condição humana e sua tarefa de fundadora do mundo. Nessa linha de forças, a mulher busca sua nova imagem e seu novo lugar no mundo, através da manipulação consciente de sua palavra. (Todos os estilos são recriados, reinventados ou inventados).

6. Anos de 1960/1970 – Surge uma plêiade de poetisas, ficcionistas, dramaturgas, ensaístas... com uma produção (tal qual a dos homens) em perfeita sintonia com os novos tempos em acelerada mutação. A nova escritora se integra na multiforme problemática do mundo atual e assume sua nova condição feminina, Marina Colasanti afirma: *somos mutantes, mulheres em transição...*
7. Anos de 1970/1980 – A onda da contracultura abre picadas no cenário da literatura e das artes em geral, nos rastros do desencanto pós-euforia dos anos dourados, em que a juventude rebelde pretendia reformar o mundo com paz e amor. Faz-se ouvir, na literatura feminina, uma voz de mulher desencantada, que conquista a liberdade, mas descobre que esta não foi ainda incorporada pelo sistema. O que lhe resta é não levar o mundo a sério, é a displicência, o desbunde, o blague, o deixa-se levar pela corrente, a margem da sociedade politicamente correta... Surgem os rebeldes sem causa, as vozes marginais (o estilo devoluto que procura chocar).
8. Limiar do século XXI – A literatura e as artes em geral se dispersam pelos mil e um caminhos abertos pelo Experimentalismo, que surge nos rastros da fragmentação do mundo antigo. Em um mundo em que se anulam as fronteiras entre o virtual e o real, a sociedade sexófoba (fundada no interdito do sexo) é invadida pela sexofilia (o sexo liberado, banalizado, transformado em performance e que se torna o grande produto de consumo que alimenta a poderosa máquina econômica das multimídias e do mercado...e também do crime organizado...). Escritores e escritoras sabem que da palavra de cada um depende a reinvenção e renomeação do mundo. Todos os estilos são válidos.

Dessa forma, mesmo enfrentando problemas como a discriminação no mercado editorial, com muita garra e determinação, as mulheres inauguraram estilos, lançam tendências, conquistam prêmios literários e são reconhecidas em todo o mundo.

Na perspectiva de Coelho (2002, p. 17), não há dúvidas que o atual interesse pela literatura escrita por mulheres está visceralmente ligado à metamorfose cultural-social-ética-existencial em processo, e que se vem expressando na poesia, no romance, na ficção, no teatro, no ensaio, etc.

Dessa forma, houve e há, em nossa história mulheres, que bravamente desafiaram a sociedade machista e patriarcal do Brasil e impuseram-se como sujeito, por meio das palavras. A elas foi e ainda é negado todo o reconhecimento merecido.

Como modo de exemplificação do cabedal intelectual, que forma a classe feminina de escritoras brasileiras, segue uma pequena síntese da história de algumas de nossas escritoras, cuja obra está vinculada à luta da mulher brasileira, por reconhecimento e aceitação da mulher como sujeito social, em uma sociedade tradicionalmente machista:

- **ADELINA LYRIO** – Primeira poetisa espírito-santense, nascida em meados do século XIX, introduziu o teatro infantil nas escolas públicas e colaborou assiduamente com a imprensa local. Figura entre as escritoras pioneiras que enfrentaram os preconceitos sociais que vedavam à mulher o direito de escrever poesia. Apesar da luta, o preconceito contra as poetisas persistiu. Em 1917, o Dr. Felix Pacheco (em entrevista na revista Fon-Fon) afirma que a qualidade da mulher era o horror à poesia. E o povo preconceituava: *Estude geografia/leia alguma boa notícia/mas não se atire à poesia/ Porque a mulher que se faz poeta /Põe o marido pateta.* (In A mulher na história do Espírito Santo, de Maria Stella Novaes, texto mimeografado).
- **ANDRADINA DE OLIVEIRA** – foi professora empenhada na renovação educativa e desenvolveu intensa atividade pública, principalmente na defesa da

cultura, dos direitos humanos e da libertação da mulher. Em 1912, publica o romance feminista ***Divorcio?***, em defesa da tese divorcista e dedicado à escritora Carmem Dolores.

- **CAROLINA MARIA DE JESUS** - escritora negra brasileira, teve um de seus livros traduzidos para 13 idiomas. Seu livro “O quarto de despejo” retrata o cotidiano e as reflexões dela como mulher e negra vivendo nos anos 50 em uma cidade de grande porte.
- **CORA CORALINA** – poetisa e contista brasileira, é considerada por estudiosos e especialistas em sua obra como uma mulher forte e libertária. Embora não tenha incorporado o discurso feminista, a forma como ela se impôs na sociedade machista e conservadora em que vivia faz com que também possa ser estudada sob essa perspectiva.
- **DIVA NOLF NAZÁRIO** – foi secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino, lançou em 1923 o livro “Voto feminino e feminismo”, que contava uma importante história de nossa história. Publicou ainda “Virgindade anti-higiênica- Preconceitos e convenções hipócritas” (1924), e “Virgindade Inútil e anti-higiênica” – novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens (1931). Foi detida várias vezes pelo Estado Novo, chegando a ser presa por suas ideias.
- **MARINA COELHO** – chamada por Zahidé Muzart de a “Beauvoir tupiniquim”, publicou “A evolução do feminismo: subsídios para a sua historia” (1933). Revelava enorme erudição, ao transitar com desenvoltura por diversos campos, ao fazer a retrospectiva do movimento feminino na Europa e no Brasil.

- **MARIA LACERDA MOURA** – formada pela escola normal de Barbacena, desde os primeiros escritos revelou interesse pela luta feminina. Colaborou com Bertha Lutz para a fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da mulher. Quando esteve na presidência da Federação Internacional da Mulher, propôs a inclusão da disciplina “História da mulher, sua evolução e missão social”, no currículo das escolas femininas.
- **MARINA COLASANTI** – ficcionista, jornalista, tradutora, ilustradora, roteirista e apresentadora de TV, Marina Colasanti empenhou-se em “radiografar” as lutas ou relações conflituosas da mulher na sociedade atual (sem nunca radicalizar), seus escritos (realistas, mas sempre otimistas) mostram os novos espaços que estão sendo conquistados pelo “segundo sexo”. A criação literária de Colasanti inscreve-se nessa linha de busca... nesse profundo repensar o ser humano, tentando ultrapassar os limites em que a razão ou a lógica comum o fecharam.

3.6 Marina Menina Mulher

Desenvolver uma pesquisa sem ter certa afinidade com o tema a ser trabalhado é ao mesmo tempo infrutífero e tedioso. Portanto, a escolha da obra da escritora Marina Colasanti como *corpus* desta pesquisa decore do fato de ser ela uma das primeiras feministas brasileiras a construir uma literatura voltada para as mulheres - e teve também o lado emocional, pois, eu a pesquisadora, quando menina em processo de “tornar-se mulher”, no final da década de 1970, vi e vivi todos os dramas e incertezas debatidos por Colasanti em suas crônicas. Para as mulheres das gerações de 70 e 80, seus diálogos abertos e fraternos abriram caminhos para a construção e fortalecimento de uma visão feminina.

Dessa forma, para desvendar o feminino das obras de Colasanti, torna se apropriado que sejam feitas aqui algumas considerações biográficas da autora, como forma de introdução à análise de sua obra e de contextualização para os leitores.

No Dicionário Crítico da Literatura infantil/juvenil brasileira, há o seguinte verbete para Marina Colasanti:

Personalidade de destaque entre as escritoras brasileiras que vêm mantendo inteligente e corajoso diálogo com os problemas atuais, vividos pela Mulher, em relação às mutações-em-curso [...] Artista nata, estudou na Escola Nacional de Belas Artes (Rio), especializando-se em gravuras de metal. Mas acaba profissionalizando-se no jornalismo. Ingressa na imprensa em 1962, como redatora, ilustradora, colunista, etc. Atraída pela Literatura, faz várias traduções (Moravia, Kozinsky, K. Kawabata, Papini...). Inicia -se como escritora em 1968, com a matéria memorialista de Eu, sozinha; ao qual a autora dá um toque muito seu: a indagação ou a vivência dos fatos têm maior presença do que o fato acontecido. Esse primeiro livro já mostra uma nova escritora em perspectiva. Seguem-se as crônicas, misto de ficção, de Nada na Manga (1974); os minicontos ou narrativas breves (brevíssimas) de Zoológico (1975), onde o real e o mágico embaralham suas fronteiras. Em A Morada do Ser (1978), sua matéria literária torna-se mais densa: aprofunda o “para lá” do visível ou do concreto, a partir da consciência heideggeriana de que “A palavra é a morada do ser”. A nova consciência do narrador-século XX se faz aqui presente, na complexa estrutura do livro, onde a matéria prima é o mistério do “eu”, a braços com o cotidiano mais comum (ou absurdo), e a palavra que o torna existente. Em 1980, publica os instigantes ensaios de A Nova Mulher e, em 1981, os de Mulher Daqui Pra Frente . Escritora atraída pelas novas formas do dizer ficcional , que expresse esse novo homem que está sendo descoberto, Marina Colasanti envereda por um novo caminho: o da literatura pseudo-infantil (...). COELHO, (1984, p. 269).

Na Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira, encontramos os seguintes textos críticos sobre a autora:

há quem escreva crônicas através dos anos com a maior perseverança sem que ninguém se lembre de chamá-lo de cronista e escritores, bons noutras áreas, que na crônica nos parecem perdidos. Como encontrar o tom, a forma pessoal, o mundo-próprio? (...) Que dizer a um público invisível sem parecer que estamos de pires na mão? Marina Colasanti encontrou a resposta, não de uma vez só, mas lentamente, pelo exercício da coragem. Resolveu aceitar o desafio do cotidiano, que em nossos dias é o desafio da agressão. Estar presente é ser cúmplice, dizia-me Jones Rocha. Marina Colasanti não tem medo de estar presente, mas não é cúmplice coisa nenhuma. Sabe resguardar-se por trás de uma lucidez irônica, faz de suas fraquezas força, ela me lembra certos animais do deserto que se defendem enfrentando o inimigo desigual". (Fausto Cunha. *Sair da Floresta*. 1973 In: Colasanti, Marina. *Nada na manga*. P.11-13).

Ler e conhecer. É o que se espera - o que eu espero - do leitor deste livro, daquele que ainda não leu e conhece essa filha dos desertos de Asmara, brilhante de sóis cariocas, vontade de conhecer Marina Colasanti. Para quem já leu o que ela escreve, fica sempre o gosto de

releitura e o sabor da revisita ao mundo ardente e desinibido que ela criou, como a melhor e a mais doce das promessas encerradas nestas páginas. Cronista, armada de coragem e de ternura segundo Fausto Cunha, mulher livre de preconceitos, crítica severa de costumes e tabus, ela sabe tirar da manga do seu casaco mágico as doses de otimismo e esperança de que tanto necessitam os pobres mortais que, como nós, vivem a dificuldade de viver". (Remy Gorga Filho ,1973. Texto tirado da orelha do livro. In: Colasanti, Marina. *Nada na Manga*).

Se analisarmos com um olhar mais atento sua vida e obra, veremos que a vida reflete a obra e a obra reflete a vida. A menina e a mulher esbarram-se na construção da escritora.

Para breve biografia de Marina Colasanti, poder-se-ia dizer:

Num fim de tarde de 26 de setembro 1937, em Asmara, na Eritreia, até então parte da África Oriental Italiana, nasceu a pequena Marina. Filha de Manfredo – facista convicto e voluntário dos camisas negras, em apoio a Mussolini - e Lisetta Colasanti, a pequena Marina apesar de na época não ter a compreensão plena do que acontecia no mundo, aprendeu que na guerra todos perdem, até mesmo os vencedores. Aprendeu que, apesar de sinônimos, guerrear e lutar transmitem sentidos próprios diferentes. Aprendeu a lutar por seus ideais, reconhecendo as virtudes e limitações de seus opositores e, aprendeu também, que na diferença de gênero não existe melhor ou pior, apenas a sublime diferença dos sexos.

Criada como qualquer criança de sua época, foi dentro de casa que o amor à leitura e as artes começou a florescer. Devido às longas ausências do pai, que, como militar passava mais tempo em viagem do que com a família, foi da mãe Lisetta, que Marina recebeu os primeiros incentivos à leitura. Ao ser questionada sobre como se deu o seu contato com os livros, a autora responde: vivi de história escrita. Minha mãe lia contos de fada quando era pequena, e aos sete anos ganhamos uma coleção de clássicos. Eu e meus irmãos nos deparamos com dom Quixote, Marco Polo, Stevenson, foi incrível. (entrevista de Marina Colasanti à PUC/RIO Cátedra UNESCO – 1º de dezembro 2014).

Entre leitura de contos e poesias, a pequena escritora foi alicerçando seu caminho. Ainda em tenra idade, escreveu sua primeira poesia em italiano "*Lungarno*", talvez a fagulha que daria início a sua explosão no mundo das artes. De Asmara, os Colasanti se mudaram para Itália onde

Marina morou até os dez anos. Após diversas mudanças pelo país europeu, a família chegou em 1948 ao Brasil, mais precisamente ao Rio de Janeiro. Em seu caderno marrom de poesias Marina deixa registrada, também, redações encomendadas pela avó e pelo tio, dentre elas, a previsão de um futuro promissor. Assim, em sua redação: “A minha próxima partida para o Brasil”, a pequena menina registra como a seu ver seria a próxima etapa de sua vida.

Parto para o Brasil em dezembro, e estou muito contente, mamãe está preparando o passaporte e daqui a aproximadamente dois meses viajamos. Sinto muito deixar a Itália, minha avó, meu tio, as amizades e tantas outras coisas, mas lá longe está meu pai, um belo futuro, uma casa. E além disso é preciso levar em conta que só tenho dez anos, e na minha idade é sempre uma atração uma viagem de avião, se bem que preferia uma travessia de navio, veria a paisagem, pararia em tantas cidades para mim desconhecidas. Dizem que o Brasil é um país fabuloso onde se encontram plantações de algodão que cobrem como um manto de neve o chão, os grandes campos de café ondulantes ao vento e os grandes bambuzais povoados por gigantescos bambus. [...]. Daqui a alguns anos voltarei para a Itália, serei talvez quase uma moça, e as minhas amigas, como eu, terão crescido, e nos encontraremos tão mudadas, e nos surpreenderemos de estar tão grandes. COLASANTI, (2010, pp. 285-286).

Foi em meio às praias e paisagem da cidade maravilhosa, que a menina Marina descobriu Drummond (ainda no ginásio) e viu aflorar seu amor pelas artes plásticas.

Feminista de vanguarda, foi uma das primeiras mulheres a usar biquíni no país, inclusive fazendo suas próprias duas peças, visto que naquele tempo não havia essa vestimenta no mercado brasileiro. Decidiu, aos 28 anos, ter sozinha sua filha Fabiana, algo inaceitável para a época. Foram decisões surpreendentes para a época que fizeram emergir a mulher Marina e levaram-na a estruturar a escritora que iria surgir.

Iniciou sua carreira nas artes a partir das artes plásticas; entre 1952 e 1956, estudou pintura com Catarina Barattelle; em 1958, já participava de vários salões de artes plásticas, como o III Salão de Arte Moderna. Nos anos seguintes, atuou como colaboradora de periódicos, apresentadora de televisão e roteirista. Sem a intenção de ser escritora, mas com uma sede muito grande pela leitura, a jovem Marina utilizava seu apreço por fabular escrevendo diários ou pequenos contos.

Em 1962, ingressou no *Jornal do Brasil*, como redatora do *caderno B*, entretanto, o pé na literatura - palavras da autora - chegou somente ao substituir seu amigo Carlinhos de Oliveira -

cronista da época - no *Jornal do Brasil*. Como cronista, descobriu que poderia ser mais do que uma simples escritora, poderia construir opiniões a respeito do cotidiano das brasileiras. No período em que esteve no *Jornal do Brasil*, desenvolveu diversas atividades. Trabalhou como cronista, colunista, ilustradora, sub-editora, secretária de texto e editora do Caderno Infantil. Deixou o *Jornal do Brasil* em 1973, quando começou a assinar seções nas revistas: *Senhor*, *Fatos & Fotos*, *Ele e Ela*, *Fairplay*, *Claudia* e *Jóia*. Em 1976, ingressou na Editora Abril, para trabalhar como editora de comportamento na revista *Nova*, da qual já era colaboradora.

A Editora Abril, sentindo emergir no mercado brasileiro uma demanda por publicações que fossem dirigidas às mulheres e que abordassem assuntos vinculados ao universo feminino e apostando que os interesses e preocupações das mulheres em todas as partes do mundo eram semelhantes, trouxe para o Brasil, em 1973, a Revista *NOVA/COSMOPOLITAN* – já famosa em outras partes do mundo. A revista trazia como proposta formar uma cumplicidade com as mulheres. Tinha por diferencial tratar de assuntos polêmicos como a sexualidade feminina de forma aberta e despretensiosa, como apontado em um artigo pela *NOVA Cosmopolitan*, 1976, edição 34, ano 3, número 7.

(...) em cada número, Nova se propõe a falar com você de maneira franca e aberta, esclarecendo dúvidas, mostrando que você não é a única no mundo com esses problemas, ajudando você a entender melhor a situação em que se encontra, para que você mesma busque uma saída. *NOVA*, (1976, p.4).

Assim, ancorada na proposta de travar com as leitoras uma conversa aberta, uma reflexão sobre os problemas que atingiam igualmente todas as mulheres, Colasanti passou, por meio de suas crônicas, a estabelecer um diálogo emocionado sobre a identidade feminina. A autora traduziu o sentimento experimentado por ela ao escrever as crônicas publicadas nesse período, pela revista *Nova*, da seguinte forma:

falar **para** elas logo transformou-se em falar **delas** e **com** elas. Escrevi livros de contos, fiz televisão, fiz publicidade. Mas nunca rompi o fio dessa conversa que se mantinha através de revista, palestras, cartas, e que nos últimos anos teve na revista **Nova** seu maior veículo. Levada por profissão, me vi aos poucos aproximada por afeto. Descobri, no infinito reflexo de tantas e tantas outras mulheres, meu eu mulher. E floresci comovida um sentimento de irmandade que me liga indissolavelmente às do meu sexo. COLASANTI, (1980, p.80).

As crônicas escritas pela autora nesse período – cujo recorte constitui o *corpus* dessa pesquisa - foram mais tarde compiladas e deram origem aos livros: *A Nova Mulher* (1980. Vendeu mais de 100.000 exemplares) e *Mulher daqui pra frente* (1981).

Iniciada em 1968, com a publicação de “*Eu Sozinha*”, a trajetória literária de Marina Colasanti é perpassada por diferentes gêneros: contos, poesias, crônicas, ensaios, novelas, artigos, mas sem jamais perder a essência da mulher, do feminino. A escritora publicou mais de 50 obras, entre literatura infanto-juvenil e adulta e recebeu diversos prêmios, entre eles o 56º Prêmio Jabuti (2014), com o livro infantil “*Breve história de um pequeno amor*”. A bibliografia completa da autora encontra-se em anexo no final desta dissertação.

Casada com o poeta e escritor Affonso Romano Sant’Anna e mãe de duas filhas Fabiana e Alessandra, a autora procura, com sua escrita aguçada de sensibilidade e permeada por toques da essência feminina, refletir sobre o amor, a arte, os fatos cotidianos e, principalmente, o papel da mulher na sociedade brasileira. Foi com o seu jeito despretensioso de escrever sobre temas vividos por todos, a partir de suas próprias experiências, que Marina Colasanti ajudou uma geração a pensar e a exigir seus direitos, em uma época na qual a repreensão tentava calar, não somente a voz, mas o pensamento de uma nação inteira.

Em síntese , este capítulo buscou apresentar as diferenças entre feminismo e gênero social feminino, por meio da visão histórica de movimentos feministas e do papel social do feminino, para situar Marina Colasanti como escritora que defende a igualdade de direitos da mulher, principalmente no Brasil.

Capítulo IV

A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA OPINIÃO DE MARINA COLASANTI

Este capítulo apresenta os resultados obtidos das análises realizadas em crônicas de Marina Colasanti, por meio das seguintes categorias analíticas:

- O tema;
- Os papéis sociais do gênero feminino e os valores atribuídos a esses papéis;
- A opinião da cronista frente aos valores atribuídos ao feminino, conforme as cognições sociais;
- A estrutura argumentativa e a representação do feminino, conforme a opinião da cronista;
- Sequências narrativas e a representação do feminino.

Os resultados obtidos das análises realizadas seguem um procedimento analítico com método qualitativo.

Neste capítulo, são apresentados, a título de exemplificação, 03 crônicas publicadas em dois livros: *A Nova Mulher* (1980) e *Mulher Daqui Pra Frente* (1981). O primeiro foi organizado a partir de crônicas escritas para a revista *Nova Cosmopolitan* na década de 70, o segundo inclui também vários textos inéditos, que abordam temas sobre os quais a autora não havia tratado ainda. Muitos desses temas foram sugestões das próprias leitoras.

Considerando-se o contexto sócio-histórico em que esses textos foram escritos, é importante ressaltar que o Brasil passava por um processo de modernização que, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, abria caminhos para novos comportamentos afetivos e sexuais, relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais, às terapias psicológicas e à psicanálise, o que influenciou decisivamente o mundo privado. Essas novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares.

O emergir de uma nova demanda social, levou a Editora Abril a lançar em setembro de 1973 a revista *NOVA COSMOPOLITAN*. Nessa época, a mulher na faixa de 20 a 40 anos, que começava a se lançar no mercado de trabalho, não contava com nenhuma publicação

voltada para assuntos relacionados à sua evolução, tanto pessoal quanto emocional, sexual e profissional. A revista publicada pela Editora Abril surge com o propósito de atender a essa nova demanda social de informação, principalmente sobre sexo, assunto que começava a deixar de ser tabu em nossa sociedade.

Nessa época, Marina Colasanti, que fazia parte da equipe da revista NOVA, como editora de comportamento, publica em sua seção “crônicas” dirigida à clientela feminina, nas quais aborda com uma linguagem literária, temas que fazem parte do cotidiano feminino. Por meio dessas abordagens, a cronista procura levar o público feminino a uma reflexão sobre sua vida e seus papéis na sociedade.

Para consecução de nossa análise, selecionamos textos que tipificam a violência psicológica e o preconceito sofrido pelas mulheres em uma sociedade de caráter autoritário e patriarcal. Partimos, portanto, do pressuposto de que a sociedade brasileira é ideologicamente guiada pelo patriarcado, o que relega as mulheres à submissão, fazendo com que sejam alvos de discriminações e preconceitos.

A crônica 01 **“Contra o “direito” masculino de trair”** foi selecionada por tratar da violência psicológica sofrida pelo gênero feminino em uma sociedade machista e patriarcal, que nega ao feminino o “direito” outorgado ao masculino.

A crônica 02 **“Mãe, que trabalha não precisa ter filho problema, não!”** foi selecionada para exemplificar o preconceito social que marginaliza ideologicamente o feminino que atua profissionalmente e tem liberdade de escolha para sua vida.

A crônica 03 **“Essa complicada história de ter que fazer concessões”** foi selecionada para exemplificar o preconceito que marginaliza o feminino considerando-o inferior ao masculino tanto como capacidade física quanto capacidade intelectual.

Como apresentado no início desse trabalho, há claras diferenças entre o uso do termo “crônica” no Brasil, quando comparado a outros países, o que faz com que o termo aqui adquira significados e formas singulares. Por essa razão, Melo (1994) classifica-o como

“relato poético do real”, atribuindo a esse texto duas características: fidelidade e crítica social. Silveira (2000) acrescenta, ainda, o fato de poder dizer que, apesar das diferentes caracterizações, a crônica nacional (objeto de nossa pesquisa) tem sua estrutura associada à estrutura argumentativa e é um tipo de texto opinativo; nesse sentido, pode ser vista como um tipo de texto ou um gênero textual. Sob tal perspectiva, nossa análise parte do princípio de que a crônica é um texto que possui uma estrutura argumentativa e como tal iremos analisá-la.

Partindo-se da concepção de gênero como algo que se constrói socialmente e que seu papel está fortemente enraizado na ideologia presente na sociedade, podemos dizer que as crônicas de Marina Colasanti buscam levar o (a) leitor (a) a uma reflexão sobre o papel da mulher em uma sociedade patriarcal. A autora busca, por meio de uma linguagem coloquial e despretensiosa, estabelecer um diálogo com os (as) leitores (as) levando-os (as) a uma reflexão sobre os temas tratados.

Segundo Colasanti (abril de 1980), sua obra é uma despretensiosa tentativa de ajudar outras mulheres a refletirem sobre sua condição e seu papel em uma sociedade machista e patriarcal. Em suas palavras, esse “Não é um livro científico, não é um tratado sociológico. Não se quer ter uma tese, nem um teorema demonstrado. É, e se quer, um diálogo emocionado a respeito dessa coisa doce e dolorosa que vivo em mim e reencontro nas da minha espécie: a identidade feminina.”(Colasanti, 1980, apresentação).

O início de seu trabalho com o público feminino funde-se ao seu início no meio jornalístico. Sua aproximação com as mulheres mantêm-se por meio de livros de contos, palestras, cartas e revista, principalmente a “NOVA”, seu maior veículo. A autora enfatiza que em todo seu período de vida profissional não se lembra de nenhum momento em que seus trabalhos não estivessem de forma mais direta ligada ao público feminino. Com extrema sensibilidade e leveza, Colasanti narra de forma singular as particularidades do universo feminino, conduzindo, assim, suas leitoras a refletirem sobre sua condição e papel social.

Retratando cenas do cotidiano feminino, a autora trata de temas como o amor, o preconceito, a submissão, educação, coragem, procurando assim, desconstruir o caráter discriminatório das representações de gênero construídas ideologicamente ao longo do tempo. Conforme a autora, “Falar **para** elas logo transformou-se em falar **delas** e **com** elas”.

E é o falar “para” e “com” as mulheres, a bússola que norteou a coletânea de crônicas que usamos como *corpus* para essa pesquisa.

4.1 Crônica 01 – Contra o “direito” masculino de trair

A crônica cujos resultados das análises serão apresentados se a seguir retrata o poder da ideologia machista da sociedade brasileira e como essa ideologia tem oprimido as mulheres, fazendo com que se sintam inferiores aos homens, tirando delas a força de lutar por seus direitos. Nesse sentido, na tese 1, o feminino é representado de forma negativa pela submissão e por vezes pela mentira como forma de ocultamento . Assim, a autora argumenta e apresenta sua tese 2.

Contra o “direito” masculino de trair

Adolescente ainda, gravei para sempre a frase da minha avó ao me dar um relógio de presente: “ Esse, seu avô me deu quando, voltando de uma viagem à Suíça foi ver a amante antes de vir para casa”.

Menina, acompanhei as evoluções sexuais de meu pai com as amigas de família, secretárias, vagas senhoras.

E desde sempre soube que o destino da mulher era ser traída, e suportar com elegância.

Como minha mãe, como minha avó, como todas as mulheres da longa linha que me antecedia, também fui traída e também suportei com elegância, certa de estar cumprindo corretamente o meu papel feminino. Só muito mais adiante na vida, mulher feita, parei para pensar. E então me dei conta do erro, do tremendo engodo social que a mitologia da mulher traída e do homem conquistador representavam.

Os homens tinham o direito de trair. Um homem cheio de mulheres era de bom-tom. Os outros homens o invejavam, as mulheres o desejavam, em segredo. E até mesmo nas veladas queixas da esposa Traída, havia uma ponta de orgulho. Orgulho que ela tornaria mais patente ao falar depois nas proezas sexuais do filho, digno descendente de digno pai.

Enquanto isso, para fins de salão, as esposas sempre castas teciam e bordavam.

Na verdade, entre um bordado e um tricô, muitas santas esposas escapuliram regularmente na manutenção da velha instituição chamada adultério. Fugiam pelas ruelas, escondiam-se nos portões e, suspirosas, entregavam-se ao amor “mais forte do que tudo”. O marido as mataria se soubesse, e a sociedade as repudiaria se soubesse. Mas elas tudo enfrentavam, heroicas, defendendo-se apenas com o segredo, com a discrição, com a mentira. A elas não era permitido trair.

Basta fazermos uma pequena análise das piadinhas de adultérios apara vermos a diferença. O homem que trai o faz muito no escritório, pondo a secretária no colo, ou no bar, seduzindo a loura, ou nas festinhas. O homem que trai, trai em lugares públicos ou quase. Já a mulher adúltera é quase sempre apresentada na cama, e frequentemente na cama da sua própria casa. A situação mais frequente no humor é a do marido que entra surpreendendo o casal pecaminoso em pleno ato. Ou a do amante no armário. A mulher não trai em público, e, podendo, nem se afasta do lar para isso. Ou seja: a traição do homem é aceita socialmente, e a da mulher não é.

Por que?

Uma das razões é a verdadeira “opressão linguística” exercida pelo homem sobre a mulher. No momento em, que o homem assumiu o domínio sobre a mulher, ele assumiu o domínio da sua fala e estabeleceu o que ela deveria ou não falar.

Proibir o adultério era impossível e bastante inconveniente para o homem. Sem mulheres que traíssem os maridos, e apresentando as donzelas perigos de toda sorte (gravidez, vingança da família, escândalo, etc.) ficariam eles próprios muito limitados no exercício da sua sexualidade extraconjugal.

Mas proibi-las de falar sobre isso era bem mais cômodo. No silêncio, salvava-se a honra do marido cornudo, salvava-se a instituição familiar, livrava-se o amante de incorrer em duelos ou cobranças, salvava-se toda a estrutura social.

E o silencio virou lei.

“A representação do mundo, assim como o próprio mundo, é tarefa dos homens”, disse Simone de Beauvoir. “Eles o descrevem segundo seu ponto de vista particular, que confundem com a verdade absoluta”.

E nunca mais nossas santas mães traíram nossos honrados pais. Essa é a verdade.

“Os homens traem porque, pela própria natureza, precisam de mais de uma mulher. O homem é polígono. Basta ver os povos primitivos; todos têm mais de uma mulher, e o chefe, então, tem uma porção.”.

Não sei quantas vezes ouvi essa argumentação. O homem é polígamo. Mas nunca ouço falar da mulher a não ser como monógama.

Entretanto a poliandria existe, dando a mulher o direito de ter vários maridos. No Ceilão, em algumas partes da Índia e do Tibete, a mulher casa-se com vários homens, geralmente irmãos ou parentes, e os filhos que ela gera consideram todos eles pais, indiferentemente. No Nayar, no Sul da Índia, as moças casavam antes da puberdade, com o noivo escolhido através da astrologia. Três dias depois do casamento era dissolvido e o marido voltava para a casa dos pais. A mulher então começava a receber visitantes masculinos, os pais de seus filhos. Havendo vários “visitantes” ao mesmo tempo, eles coabitavam serenamente. Exemplo de poliandria existe também na Nigéria e na Austrália.

Atribui-se a poliandria a motivos semelhantes aos que geram a poligamia. Maior número de homens do que de mulheres ou necessidade de controlar o aumento de população. Mas na verdade ela parece ter-se originado mais provavelmente na necessidade de proteger bens materiais. Ou seja, as mulheres têm mais de um marido por questões econômicas, por questões de poder.

A poligamia masculina também parece mergulhar suas raízes em questões de posse, em questões de poder. Então o homem pode ter o direito a varias mulheres, assim como a mulher também pode, e nenhum deles é, por questões de natureza, mais polígamo do que o outro.

“Os homens têm que ter várias mulheres, porque as mulheres estão sempre grávidas, estão sempre menstruadas. E, além do mais, os homens gostam mais de sexo do que as mulheres.”. Este é outro dos argumentos clássicos de salão, cuja repetição vem me entediando através da vida.

Respostinha breve para argumentinho infantil: as mulheres não estão sempre grávidas desde que se inventou a pílula; as mulheres só estão menstruadas uma vez por mês; a

menstruação não impede o ato sexual; nenhuma pesquisa psicológica ou fisiológica apoia a tese de que as mulheres gostam menos de sexo do que os homens.

Em compensação, poderíamos argumentar que nem todos os homens são potentes; ainda não foi inventada a pílula para impotência; nem todos os homens são sexualmente satisfatórios para uma mulher. O que poderia perfeitamente justificar o fato de uma mulher ter vários homens sem ser condenada à execração pública.

Houve um momento na história em que a mulher teve direito público a um número 2.

Na idade média, nos séculos XI, XII, XIII, XIV no Sul da França, na Galiza e nos territórios da hoje Alemanha e Itália, a senhora casada tinha direito público a outro amor. Na verdade, ela podia ter vários amantes, mas “um só de categoria superior”. Havia certa rigidez na regulamentação de tantas paixões, sendo as regras codificadas no que então se chamou “A Teoria do Amor Cortês”.

Para se alcançar o favor supremo da dama, era necessário percorrer quatro estágios: o do aspirante que se consome com suspiro (*fenhedor*), o do suplicante que ousa pedir (*pecador*), o do namorado (*entendedor*) e o do amante (*drut*). Este último estágio correspondia às homenagens de trovador a dama o constituía vassalo, recebia seu juramento de fidelidade e, como graça, concedia-lhe um beijo, um anel, ou outro objeto, como penhor de aliança.

E diziam ainda as regras do Amor, em número 31: “nada impede uma mulher de ser amada por dois homens; nada impede a um homem de ser amado por duas mulheres”.

Onde estavam as famosas “diferenças fisiológicas”? Esquecidas, abafadas pelas leis do poder.

As mulheres haviam alcançado enorme poder econômico, podendo dispor de seus bens. Além do mais, os casamentos não eram feitos por amor, mas por interesse de feudos. E as mulheres, graças aos conventos haviam alcançado cultura superior à masculina.

As mulheres dominavam, e impunham suas leis. Do mesmo modo que os homens o fariam mais tarde.

Esquecida a idade média, o homem retomou o comando e estabeleceu que haveria mulheres para o lar e mulheres para o amor.

A santa esposa, que só fazia sexo para a procriação, garantia a honradez do lar. A amante, a outra, esta permitia-se delírios entre saias vermelhas, babados e plumas. O estranho é que, enquanto uma dava à luz, quem se chamava “mulher da vida” era a outra.

Nenhum homem decente sonharia em fazer “certas coisas” com a mãe de seus filhos. Nenhuma senhora decente pensaria sequer nessas coisas, pelo menos não com o pai de seus filhos.

O sexo doméstico sendo um tédio, nada parecia mais justo do que espairer na rua. E tudo redundava num bom anticoncepcional.

Parecia justo, mas não era. As santas esposas faziam cara de mártir, mas não gostavam. Minha avó não gostava. A mãe dela também não gostava. E até hoje, dos poucos depoimentos que tenho daquele tempo, nenhum é de delirante entusiasmo pelos chifres.

Mas é verdade que as mulheres tinham medo de engravidar e por isso frequentemente se negavam. E é verdade que isso fornecia aos homens uma excelente desculpa.

Até a chegada dos anticoncepcionais.

A pílula está aí. Você não precisa ter medo de engravidar. Senão pode tomar pílula existe o DIU. Se não se dá bem com o DIU existem outros meios. A verdade é que não há mais impedimentos técnicos.

A mulher da vida agora é você mesma. Da vida não seu sentido mais bonito, a que dá vida gerando, e a que dá a vida na plenitude do prazer. Não há por que ele procurar essa vida em outro lugar.

É claro, não é só pelo fato de não temer a gravidez que as mulheres todas viraram mestras na arte do amor de uma hora para outra, nem mesmo de um século para o outro. Mas há todo um esforço nesse sentido.

Hoje existem publicações, livros, revistas, todos explicando, ensinando, aprimorando corpo e mente para o sexo. Nos estados Unidos milhares de donas-de-casa ingressaram em academias especializadas em dança do ventre e *strip-tease*. E as clínicas de sexologia se multiplicaram no mundo inteiro.

Você quer ser uma magnífica amante, e se ainda não chegou lá sabe que pode que é apenas uma questão de aprimoramento. Sabe até que, se a coisa for um pouco mais grave, existem meios de resolvê-la.

Não é então por causa de sexo que seu marido, ou mesmo seu amante, “precisa” procurar outra mulher.

É com este refrão que a Santa Esposa Traída tenta se confortar á espera de dias melhores. Ele pode correr livre e solto, ele pode amar quantas quiser, ele pode divertir-se a valer lá fora, mas o dia chegará em que cairá em si e voltará par o aconchego do lar, para os suaves braços da sua esposa amantíssima.

A literatura, a música estão cheios dessa Amélias. Nelson Gonçalves cantava: “... me resta o calor da alegria de saber que depois da boemia é de mim que você gosta mais”. E Carlos Drummond tem o poema *O Caso do Vestido* em que a mulher abandonada conta aos filhos a paixão e a fuga do pai com a outra, e eis que ouvem os passos do pai na escada, e eis que o pai chega, e eis que o pai como se nada tivesse havido diz para a esposa fiel: “ Mulher, põe mais um prato na mesa”. Penélope tecia seu interminável tapete. E Ulisses navegava em outros mares, mas o navio afundou e Ulisses, cabelos brancos, fez retorno às tessituras de Penélope.

Sim, eles voltam ao lar. Mas quando e como? Voltam cansados de guerra, voltam quando não estão mais a fim de grandes galopes, quando a juventude se foi. Voltam depois do primeiro enfarte assustador, ou do desastre, ou do aviso físico que lhes pareceu prenúncio de velhice ou morte.

E voltam para que mulher? Não é para aquelas com quem casaram, que eventualmente amaram. Aquela não existe mais. Existe uma mulher humilhada, sofrida, uma mulher que após esperar por tanto tempo não consegue sequer o prazer da revanche. Eles voltam parra a mulher como voltariam para a mãe: depois de tantos anos de “compreensão”, voltam para a certeza de serem aceitos, voltam para casa. Como dizia um amigo meu: “Depois de tantos anos de casado, ela não é mais minha mulher, é parente”.

Perdeu-se nisso tudo a vida que pretendia ser a dois. Perdeu-se a alegria dos anos mais alegres, perde-se o casamento.

Aos olhos da sociedade, não, aos olhos da instituição tudo está bem. O contrato assinado não foi desfeito. Os filhos admiram a resistência de caráter da mãe, a sua abnegação. Ela será sempre citada como exemplo de caráter e santidade. E ninguém parece preocupar-se com a mágoa que ela leva na alma.

Você não corre risco de engravidar, é uma boa companheira na cama, está disposta a ser uma mulher para a vida.

Mas será que isso é suficiente para que seu marido não traia você?

Talvez não seja. Porque ele não trai apenas pelo que você é, ou deixa de ser, mas sobretudo pelo que ele próprio é.

Um homem pode trair por insegurança, afirmando-se a cada nova conquista. Pode até precisar dessas conquistas para garantir sua masculinidade, aquela mesma masculinidade necessária para manter um casamento. Seria, em casos extremos, um pequeno D. Juan.

Um homem pode trair até mesmo por falta de abertura. Não conseguindo abertura, e, portanto entrega, com a mulher com quem é casado, passa de uma aventura a outra procurando essa entrega à qual se recusa, e que é a síntese do amor.

Ou pode trair em busca de uma imagem. Criada a imagem inconsciente da mulher ideal, e não conseguindo encaixar sua própria mulher nessa imagem (e como fazer com que a fantasia caiba na realidade?), ele passa a procurá-la inutilmente em várias mulheres.

Pode trair por “solicitação”. Já ouvi inúmeros homens dizerem: “ela pediu, eu não podia dizer não”. Sobrevive ainda hoje a regra social pela qual um homem não se furta à solicitação de uma dama. Convidado, um cavalheiro tem que comparecer à liça, mesmo que sem maior entusiasmo. Mais do que a possível falta de cavalheirismo, o que se recusar o pedido é ser chamado de homossexual, e não só entredentes, mas em altos brados. Agora, talvez, quando as mulheres estão mais frequentemente tomando a iniciativa, os homens se deem conta de que ao serem “prestativos” estão apenas sendo usados.

Os homens traem por frustração. Frustrados em alguma coisa fundamental, eles descarregam no sexo seu impulso reprimido. Como dizia Freud, ninguém abre mão de nada, troca.

Estas são apenas algumas das razões que podem levar um homem casado com uma excelente mulher, de quem ele até gosta muito, a traí-la com outras menos bonitas, menos inteligentes, menos mulheres. E digo isso não para desculpar, justificando, a traição masculina, mas porque sei que, quando a traição se abate sobre uma mulher, a primeira pergunta que ela se faz é: por quê?

É isso que você se pergunta desesperada quando sabe que ele a traiu. Pergunta, e geralmente não sabe a responder. Você fez tudo da melhor forma possível, você é bonitinha, você sempre achou que ele a amava, você achou que seu casamento era bom. E de repente...

Na briga que se segue ele diz que ama você, que você é bonitinha, que o casamento de vocês é ótimo, que você é a melhor do mundo. E diz a frase-chave: é você que eu amo, ela foi apenas uma aventura.

Em noventa e nove por cento dos casos, essa frase encerra o problema, possivelmente entre beijos e juras de fidelidade eterna.

Você dilui aos poucos seu ressentimento, e logo sorri tranquilizada, segura de ter recuperado a presa. Às vezes, em outra briga ou até mesmo em conversas você faz uma cobrança, mais em tom de lembrete do que propriamente queixa.

E a vida vai muito bem, até que ele trai novamente. Desta vez você talvez nem se pergunte por quê. Você se enfurece consigo mesma e se insulta, “burra que fui” ou “como pude ser tão idiota”. Odeia-se por ter acreditado nas promessas, nas declarações de amor. E é provável que como suprema vingança diga para si mesma: “Ah! é? Então vou passar ele para trás com o primeiro cara que aparecer.”.

O mais comum é que o primeiro apareça, apareça o segundo, e o terceiro sem que você lhe pule em cima. Porque uma coisa é dizer e outra bem mais ameaçadora é fazer. E, afinal, “homem pode e mulher não pode”.

Talvez a decisão de trair só por ter sido traída não seja sensata. E é pouco provável que um embate amoroso nessas circunstâncias seja sequer fisicamente satisfatório. Talvez, em lugar de partir para o ataque, você devesse cuidar da defesa.

Cabe a você não permitir que ele seja infiel. E não é com brigas e gritos que você o conseguirá. Nem é botando as roupas na janela e voltando para a casa da mamãe.

O que você pode é tentar fazer da coisa um problema a dois.

Muito bem ele traiu você. Mas o fato de estar magoada, humilhada, não faz de você uma vítima e dele um agressor. É assim que você se sente, mas não é assim que vai resolver alguma coisa. Se ele a traiu, deve ter suas razões. E o mais provável é que ele não as saiba. São essas razões que vocês devem procurar juntos, tentando evitar os ressentimentos, mesmo que seja tão doloroso.

É claro, assim, falando a frio, parece mais fácil. É claro, eu não estou envolvida. Mas, é claro, algo tem que ser feito mesmo no tumulto, mesmo no roldão de emoções fortes.

Chegando às razões, talvez possam procurar o remédio na causa em vez de continuar, vida afora, tentando remendar desastres já feitos.

O importante é que você não aceite a traição como um fato normal, um direito de masculinidade. Cabe a você não dar esse direito que ele, apoiado pela sociedade, se outorga.

Aceitando a velha máxima do “homem pode”, você está se colocando automaticamente em segundo lugar, você está aceitando a existência de um segundo escalão de pessoas, o das mulheres, que “não podem”. E se você própria não se respeita, por que ele haveria de fazê-lo?

Valorize-se, queira-se bem, haja o que houver, tudo será mais fácil se você puder contar com você mesma como aliada. E lembre-se, como no tempo do Amor Cortês, hoje também as mulheres podem ter educação igual ou superior à dos homens, e o domínio de suas posses. Hoje também, talvez, elas possam começar a modificar as leis a seu favor.

Mas esteja atenta. Além de todas as causas de que falamos e daquelas que você pode vir a descobrir, existe uma razão determinante para a traição: o desamor. E se de repente você descobrir que ele não mais a ama, a conversa então terá que ser outra.

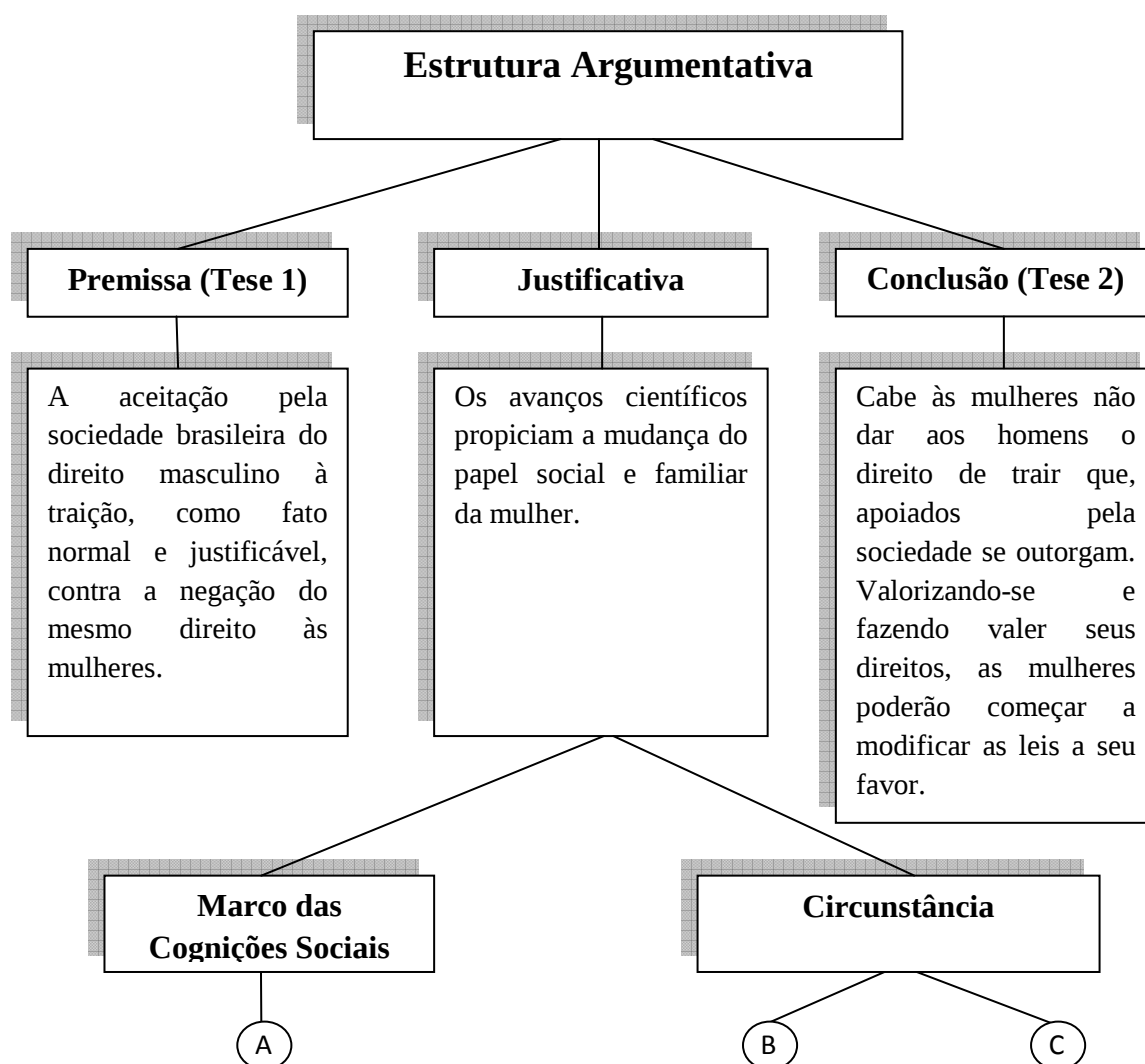
Nesta crônica Marina Colasanti define o motivo pelo qual o homem está legitimado a trair: cultura machista. Reflete as limitações impostas às mulheres e tenta entender como esse processo se dá. Busca concomitantemente localizar a mulher em seu papel social, visando dar voz à mulher e denunciar uma sociedade machista que vê a mulher como um ser inferior, desprovida de direitos e necessidades.

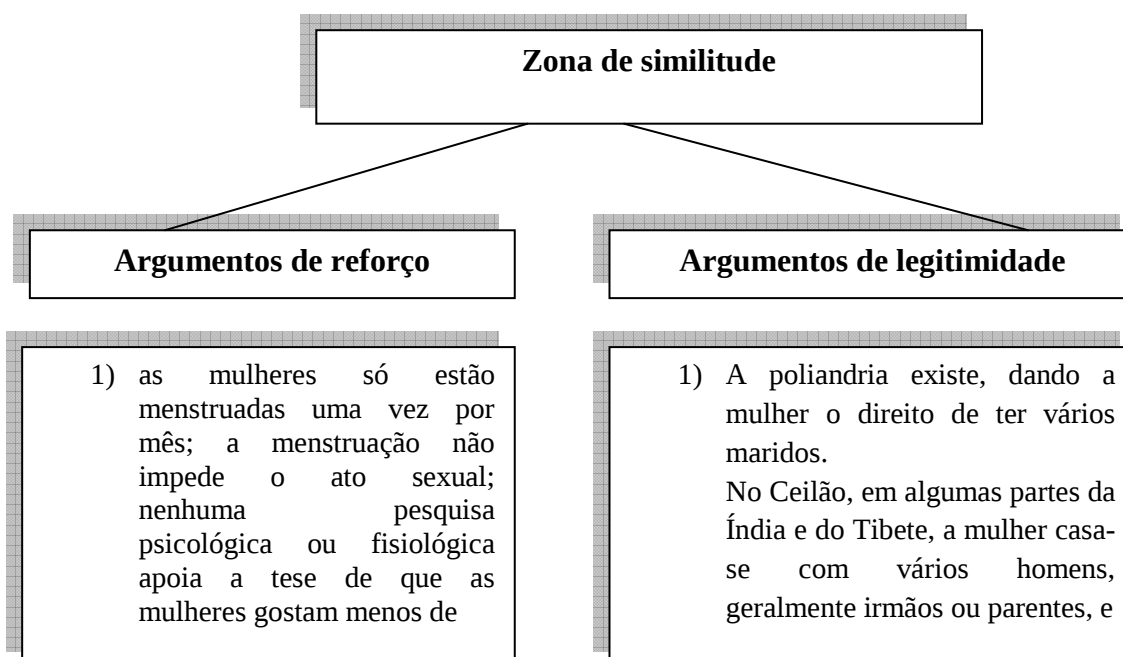
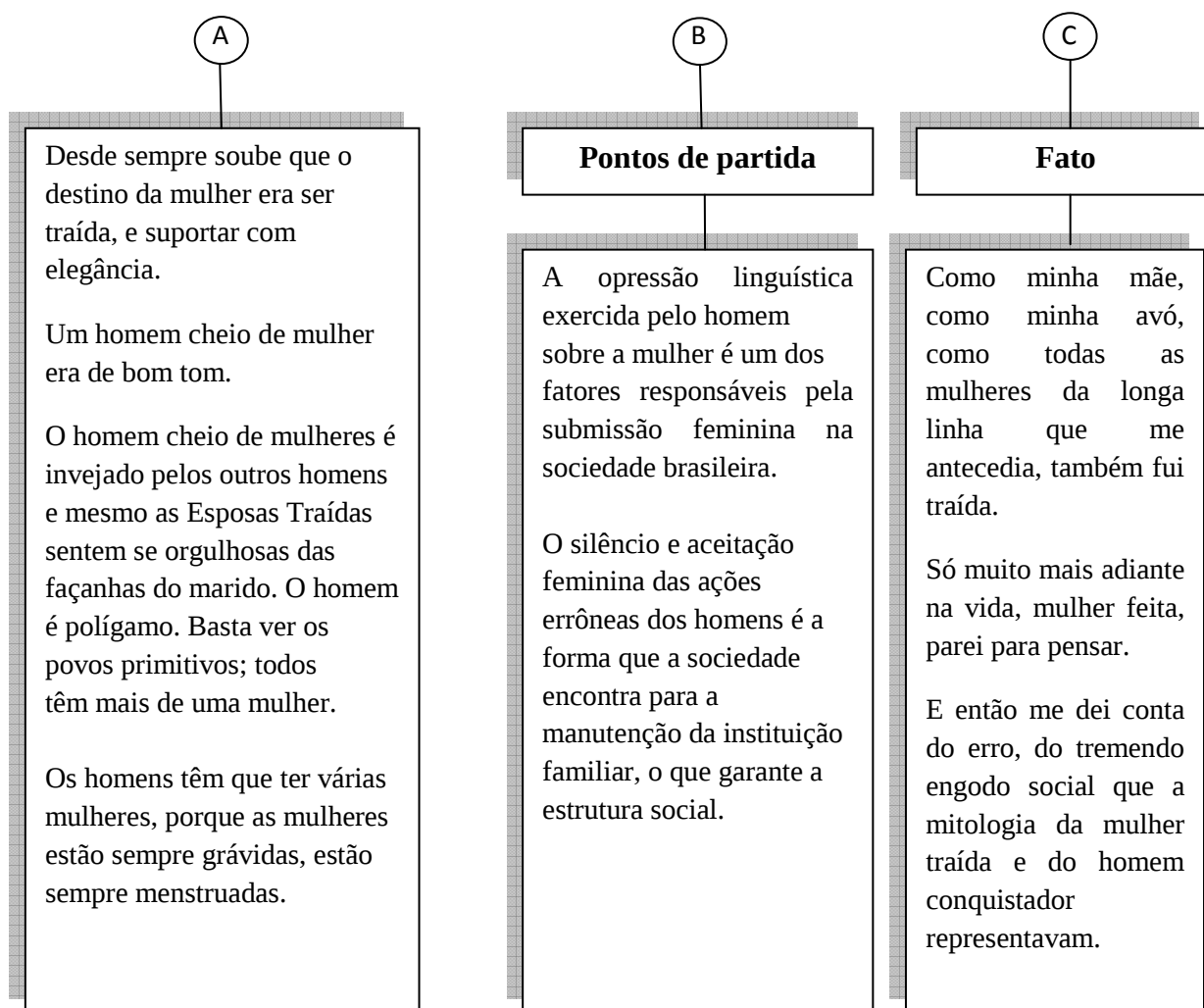
O tema: A violência psicológica sofrida pelo gênero feminino em uma sociedade machista e patriarcal, que nega ao feminino o “direito” outorgado ao masculino.

Os papéis sociais: Segundo as cognições sociais os papéis do feminino são: “*suportar com elegância a traição*”. Para a cronista o feminino é representado como oprimido pelo masculino que o domina até na fala.

A opinião da cronista: a mulher deve se valorizar, não aceitando a traição masculina como um fato normal, um direito de masculinidade. Ao rejeitar a velha máxima do “homem pode”, as mulheres estarão concomitantemente se valorizando e negando aos homens o “direito” que eles, apoiados pela sociedade, se outorgam.

A estrutura argumentativa





2) sexo do que os homens. nem todos os homens são potentes; ainda não foi inventada a pílula para impotência; nem todos os homens são sexualmente satisfatórios para uma mulher. O que poderia perfeitamente justificar uma o fato de uma mulher ter vários homens sem ser condenada à execração pública.

2) avanços científicos propiciaram a liberdade sexual da mulher, atendendo seus desejos. A pílula está aí. Você não precisa ter medo de engravidar. Senão pode tomar pílula existe o DIU. Se não se dá bem com o DIU existem outros meios. A verdade é que não há mais impedimentos técnicos. Hoje existem publicações, livros, revistas, todos explicando, ensinando, aprimorando corpo e mente para o sexo.

os filhos que ela gera consideram todos eles pais, indiferentemente. No Nayar, no Sul da Índia, as moças casavam antes da puberdade, com o noivo escolhido através da astrologia. Três dias depois do casamento era dissolvido e o marido voltava para a casa dos pais.

A mulher então começava a receber visitantes masculinos, os pais de seus filhos. Havendo vários “visitantes” ao mesmo tempo, eles coabitavam serenamente. Exemplo de poliandria existe também na Nigéria e na Austrália.

2) Houve um momento na história em que a mulher teve direito público a um número 2. Na idade média, nos séculos XI, XII, XIII, XIV no Sul da França, na Galiza e nos territórios da hoje Alemanha e Itália, a senhora casada tinha direito público a outro amor. Na verdade, ela podia ter vários amantes, mas “um só de categoria superior”. Havia certa rigidez na regulamentação de tantas paixões, sendo as regras codificadas no que estão se chamou “A Teoria do Amor Cortês”.

A argumentação da autora é feita com o intuito de levar a leitora a refletir sobre o assunto em pauta (direito masculino à traição), buscando uma mudança de posicionamento frente às “agressões” vivenciadas. Pois ao expor seus argumentos e posicionamento sobre sua tese (tese2), a cronista conclui que qualquer mudança de cenário só será possível se as mulheres (vítimas da agressão) se mobilizarem contra os padrões impostos pela sociedade, exigindo o respeito a seus direitos.

Sequências narrativas

Este texto é composto por várias sequências narrativas, conforme apresentado a seguir:

A. Sequência narrativa 01

Situação inicial	Fazer transformador	Situação final
Desde sempre soube que o destino da mulher é ser traída e suportar com resignação e elegância.	A traição sofrida pela própria cronista.	Mulher feita, passa refletir sobre o assunto e percebe que o mito da conformação com a traição, não passa de um engodo social.

É possível perceber nessa primeira sequência que o direito à traição outorgado ao homem faz parte da ideologia predominante na sociedade brasileira e, por essa razão, é aceito sem questionamentos.

B. Sequência narrativa 02

Situação inicial	Fazer transformador	Situação final
Esposas deveriam ser sempre castas e prestativas.	Muitas santas esposas escapuliam e mesmo que correndo riscos, traíam seus maridos.	Não sendo possível, nem conveniente, impedir que as mulheres traissem seus maridos, o mais cômodo era proibi-las de falar sobre isso. Garantindo assim a preservação da instituição familiar e da estrutura social.

Nesta sequência, a autora argumenta que, apesar da forte pressão, existem mulheres que ousam enfrentar as regras sociais existentes.

C. Sequência narrativa 03

Situação inicial

Não sei quantas vezes ouvi essa argumentação. O homem é polígamo. Mas nunca ouço falar da mulher a não ser como monógama.

Fazer transformador

Entretanto a poliandria existe, dando a mulher o direito de ter vários maridos.

Atribui-se a poliandria a motivos semelhantes aos que geram a poligamia. Maior número de homens do que de mulheres ou necessidade de controlar o aumento de população. Mas na verdade ela parece ter-se originado mais provavelmente na necessidade de proteger bens materiais. Ou seja, as mulheres têm mais de um marido por questões econômicas, por questões de poder.

Situação final

A poligamia masculina também parece mergulhar suas raízes em questões de posse, em questões de poder. Então o homem pode ter o direito a varias mulheres, assim como a mulher também pode, e nenhum deles é, por questões de natureza, mais polígamo do que o outro.

Nesta sequência, a autora apresenta argumentos que reforçam e legitimam sua opinião contrária ao direito masculino à traição.

D. Sequência narrativa 04

Situação inicial

Fazer transformador

Situação final

Os homens têm que ter várias mulheres, porque as mulheres estão sempre grávidas, estão sempre menstruadas. E, além do mais, os homens gostam mais de sexo do que as mulheres.

As mulheres não estão sempre grávidas desde que se inventou a pílula; as mulheres só estão menstruadas uma vez por mês; a menstruação não impede o ato sexual; nenhuma pesquisa psicológica ou fisiológica apoia a tese de que as mulheres gostam menos de sexo do que os homens.

Em compensação, poderíamos argumentar que nem todos os homens são potentes; ainda não foi inventada a pílula para impotência; nem todos os homens são sexualmente satisfatórios para uma mulher. o que poderia perfeitamente justificar o fato de uma mulher ter vários homens sem ser condenada à execração pública.

Na quarta sequência, são apresentados argumentos que buscam rebater e desqualificar e os argumentos utilizados para garantir ao homem o direito a ter várias mulheres.

E. Sequência narrativa 05

Situação inicial

Houve um momento na história em que a mulher teve direito público a um número 2.

Na idade média, nos séculos XI, XII, XIII, XIV no Sul da França, na Galiza e nos territórios da hoje Alemanha e Itália, a senhora casada tinha direito público a outro amor. Na verdade, ela podia ter vários amantes, mas “um só de

Fazer transformador

Esquecida a idade média, o homem retomou o comando e estabeleceu que haveria mulheres para o lar e mulheres e para o amor

Situação final

A santa esposa, que só fazia sexo para a procriação, garantia a honradez do lar. A amante, a outra, esta permitia-se delírios entre saias vermelhas, babados e plumas. O estranho é que, enquanto uma dava à luz, quem se chamava “mulher da vida” era a outra.

categoria superior”.

As mulheres haviam alcançado enorme poder econômico, podendo dispor de seus bens. Além do mais, os casamentos não eram feitos por amor, mas por interesse de feudos. E as mulheres, graças, aos conventos haviam alcançado cultura superior à masculina.

Nenhum homem decente sonharia em fazer “certas coisas” com a mãe de seus filhos. Nenhuma senhora decente pensaria sequer nessas coisas, pelo menos não com o pai de seus filhos.

Na quinta sequência, a autora faz uma narração histórica exemplificando como as mudanças sociais afetaram as mulheres, relegando-as a um segundo plano na escala social.

F. Sequência narrativa 06

Situação inicial

O sexo doméstico sendo um tédio, nada parecia mais justo do que espairer na rua. E tudo redundava num bom anticoncepcional.

Mas é verdade que as mulheres tinham medo de engravidar e por isso frequentemente se negavam. E é verdade que isso fornecia aos homens uma excelente desculpa.

Fazer transformador

Até a chegada dos anticoncepcionais.

A pílula está aí. Você não precisa ter medo de engravidar. Senão pode tomar pílula existe o DIU. Se não se dá bem com o DIU existem outros meios. A verdade é que não há mais impedimentos técnicos.

Situação inicial

A mulher da vida agora é você mesma. Da vida não seu sentido mais bonito, a que dá vida gerando, e a que dá a vida na plenitude do prazer. Não há por que ele procurar essa vida em outro lugar.

Não é então por causa de sexo que seu marido, ou mesmo seu amante, “precisa” procurar outra mulher.

Nesta sequência, a autora constrói argumentos que alicerçam sua opinião contrária à traição masculina.

G. Sequência narrativa 07

Situação inicial

Ele pode correr livre e solto, ele pode amar quantas quiser, ele pode divertir-se a valer lá fora, mas o dia chegará em que cairá em si e voltará para o aconchego do lar, para os suaves braços da sua esposa.

Fazer transformador

Sim, eles voltam ao lar. Mas quando e como? Voltam cansados de guerra, voltam quando não estão mais a fim de grandes galopes, quando a juventude se foi. Voltam depois do primeiro enfarte assustador, ou do desastre, ou do aviso físico que lhes pareceu prenúncio de velhice ou morte.

Situação final

E voltam para que mulher? Não é para aquelas com quem casaram, que eventualmente amaram. Aquela não existe mais. Existe uma mulher humilhada, sofrida, uma mulher que após esperar por tanto tempo não consegue sequer o prazer da revanche.

Perdeu-se nisso tudo a vida que pretendia ser a dois. Perdeu-se a alegria dos anos mais alegres, perde-se o casamento.

Nesta sequência, a autora constrói argumentos que alicerçam sua opinião contrária à traição masculina.

H. Sequência narrativa 08

Situação inicial

Um homem pode trair por insegurança, afirmando-se a cada nova conquista.

Um homem pode trair

Fazer transformador

Cabe a você não permitir que ele seja infiel. E não é com brigas e gritos que você o conseguirá. Nem é botando as roupas na janela e voltando para a

Situação inicial

Valorize-se, queira-se bem, haja o que houver, tudo será mais fácil se você puder contar com você mesma como aliada.

até mesmo por falta de abertura.

Pode trair em busca de uma imagem.

Pode trair por solicitação.

Os homens traem por frustração.

casa da mamãe.

O que você pode é tentar fazer da coisa um problema a dois.

Mas esteja atenta. Além de todas as causas de que falamos e daquelas que você pode vir a descobrir, existe uma razão determinante para a traição: o desamor. E se de repente você descobrir que ele não mais a ama, a conversa então terá que ser outra.

Nesta sequência, a autora reavalia o tema tratado e, expressa sua opinião. Enfatiza que a mudança de cenário só será possível com a conscientização e a mudança de postura da mulher.

Em síntese, o feminino é representado nesta crônica como detentor do poder de transformação social. Expressando sua opinião e legitimando seus argumentos a autora oferece aos leitores, por meio de uma estrutura textual argumentativa a chave para que as mulheres mudem o rumo da sua própria história e não mais sejam vítimas das regras sociais pré estabelecidas por uma sociedade machista.

4.2 Crônica 02 - “Mãe, que trabalha fora não precisa ter filho problema, não!”

A crônica a seguir ilustra a dicotomia existente na sociedade brasileira, pois apesar de estar tácito que a mão de obra feminina é necessária e importante para o crescimento e a manutenção da estrutura social, as mulheres que buscam uma realização profissional sofrem preconceitos e julgamentos.

“Mãe, que trabalha fora não precisa ter filho problema, não!”

Tenho duas filhas, Fabiana de 11 anos e Alessandra de 4. Tenho uma profissão desdobrada em vários trabalhos. E nos últimos onze anos luto para conciliar estes dois polos tão fundamentais para mim, cuidando para que o fluir de um não prejudique o outro.

Disse *luto* e sei bem porque usei expressão tão belicosa. Eu sou *uma mãe que trabalha*, e o mundo, do jeito que está, não foi feito para facilitar minha tarefa, nem como

mãe nem como trabalhadora. Cabe a mim, então, cavar o meu lugar e impor a minha determinação.

Como mãe que trabalha fora sofro a pressão constante da sociedade. Pois embora ela precise de mim como mão de obra e desfrute avidamente daquilo que eu produzo, seu dedo rígido está sempre apontando para o meu peito. Sou culpada do pior dos crimes: o abandono dos filhos.

Quantas vezes ouvi, em tom velada repreensão, sábias senhoras, dizerem que o lugar da mulher é no lar, que foi feita para dedicar-se apenas aos filhos e ao marido, que a tarefa mais nobre é a maternidade exercida em horário integral e que só para isso a mulher existe.

São, essas sábias senhoras, seguras como Moisés empunhando as tábuas da lei, e tem-se até a impressão de que prenderam essas verdades em algum folheto sobre a finalidade da mulher distribuído pelo próprio fabricante. Eu, que não recebi nenhuma explicação do Senhor quanto à razão pela qual ele haveria criado a mulher, me calo e vou em frente, alimentada de desconfiança.

Não foi impunemente que ouvi as vozes acusatórias. Elas ecoam nos meus ouvidos desde o nascimento, e desde sempre fazem parte do meu conhecimento de mundo. Eu, mulher, fui criada por mulheres, às quais não era permitida outra opção que não a maternidade. Minhas avós, nem sonhavam em trabalhar, minha mãe abandonou a faculdade com a primeira gravidez. E embora nem umas nem outras me doutrinassem para a vida do lar, estava subentendido que esse seria o meu destino. Era e foi o da maioria das minhas amigas de infância. Não havia por que pensar em outro rumo.

Mas foi exatamente outro rumo o que eu segui, e, pela escolha, carrego a culpa comigo.

Quantas vezes, na hora de sair para o trabalho, quando minhas filhas se agarravam na beira da minha saia, me abraçavam as pernas pedindo para não ir, ficar com elas, eu me sentia a mais sinistra das mulheres! Quantas vezes, tendo que deixar uma delas doente para ir passar o dia trancada numa redação, me considereei a pior das mães!

Sei eu da luta interior que tive que enfrentar para me permitir aquilo que para os homens é apenas natural, o direito ao trabalho.

Por isso, quando as cômodas senhoras, esposas e mães profissionais, erguem o dedo e desfilam suas catilinárias, eu tenho cá dentro pelo menos uma certeza: a de que eu sei de que estão falando, mas elas não, porque nunca estiveram do outro lado.

Eu sabia do problema que se impunha quando decidi ter minha primeira filha. A ideia de parar de trabalhar nem passou pela minha cabeça. Primeiro porque eu precisava de dinheiro, e mais ainda depois que ela nascesse. E novamente primeiro (porque não seria justo colocar isso em segundo lugar) o trabalho era uma parte tão integrante da minha vida que, ao querer completá-la com o nascimento de um filho, não podia mutilá-la eliminando o trabalho.

Decidi então que filho, trabalho, e eu viveríamos juntos, tentando a maior harmonia possível.

Mas estabeleci prioridades, organizei um sistema. Eu sabia que ela precisaria, no início, de toda a minha disponibilidade. Os psicólogos afirmam que um recém-nascido necessita da presença constante da mãe pelo menos durante os três primeiros meses de vida. E coloco aqui o *pelo menos* para mostrar que eu não estava querendo me tapear. Então, deixei acumular férias e tratei de trabalhar até o último momento permitido pelo médico, que acabou sendo uma semana antes do parto. Ganhei assim quatro meses para ela, embora trabalhar no último mês, no calor, andando de ônibus cheio para cima e para baixo, não tenha sido exatamente agradável.

Pois muito bem, na semana que sobrou, arrumei o quarto – e me vi costurando cortinas um dia antes, com o bebê já baixo, pedindo passagem -, deixei tudo pronto e fiquei só por conta dela.

E foi a partir do momento que ela nasceu – ou teria sido antes? -, senhoras de dedo erguido, que comecei a educá-la.

Eu não ensinei a um bebezinho de um dia os primeiros elementos da etiqueta, não disse a ela que não devia botar o dedinho no nariz. Mas ensinei que ela era muito amada, que essa era a razão fundamental de sua presença no mundo. Disse a ela na sala de parto mesmo, enquanto de dentro de mim avançava para a luz, que eu estaria sempre perto dela quando ela precisasse como naquele momento, porque estar perto não é estar colado fisicamente, e o disse com meu próprio corpo, que para poder recebê-la acordado se recusou a tomar anestesia. E disse a ela que é mais importante assumir, assim como eu assumiria de tê-la, mesmo em condições difíceis, planejando sua vinda.

Passei quatro meses cuidando do meu bebê. Só eu lhe dava comida, só eu lhe dava banho, só eu e lhe transmitia os primeiros conhecimentos do mundo. Não contratei enfermeira, como fazem tantas jovens elegantes, senhoras que não trabalham e nunca trabalharão. Não entreguei meu bebê para mãe, prima solteirona ou mucama, como se usava nas famílias tradicionais quando a parturiente passava trinta dias de resguardo, regado a caldo de galinha.

Enquanto isso tratei de contratar uma boa babá, a qual minha filha foi se acostumando aos poucos, e me preparei para voltar ao trabalho.

O preparo incluía uma redução de horário. Não passei para meio expediente, pois não seria possível, mas obtive condições – obtive, ou criei – para entrar mais tarde, e sair um pouco mais cedo. Com isso poderia estar com ela nas primeiras horas do dia e antes do sono.

Logo que ela cresceu um pouco, a rotina da nossa vida estabeleceu-se, de forma que brincávamos juntas ou, então, eu me ocupava dela de alguma maneira, até a hora de ela ir com a babá para a pracinha. Eu saía, então, para o trabalho. Voltava lá pelas 5 horas, ficava com ela, dava-lhe o jantar e punha-a na cama.

E daí por diante, mesmo com a segunda filha sabendo que a presença total não seria possível, sempre fiz questão de estar presente em pelo menos uma das refeições diárias, de botá-las na cama, de estar com elas no encerrar do dia.

Sobravam, além disso, os fins de semanas, que passava integrais com elas, inventando programas, indo a parques, passeios, teatrinhos, cinemas, praia, enfim, fazendo o possível, o que mais queriam. Não me lembro de ter jamais largado minhas filhas para passar fim de semana em algum lugar, a não ser nos raríssimos casos de viagens inevitáveis.

E as viagens são outro assunto importante. Nunca viajei quando as meninas eram muito pequenas a ponto de não entenderem que eu ia, mas voltaria. E, quando deixei a minha menor, de 3 anos e meio, fiquei preocupada, achando que talvez fosse cedo demais. Embora ela tivesse entendido muito bem, embora tivesse respaldada pela tranquilidade da irmã maior, ainda assim meu marido e eu telefonávamos seguidamente, e voltamos dentro de vinte dias para sermos devidamente repreendidos quando ela, de carinha amarrada, nos disse: “Eu fiquei muito triste”.

Que mãe seria eu se tivesse largado o trabalho em *favor* das crianças? Tenho me feito essa pergunta, de vez em quando, ao longo desses anos, quando o peso da sociedade acusadora se faz mais forte, ou quando eu própria, enfraquecida por algum motivo, me questiono sobre o valor real de tanto sacrifício.

Eu teria desistido da minha profissão aos 27 anos, quando nasceu minha primeira filha, e até agora não teria retomado porque o crescimento de uma sobrepôs-se ao nascimento da outra. Tenho hoje 39 anos. Reiniciar agora uma carreira jornalística abandonada quando começava a se esboçar, seria, no mínimo, infrutífero. Não me vejo como uma repórter iniciante aos quase 40 anos, nem poderia atuar como redator, estando a redação enterradas entre fraldas. Então mais provável é que continuasse até hoje sem trabalhar.

Eu sem trabalho. Nem posso me imaginar. Mas com um esforço procuro o que seria. Tento me pôr na pele das mulheres que me escrevem, que nos escrevem aqui na NOVA, que nos dão depoimentos. E me vejo como elas, encarceradas numa vida doméstica pouco enriquecedora, frustrada por tudo aquilo que poderia ter sido e que foi abandonado, em vejo irritada com as meninas, após um dia de desgaste contínuo.

Me vejo estranhamente muda. Porque o longo dialogo que comecei há anos comigo e com meus eventuais leitores, a conversa que vou tecendo com meus artigos em NOVA, as crônicas que escrevi e que em algum momento, de alguma maneira, disseram algo a alguém, nunca teriam existido.

Me vejo então empobrecida. Sem trabalho, tenho certeza, eu seria um ser humano mais pobre. Não apenas pelo estado de dependência econômica em que isso me colocaria – e a dependência é sempre empobrecedora –, como pela ausência de tantos dados que acumulei movida por constato diário com um trabalho de informação. Eu teria adquirido outros dados, é evidente, mesmo ficando em casa com as meninas. Mas seria apenas justo que grande parte

desses dados, senão a maioria fosse relativo a elas, à casa, ao pequeno mundo doméstico em que eu estivesse contida.

E sendo eu tão mais pobre, que educação poderia transmitir às minhas filhas?

Educação é uma palavra traiçoeira. Quando dizemos que um rapaz é bem-educado, estamos geralmente nos referindo à delicadeza cavalheiresca com que abre portas e puxa cadeiras para maior conforto das damas. Se, porém o rapaz comete pequeno ato de traição em relação ao seu melhor amigo, isso não é debitado na conta da sua educação, mas vai para a do caráter. Qualquer pessoa pode ser socialmente bem-educada, embora sendo animicamente desprezível.

Então, talvez seja o caso de repensarmos a palavra educação. Dar educação, para mim, como mãe, significa transmitir todo o modo de vida, e não digo com isso que eu deva ensinar às minhas filhas a beleza do amarelo, e sim a importância das cores. Não sei se estou sendo clara. Por modo de vida eu quero dizer, essencialmente, o mundo dos sentimentos. O que eu gostaria, ao dizer um dia eu soube educar minhas filhas, era que isso significasse: eu soube ensinar minhas filhas a transitar de olhos abertos no complicado mundo dos sentimentos.

Parece pomposo, mas não é. Eu quero que elas saibam se comportar à mesa, é natural, mas acho mais importante que a mesa, em vez de um local de repreensões, seja um ponto de encontro fraterno de família. E se manhã elas tiverem num grande jantar, prefiro que prestem atenção em quem lhes está ao lado – e atenção não àquela conversinha vaga de salão- a que se detenham sobre a melhor maneira de esquetejar uma ave envolta em molho.

Dar educação às minhas filhas significaria transmitir-lhes certos amores, certos prazeres pela leitura, pelos trabalhos artesanais, pelas plantas – não esse já detestável ecologismo de cartilha, mas amor de verdade, convivência com as centenas de plantas que tenho em casa – pelo desenho, pela palavra.

E no meu conceito elas serão bem-educadas se se tornarem mulheres capazes, atuantes em qualquer atividade, dinâmicas. Se conseguirem se tornar mães sem para isso terem de abandonar trabalho e participação. Se, por sua vez, conseguirem transmitir às filhas e filhos aquilo que eu considero boa educação.

A essa altura parece que eu sou uma mãe maravilhosa. Não sou. Nem minhas filhas são modelos de boa educação. Não são. A guerra aqui em casa é renhida. Disputamos o poder de dentes fechados, os delas mais que os meus, pois nessa demarcação de poder e exercício da autoridade deixo que os outros demarquem e exerçam à vontade. Talvez, por isso, sou uma mãe meio cambeta. E o seria de qualquer maneira.

Não sei e não gosto de me impor. Questiono a tradição e o bom senso. Questiono minhas próprias ordens, o que as enfraquece de saída. Se, por exemplo, uma me pede para comer chocolate antes do almoço, a resposta imediata é não, antes do almoço não pode. Mas ela insiste, e eu me pergunto: por que não pode? Porque tira o apetite. Mas tira o apetite

exatamente porque alimenta. O chocolate é alimento tão rico como um bife. Estou neste questionamento quando ela volta à carga, já choramingando, e eu, forte por dentro dos meus argumentos cuja evolução ela desconhece, dou licença para comer o chocolate. Vai daí, ela pensa que me venceu que avançou um passo na conquista da sua liberdade.

Não, não sou uma mãe ideal, e minhas filhas, que já descobriram o manancial de meus defeitos, se servem à farta. Mas onde o não trabalhar me faria melhor educadora? Minhas falhas não advêm da falta de tempo, mas talvez da falta de vocação. Não tenho rigor, não tenho mão firme, não imponho minha autoridade. E o mesmo aconteceria se ficasse em casa o dia inteiro. O mesmo não, pior. Porque, juntas durante o dia inteiro, fermentaríamos meus defeitos, num desgaste fatal para nossa relação. Eu não ficaria mais autoritária apenas pela quilometragem, nem pelo simples fato de ficar em casa, passaria a acreditar que chocolate antes das refeições arruinaria a saúde de uma criança.

Dizem que a mãe que trabalha adota o sistema compensatório, ou seja: deixa eu ser boazinha com ela enquanto estou em casa, já que ela pouco me vê. Eu não sigo esta linha. Na verdade. Sou mais puxada a megera do que a doce mãe. Chego da rua, e como um piloto checando o avião antes da decolagem, vou fazendo meu controle: escovou os dentes? Fez o dever? Foi buscar o casaco que esqueceu na casa da amiga? Desembaraçou o cabelo? E a dar as broncas e as ordens correspondentes.

Não, creio que se eu ficasse em casa o dia inteiro não nos aguentaríamos com facilidade. A não ser que o fato de não trabalhar significasse tempo preenchido com cabeleireiros, demoradas sessões de compras, visitas às amigas, atividades beneficentes. Ou seja, que eu compensasse o tempo economizado do trabalho com tempo gasto em futilidades, ficando, afinal, em casa pouco mais do que fico. Não é assim que acontece com grande parte das mulheres que, não trabalhando, se dedicam “inteiramente” aos filhos?

Antes de escrever a matéria, achei que o melhor seria perguntar a elas e ver o que pensam de uma mãe como eu. É claro, que sendo eu a mãe, elas têm forçosamente preconceito a favor, mas também poderia acontecer o contrário. Enfim, por desengano de consciência perguntei.

Não foi um hino de louvores, não. Mas deu para tranquilizar. Alessandra, com seus 4 anos, disse logo que preferiria que a mãe ficasse o dia inteiro contando histórias e brincando de boneca com ela, e já disse me abraçando, abraço rapidamente desfeito ao ser convocada pelo som do desenho animado da televisão. Fabiana foi mais objetiva. Disse que gosta de ter mãe que trabalha, porque mãe grudada o dia inteiro é muito chata. E disse que gosta de mãe trabalhando para ir visitar no trabalho (ela vai a jornal, vai a televisão e acha sensacional). E disse que gosta de mãe trabalhando porque a mãe está fazendo coisas, e “não é feito essas mães que não trabalham e viram chofer dos filhos, para cima e para baixo”.

Nenhuma das duas disse que “é ruim ter mãe que trabalha porque isso prejudica a nossa educação”. Mas talvez elas não se importem com isso. Talvez a educação, o universo dos bons modos, seja um problema que inferniza apenas a mente dos adultos

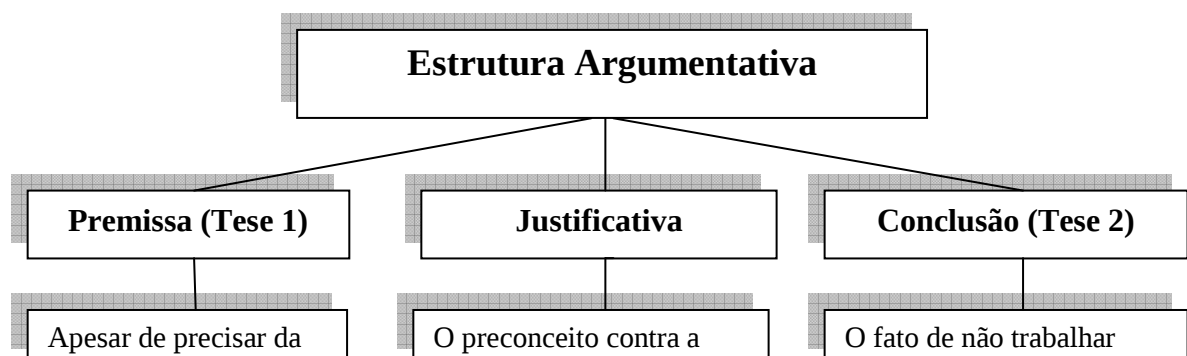
Em “Mãe, que trabalha fora não precisa ter filho problema, não!”, Colasanti exemplifica por meio de sua própria jornada como mãe e profissional, como a sociedade, por meio de seu discurso recriminatório torna mais árdua, a difícil tarefa de conciliar maternidade e trabalho. A cronista usa como argumentos sua experiência pessoal e demonstra por meio de exemplificações como o julgamento social torna-se uma fonte de agressão às mulheres que ousam se rebelar contra a ideologia de uma sociedade machista.

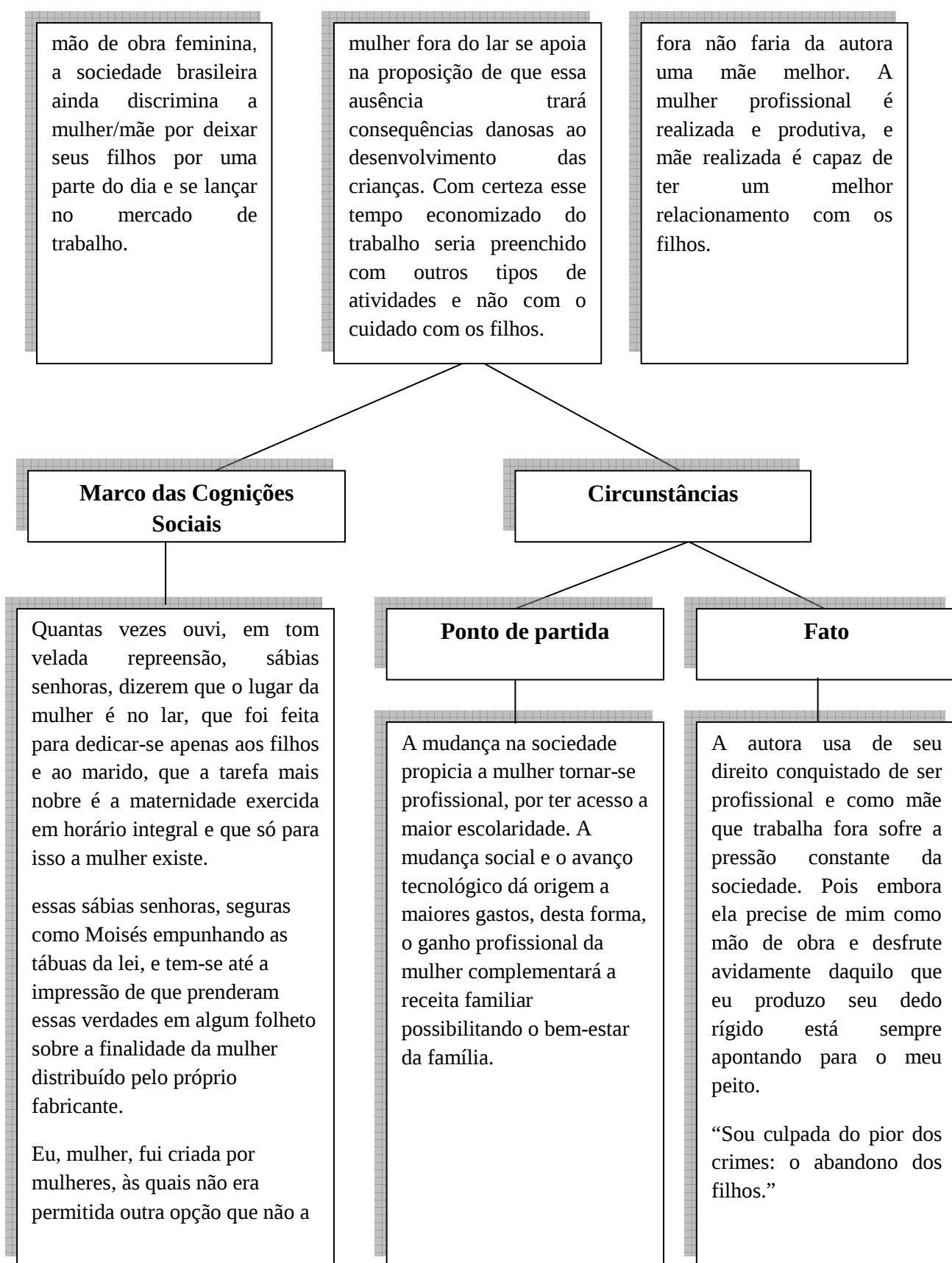
Tema: O preconceito social que marginaliza ideologicamente o feminino que atua profissionalmente e tem liberdade de escolha para sua vida.

Os papéis sociais: nesta crônica, Marina Colasanti apresenta a mulher em sua luta diária para conciliar o papel de mãe e profissional. Apesar de importante para a sociedade, a mulher, ainda, sofre preconceito ao sair de casa e exercer perante a sociedade o papel de profissional, mesmo que não seja em detrimento do seu papel de mãe.

A opinião da cronista: Marina Colasanti defende o direito conquistado pela mulher de ser profissional, e afirma que é possível a mulher desempenhar o papel de mãe e profissional concomitantemente, pois o fato de não estar o dia todo em casa não faz com que a mulher seja melhor ou pior mãe. A autora argumenta também que essa é uma luta diária, pois o mundo, do jeito que está não foi feito para facilitar a tarefa, nem da mulher/mãe nem da mulher/trabalhadora. Assim, segundo a autora, cabe a cada mulher cavar o seu lugar e impor-se com determinação.

A estrutura argumentativa





maternidade. Minhas avós, nem sonhavam em trabalhar, minha mãe abandonou a faculdade com a primeira gravidez. E embora nem umas nem outras me doutrinassem para a vida do lar, estava subentendido que esse seria o meu destino. Era e foi o da maioria das minhas amigas de infância. Não havia por que pensar em outro rumo.

Zona de similitude

Argumento de reforço

- 1) Por isso, quando as cômodas senhoras, esposas e mães profissionais, erguem o dedo e desfilam suas catilinárias, eu tenho cá dentro pelo menos uma certeza: a de que eu sei de que estão falando, mas elas não, porque nunca estiveram do outro lado.
- 2) Os psicólogos afirmam que um recém-nascido necessita da presença constante da mãe pelo menos durante os três primeiros meses de vida. E coloco aqui o *pelo menos* para mostrar que eu não estava querendo me tapear. Então, deixei acumular férias e tratei de trabalhar até o último momento permitido pelo médico, que acabou sendo uma semana antes do parto. Ganhei assim quatro meses para ela.

Argumento de legitimidade

- 1) Sei eu da luta interior que tive que enfrentar para me permitir aquilo que para os homens é apenas natural, o direito ao trabalho. Eu sabia do problema que se impunha quando decidi ter minha primeira filha. A ideia de parar de trabalhar nem passou pela minha cabeça. Primeiro porque eu precisava de dinheiro, e mais ainda depois que ela nascesse. E novamente primeiro (porque não seria justo colocar isso em segundo lugar) o trabalho era uma parte tão integrante da minha vida que, ao querer completá-la com o nascimento de um filho, não podia mutilá-la eliminando o trabalho.
- 2) Passei quatro meses cuidando do meu bebê. E foi a partir do momento que ela nasceu – ou

Só eu lhe dava comida, só eu lhe dava banho, só eu e lhe transmitia os primeiros conhecimentos do mundo. Não contratei enfermeira, como fazem tantas jovens elegantes, senhoras que não trabalham e nunca trabalharão. Não entreguei meu bebê para mãe, prima solteirona ou mucama, como se usava nas famílias tradicionais quando a parturiente passava trinta dias de resguardo, regado a caldo de galinha.

3) Eu sem trabalho. Nem posso me imaginar. Me vejo estranhamente muda. Me vejo então empobrecida. Sem trabalho, tenho certeza, eu seria um ser humano mais pobre. E sendo eu tão mais pobre, que educação poderia transmitir às minhas filhas?

4) Não, não sou uma mãe ideal, [...]. Mas onde o não trabalhar me faria melhor educadora? Minhas falhas não advêm da falta de tempo, mas talvez da falta de vocação.

teria sido antes? -, senhoras de dedo erguido, que comecei a educá-la. Eu não ensinei a um bebezinho de um dia os primeiros elementos da etiqueta, não disse a ela que não devia botar o dedinho no nariz. Mas ensinei que ela era muito amada, que essa era a razão fundamental de sua presença no mundo.

3) Não, creio que se eu ficasse em casa o dia inteiro não nos aguentaríamos com facilidade. Me vejo como elas, encarceradas numa vida doméstica pouco enriquecedora, frustrada por tudo aquilo que poderia ter sido e que foi abandonado. Me vejo irritada com as meninas, após um dia de desgaste contínuo.

4) A não ser que o fato de não trabalhar significasse tempo preenchido com cabeleireiros, demoradas sessões de compras, visitas às amigas, atividades beneficentes. Ou seja, que eu compensasse o tempo economizado do trabalho com tempo gasto em futilidades, ficando, afinal, em casa pouco mais do que fico. Não é assim que acontece com grande parte das mulheres que, não trabalhando, se dedicam “inteiramente” aos filhos?

Sequências narrativas

Esta crônica é composta por várias sequências narrativas, conforme apresentado a seguir.

A. Sequência narrativa 1

Situação inicial

Eu, mulher, fui criada por mulheres, às quais não era permitida outra opção que não a maternidade. Estava subentendido que esse seria o meu destino. Não havia por que pensar em outro rumo.

Fazer transformador

Mas foi exatamente outro rumo o que eu segui, e, pela escolha, carrego a culpa comigo.

Situação final

Como mãe que trabalha fora sofro a pressão constante da sociedade.

Sou culpada do pior dos crimes: o abandono dos filhos.

Nesta sequência, a autora descreve a luta que, como mulher, trava diariamente, por ter escolhido um destino diferente daquele que a sociedade esperava que ela tivesse.

B. Sequência narrativa 2**Situação inicial**

Estando em um casamento no qual marido e mulher são profissionais, “tive que enfrentar para me permitir aquilo que para os homens é apenas natural, o direito ao trabalho”.

Fazer transformador

Decidi então que filho, mas “a ideia de parar de trabalhar nem passou pela minha cabeça”.

Situação final

Decidi que mãe, filhos e trabalho, viveriam juntos, tentando a maior harmonia possível.

Na segunda, sequência a cronista argumenta que, sendo o trabalho e os filhos partes importantes na vida de uma mulher, eliminar uma delas tornaria sua vida incompleta.

C. Sequência narrativa 3**Situação inicial****Fazer transformador****Situação final**

Eu sabia que ela precisaria, no início, de toda a minha disponibilidade.

Os psicólogos afirmam que um recém-nascido necessita da presença constante da mãe pelo menos durante os três primeiros meses de vida

Estabeleci prioridades, organizei um sistema.

Deixei acumular férias e tratei de trabalhar até o último momento permitido pelo médico

Passei quatro meses cuidando do meu bebê

Que mãe seria eu se tivesse largado o trabalho em *favor* das crianças?

Na terceira sequência a autora descreve sua luta para conciliar o trabalho e a maternidade, argumentando que mesmo com toda a dificuldade, não conseguiria se enxergar sem o trabalho.

D. Sequência narrativa 04

Situação inicial

Eu teria desistido da minha profissão aos 27 anos, quando nasceu minha primeira filha, e até agora não teria retomado porque o crescimento de uma sobrepôs-se ao nascimento da outra.

Fator transformador

Sem trabalho, tenho certeza, eu seria um ser humano mais pobre. Não apenas pelo estado de dependência econômica em que isso me colocaria – e a dependência é sempre empobrecedora –, como pela ausência de tantos dados que acumulei movida por constato diário com um trabalho de informação.

Situação final

E sendo eu tão mais pobre, que educação poderia transmitir às minhas filhas?

A quarta sequência, traz os argumentos da cronista em defesa de sua decisão de conciliar carreira e maternidade. Ela argumenta que a interrupção de sua carreira para criar os filhos a deixaria mais pobre econômica e intelectualmente, o que, com certeza, refletiria na educação de suas filhas.

E. Sequência narrativa 05

Situação inicial	Fazer transformador	Situação final
Educação é uma palavra traiçoeira. Quando dizemos que um rapaz é bem-educado, estamos geralmente nos referindo à delicadeza cavalheiresca com que abre portas e puxa cadeiras para maior conforto das damas. Se, porém o rapaz comete pequeno ato de traição em relação ao seu melhor amigo, isso não é debitado na conta da sua educação, mas vai para a do caráter.	Então, talvez seja o caso de repensarmos a palavra educação.	E no meu conceito elas serão bem-educadas se se tornarem mulheres capazes, atuantes em qualquer atividade, dinâmicas. Se conseguirem se tornar mães sem para isso terem de abandonar trabalho e participação. Se, por sua vez, conseguirem transmitir às filhas e filhos aquilo que eu considero boa educação.

Na quinta sequência, a autora avalia o que a sociedade define como educação e sugere que seja feita uma reflexão a respeito do que deve ser, a seu ver, a verdadeira educação.

F. Sequência narrativa 06

Situação inicial	Fazer transformador	Situação final
A essa altura parece que eu sou uma mãe maravilhosa. Não, não sou uma mãe ideal, e minhas filhas, que já descobriram o manancial de meus defeitos, se servem à farta. Mas onde o não trabalhar me faria melhor educadora?	Questionamento as filhas. “o melhor seria perguntar a elas e ver o que pensam de uma mãe como eu”.	Não foi um hino de louvores, não. Mas deu para tranquilizar. Nenhuma das duas disse que “é ruim ter mãe que trabalha porque isso prejudica a nossa educação”.

Nesta sequência, a autora finaliza o texto fazendo um balanço de sua própria postura como mãe e reafirma que o fato de trabalhar e não despende um tempo maior com os filhos não é um fator determinante para o insucesso na criação dos filhos.

4.3 Crônica 03 – Esta complicada história de ter que fazer concessões

Na crônica a seguir, Marina abre uma discussão sobre o ato de ceder. Assumindo um papel passivo, muitas mulheres transvestem a submissão em educação e boas maneiras, porém intimamente sentem-se agredidas, visto que, tem sempre negligenciados seus direitos e desejos.

Esta complicada história de ter que fazer concessões

Ceder, conceder, amoldar-se, chegar um pouco para lá. Quem não se curva ao sabor das necessidades? O homem é apenas o caniço, dizia Pascal. Mas como estabelecer o ponto em que ceder deixa de ser um ato de generosidade para transformar-se num gesto de covardia? Como marcar o limite em que a concessão abre caminho à sua submissão? Onde fincar o pé em defesa da própria individualidade, sem que isto seja um grito de egoísmo? O homem é um caniço pensante, reescreveria Machado de Assis.

Há muito a mulher concede. Concede a honra dessa valsa, concede a mão em casamento. No papel passivo em que se viu trancafiada pela sociedade, a concessão foi o que lhe restou. Concedendo, fingia dar aquilo que, de qualquer forma, lhe seria tomado. Submissa, brincava de generosa, de altaneira.

Desde pequena, o aprendizado: “Minha filha, deixe essas brincadeiras para os meninos, você é mais ajuizada”. E a longa doutrinação. A mulher devia conceder-se ao marido, embora o desagradável do sexo. Devia tolerar as traições, embora a humilhação. Devia suporta-lhe a arrogância, embora a revolta. Era o papel da esposa ceder e moldar-se para proteger o casamento.

Mas ao longo de tantos anos de concessões unilaterais, o casamento não foi protegido nem melhorado. Foi apenas e simplesmente suportado debaixo de uma pesada carga de ironia, caminhando para a decadência e a desintegração que hoje em dia se tentam evitar.

Troca-se então a palavra casamento pela palavra relação. Evita-se enfocar a união legal de duas pessoas como um contrato que pudesse estar envolvendo interesses econômicos e sociais. E, embora esses interesses estejam em jogo, procura-se salvá-lo a partir do relacionamento profundo e não das aparências.

Maria agora sabe que não é só a ela que cabe ceder. Maria sabe que tem direitos. Talvez não tenha descoberto ainda sua real extensão. Mas já foi informada de que João também deverá abrir mão de pequenas e grandes coisas para que os dois possam continuar juntos.

Ambos, no período que antecedeu o casamento, e mesmo depois, ouviram – e ouvirão muitas vezes – a modesta frase-chave de nossa sabedoria matrimonial: “O casamento é feito de concessões”. E só depois das brigas se perguntarão, em silêncio: “até onde?”.

Maria quer ir ao cinema. João não quer. João está cansado do trabalho. Maria também está cansada do trabalho. Mas o trabalho de Maria é doméstico, ela não saiu de casa o dia todo, lavou, passou, cuidou das crianças, cozinhou. Só ouviu a voz do rádio e da televisão. Falar, não falou com ninguém. João falou, mexeu-se, andou pela rua. Quer sossego, enquanto Maria quer movimento. Quem deve ceder?

O comum é Maria ceder. Por quê? Porque o trabalho de João rende dinheiro no fim do mês e, por isso, é considerado mais importante. Porque estabeleceu-se que o trabalho de João é mais cansativo. Porque a própria Maria, sustentada por João, sente-se culpada e tende a favorecê-lo, a “pagar” de alguma forma por aquele dinheiro que gasta nas compras de todo mês.

Mas Maria gosta de ceder? Ela não escolheu o trabalho doméstico. Apenas soube, desde sempre, que ele lhe caberia. Ela não escolheu ser sustentada. Apenas aceitou, desde sempre, que seu trabalho não fosse remunerado, apesar de ser, ele também, um trabalho indispensável à família e à comunidade. Ela não pediu para ficar em casa, simplesmente foi posta ali. O cinema não é importante. Importante é sair. Importante é fazer uma reivindicação e ser atendida, não por força, mas por afeto. Importante é saber que o marido sente e conhece seu sacrifício, assim como ela conhece e respeita o dele. Então, antes de pedir e aceitar a concessão de Maria, caberia a João ver a importância do pedido de Maria. Não do pedido em si, mas do que se esconde por trás dele, do que realmente significa. E pesar o que vale realmente mais, se descansar como o corpo pede, ou sair como o afeto manda.

Estão João e Maria preparados para isso? Ao formular a famosa frase “casamento é conceder”, talvez o erro tenha sido apenas de duas letras. Mais certo seria dizer “casamento é conhecer”. Conhecer a si mesmo, conhecer o outro, ou pelo menos tentar conhecer. O pedido, seja qual for, é sempre motivado por uma necessidade, superficial ou profunda, às vezes aparente, mas geralmente escondida. Para saber a importância real do pedido, é necessário saber a real importância da motivação.

Evidentemente, é necessário um critério mínimo. Se ele, de repente, está com desejo de sorvete de amora, o mais provável é que esteja mesmo, com desejo de sorvete de amora, enquanto você quer o de bacuri. Mas, se, ao fim de um jantar esplêndido, requintado, no qual você se esmerou especialmente, ele recusa a sobremesa para pedir uma banana, é mais provável que esteja querendo opor uma simplicidade rústica ao seu requinte, ou “desequilibrar” o equilíbrio do jantar que você se esforçou por conseguir, ou, em suma, agredir você. Mesmo que desejasse mesmo uma banana, saberia respeitar a sua pequena cerimônia doméstica, deixando a banana para outra hora e aceitando a sobremesa que você havia escolhido para ele.

O problema não é apenas conceder ou não conceder, é saber o que se está concedendo, e por quê.

No caso da sobremesa, o que conta não é servir logo uma penca de bananas, embora magoada com a recusa à sua *mousse*. O que interessa é esquecer a banana e a *mousse* e procurar descobrir, se possível juntos, por que motivo ele quis agredi-la, por que razão você se sentiu agredida, o que aquele jantar esmerado representava para você como dádiva de carinho, como ele “sentiu” o jantar, e assim por diante.

O mais provável é que ao longo da procura conjunta, coisas bem mais importantes venham à tona, quando então será, ou não, o caso de conceder, mas com perfeito conhecimento de causa.

“Eu sou a mais cordata, vivo concedendo. E nem por isso a relação melhora. Quanto mais dou, mais ele pede. Ou, pior ainda, finge que não percebe”.

Quantas vezes frases como esta foram ditas? Um dos dois considera-se mais generoso do que o outro, é o que diminui o passo, o que abre mão. Mas, em vez de usufruir essa generosidade, sente-se lesado. Faz tudo para agradar, e não agrada na medida do seu “tudo”.

Surpreendente seria se agradasse. A família é uma célula social, miniatura do complexo social que a cerca, e, como tal, regida pelas mesmas leis que regem a sociedade. Como a sociedade, portanto, a família e a relação a dois em que a família está baseada vivem da dinâmica dos opostos. Vivem do equilíbrio entre duas vontades frequentemente em oposição. A oposição não é apenas necessária, é indispensável à evolução do relacionamento.

Quem sempre cede estará retirando sua oposição, negando o valor de sua própria vontade. Quem sempre abre mão nega a importância de seus desejos e, em última análise, de sua personalidade. Quem não luta para receber, mas se esforça para dar, está constantemente se apagando.

Como pode uma relação entre duas pessoas ser equilibrada e boa, se uma das duas pessoas teima em não existir?

Antônio casou-se com Wilma. Ela era jovem, esfuizante, bonita. Antônio gostou dela e por isso a escolheu. Mas Wilma havia sido bem doutrinada: postas as alianças, começou a se amoldar a Antônio. Só fazia as comidas que Antônio gostava, só vestia as roupas que Antônio escolhia, só expressava opiniões gêmeas das de Antônio. Antônio procurava Wilma e só encontrava Antônio. Mas era com Wilma que se havia casado e com Wilma que queria viver. Então, começou a exigir Wilma. Reclamava das comidas, e ela, humilde, providenciava outras; reclamava das roupas, e ela, dócil, trocava; reclamava das opiniões dela; tão iguais às dele, e ela, triste, se calava.

Antônio chamava Wilma, e Wilma teimava em se esconder. E quanto mais Antônio reclamava, tanto mais Wilma se “amoldava”. E amoldando-se parecia irritar Antônio ainda mais, e não entendia o que estava acontecendo, e chorava escondida, e se queixava com as amigas, e as amigas – que também haviam sido doutrinadas como Wilma – diziam que Antônio não passava de uma canalha, que Wilma era uma santa, que ele não a merecia.

E quando Antônio, cansado de insistir, acabou procurando outra mulher, talvez até parecida com a Wilma de antigamente, as amigas, indignadas, disseram em coro: “Depois de tudo o que ela fez por ele!”.

Wilma era uma “santa mulher”. Mas o caso era que Antônio não queria uma “santa” queria apenas uma mulher, de preferência, aquela com quem havia se casado.

Quantas “santas mulheres” tomam ao pé da letra o ensinamento que tantas vezes ouviram e recebem o mesmo tratamento de Wilma? E quantas continuam se esforçando na mesma direção, mesmo depois que o casamento seguiu rumo desastroso, sem perceberem (ou negando-se a perceber) que foi exatamente esse procedimento excessivamente submisso a causa do desastre?

“Nosso casamento é perfeito. Nós nunca brigamos”.

Essa é uma frase da qual convém desconfiar.

A ausência de brigas, assim, colocada, deveria significar a ausência de conflito. Mas o conflito é necessário e inevitável, quando um quer ir para a direita e o outro quer ir para a esquerda. A briga é, muitas vezes, o ponto de partida para que se chegue a um conciliatório caminho de meio, ou mesmo para que um dos dois perceba o erro da sua escolha e adote a preferência do outro.

O ódio – que explode nas brigas – é tão intenso como o amor, e tão próximo dele que com ele se confunde. Quem ama odeia e volta a amar. Quem ama não precisa temer o ódio, porque não teme em nenhum momento destruir o amor. Sabe que, intenso, ele tornará a dominar a relação, até nova explosão, e assim por diante, dinamicamente.

Quem teme o ódio, esta sim, deve temer por seu amor. Porque negando o ódio – evitando a qualquer preço as brigas – estará represando um sentimento intenso e poderoso que, filtrado sorrateiramente na relação tende a miná-la cada vez mais de forma irremediável.

Então, é necessário opor-se, é necessário brigar – ou melhor, obedecer ao impulso de briga.

Mas em que limites? E como?

Adélia saiu da casa dos pais para a casa do marido. Adélia deixou de ser filha apenas para passar a ser esposa. Adélia esteve sempre sob o domínio de um homem. Até o dia em que, rompendo o círculo familiar, Adélia foi trabalhar por súbita necessidade econômica, ou foi estudar por súbito interesse em aprender, ou ingressou em qualquer agremiação ou clube. E começou a lidar com outras mulheres, diferentes dela, mulheres mais assumidas, em busca de libertação. E Adélia começou a ouvir um novo tipo de doutrinação. Ela precisava ser ela,

precisava tomar seu lugar na sociedade, precisava defender seus direitos. Adélia ouvia as coisas ao mesmo tempo com espanto e prazer, a música era agradável.

Mas Adélia não tinha preparo para ir à origem dos sons nem para estudar a pauta em profundidade. Simplesmente resolveu tocar a música em casa. E então estabeleceu-se entre Adélia e o marido uma relação em que ela sempre queria fazer prevalecer sua vontade – afinal, tinha que lutar por seus direitos -, sempre apresentava exigências novas e recebia tudo o que contrariava seus desejos como um insulto a ser respondido com veemência. Adélia estava em pé de guerra. O marido “não reconhecia mais a mulher”. A família de Adélia surpreendia-se. E logo levantaram-se os murmúrios: “ essas feministas põem qualquer casamento a perder”.

Adélia não teria posto seu casamento a perder se não tivesse ouvido as outras mulheres. Adélia não teria posto seu casamento a perder se não tivesse saído de casa. Adélia não teria posto seu casamento a perder se não tivesse de repente começado a fazer exigências. Essas são as conclusões mais frequentes e imediatas. Mas talvez devêssemos procurar outra conclusão.

Adélia deixou de ser Adélia por um tempo excessivo. Nunca fez exigências, nunca se colocou em primeiro lugar. Quando a necessidade de fazê-lo apareceu, ela foi ao pote com excessiva sede. Bebeu depressa demais, entornou água, engasgou-se.

Talvez Adélia devesse ter começado bem antes a exigir e a ceder, em igual medida; antes de deixar a casa do pai. Deveria ter ido para o casamento já pronta como ser humano, e não apenas entregando a outro homem o bastão de comando.

Para o marido que nunca tinha ouvido exigência alguma, que sempre tinha tido na frente um ser submisso, a mudança súbita e radical de Adélia só podia constituir uma ameaça. Ainda mais porque ela o colocava como principal responsável por seu longo adormecimento. Adélia em pé, de guerra só podia fazer com que o marido desenterrasse a machadinha, começando a dança mortal.

Nem tanto ao mar nem tanto á terra. Mas o que é o mar e o é a terra?

“Não custa nada ir à festa a que não quero ir, mas da qual ele faz questão.” Não custa nada? Então vá. “Vai ser um sacrifício, mas vou aquela festa da qual ele faz questão.” Vai ser um sacrifício? Pense duas vezes, “Tenho horror de ir a essa festa, mas se eu não for, ele vai

ficar me infernizando a vida; então, melhor me chatear indo do que ter que enfrentar discussão.” Melhor? Tem certeza? Por que tanto medo de enfrentar discussão? Por que a discussão não leva a nada? Se é isso, reformule a discussão, ela pode ser útil. Ou porque discussão leva as pessoas a dizerem verdades que você não quer ouvir? Ou por que ele está certo, a festa vai ser boa, ele tem direito de ir, mas você não está com vontade e prefere fingir que cede, e conservar sua irritação?

Ou...

Quantas possibilidades existem para explicar o seu desejo e o dele? Infinitas. E para cada possibilidade haverá uma solução diferente.

Assim como não existem casais típicos, também não existem situações idênticas. Não há como dizer: ceda – resista. Pode-se apenas sugerir: reflita. Ou, indo um pouco além: ceda, quando isso não trazer danos à sua individualidade, e resista firmemente, quando for necessário à manutenção da sua personalidade e, conseqüentemente, ao bom fluxo da relação. Mas que nem um nem outro gesto seja leviano, irrefletido. Pensar, pensar em voz alta, pensar com o outro pode levar, senão à solução, pelo menos ao diálogo.

É provável, porém que o exigir e o ceder se tornem mais fáceis para as gerações futuras. Antes, as duas possibilidades eram vividas, desde a infância, como opostas, inconciliáveis e extremas. A criança não podia contrariar de forma alguma a vontade dos pais ou dos mais velhos. E quando o fazia era sempre de maneira dramática, entre gritos e prantos, acabando a cena com castigo e repreensões.

Hoje, em muitas famílias – mas seriam mesmo muitas? -, o diálogo entre pais e filhos começa a ser estabelecido desde cedo. Procura-se o porquê das vontades. Tenta-se explicar o porquê das negativas, tenta-se, na medida do possível, respeitar os desejos das crianças.

Já se sabe que a individualidade é importante e que o respeito é algo bem maior e mais profundo do que a simples delicadeza das palavras. Não é preciso ser “obediente” para ser bem-educado. É preciso ser antes de tudo razoável.

Talvez o estabelecimento do diálogo desde cedo venha a criar o hábito do diálogo. Um hábito a ser mantido o resto da vida, nas relações fundamentais que substituirão a relação pai-filho. E não somente nas relações com os outros, mas sobretudo naquela relação doce e dolorosa que é a relação consigo mesmo.

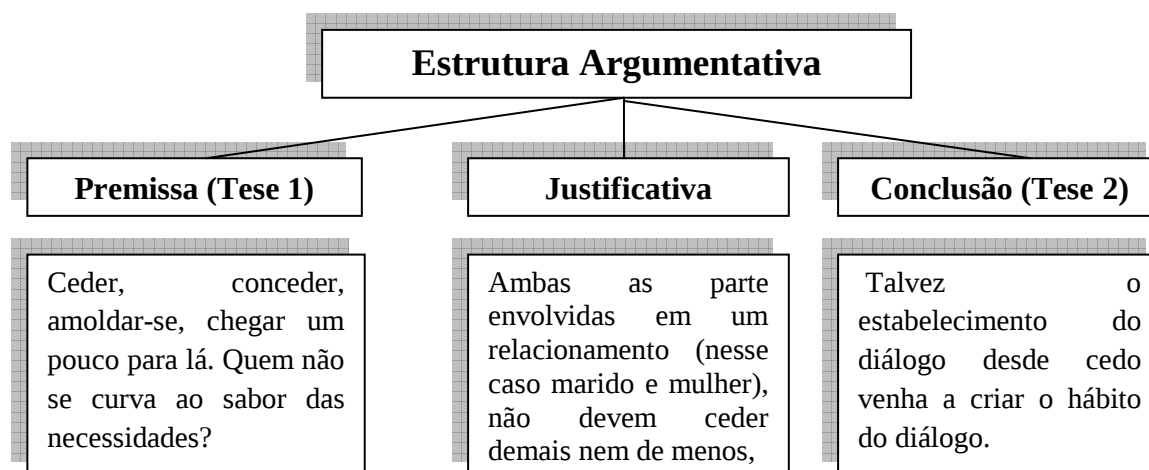
Por meio de um “diálogo” aberto a cronista objetiva levar o (a) leitor (a) a refletir sobre o ato de “conceder”. Procura demonstrar que ceder não é uma atitude negativa, mas é necessário que seja observada a tênue linha que separa a cessão da submissão, posto que, em um relacionamento as concessões devem ser bilaterais. Todos tem o direito de ter seus desejos e necessidades atendidas, independente, do seu papel na relação. A seu ver o melhor caminho para que haja uma relação saudável e igualitária é o estabelecimento, desde o início, do diálogo.

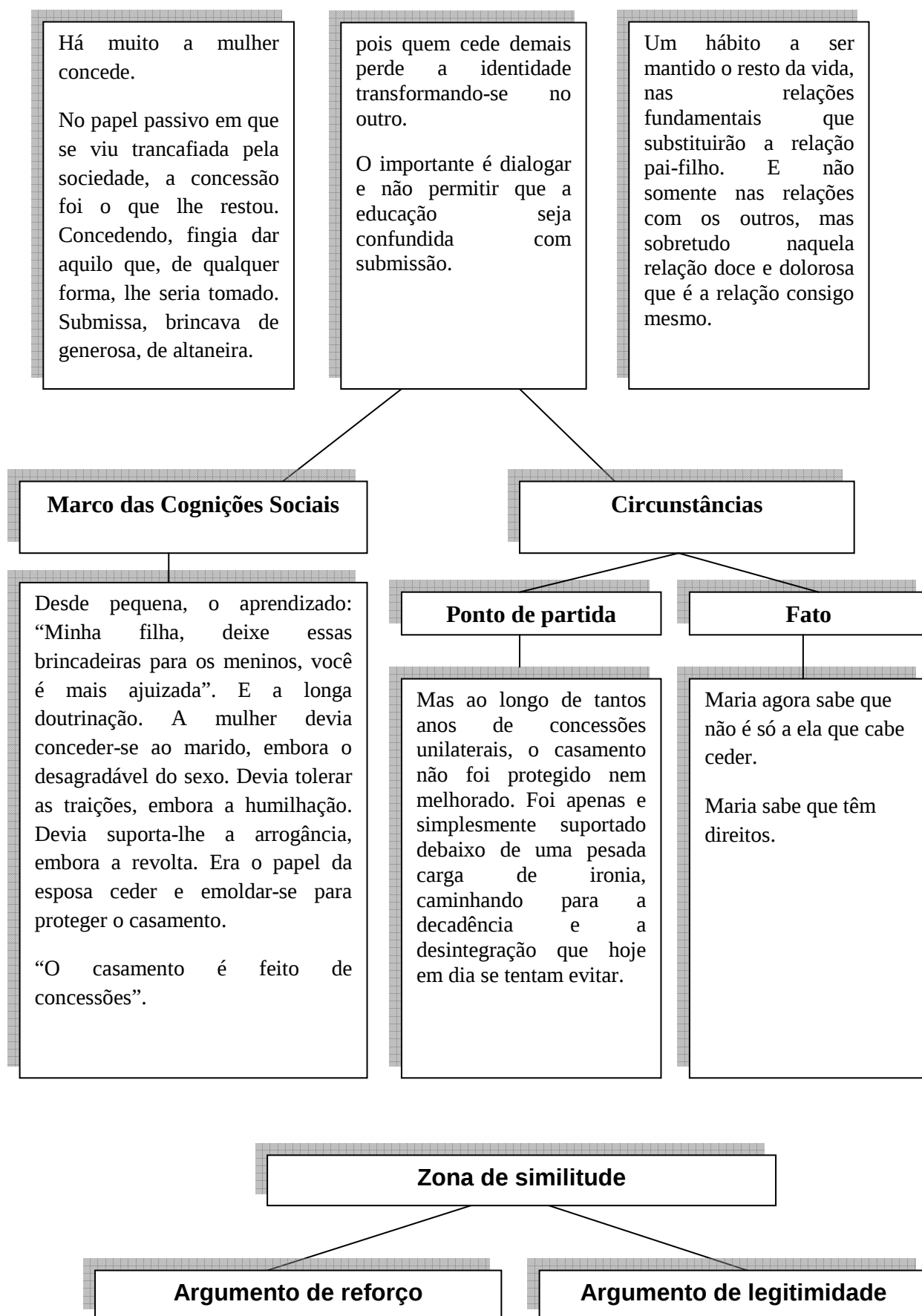
Tema: O preconceito que marginaliza o feminino considerando-o inferior ao masculino tanto como capacidade física quanto capacidade intelectual. A concessão absoluta do feminino nas decisões do casal decorrente do Marco de Cognições Social que situa o feminino em um patamar inferior ao masculino na hierarquia social.

Os papéis sociais: a cronista enfatiza o papel de mulher submissa que, por medo da rejeição, acaba perdendo sua própria individualidade, mas também apresenta o papel o papel do feminino opositor às decisões do masculino.

A opinião da cronista: para a cronista, a mulher deve repensar sua postura e não deixar que o “ceder” ou “conceder” dê lugar à submissão. Sabendo o que quer, saberá como se impor sem ofender e machucar, nem a si mesma, nem aos outros. Assim, sugere que o estabelecimento do diálogo logo no início da relação poderá atenuar os conflitos oriundos da convivência a dois.

A estrutura argumentativa:





1) Mas Maria gosta de ceder? Ela não escolheu o trabalho doméstico. Apenas soube, desde sempre, que ele lhe caberia. Ela não escolheu ser sustentada. Apenas aceitou, desde sempre, que seu trabalho não fosse remunerado, apesar de ser, ele também, um trabalho indispensável à família e à comunidade. Ela não pediu para ficar em casa, simplesmente foi posta ali.

2) Quem sempre cede estará retirando sua oposição, negando o valor de sua própria vontade. Quem sempre abre mão nega a importância de seus desejos e, em última análise, de sua personalidade. Quem não luta para receber, mas se esforça para dar, está constantemente se apagando.

3) Quem teme o ódio, esta sim, deve temer por seu amor. Porque negando o ódio – evitando a qualquer preço as brigas – estará represando um sentimento intenso e poderoso que, filtrado sorrateiramente na relação tende a miná-la cada vez mais de forma irremediável.

1) O problema não é apenas conceder ou não conceder, é saber o que se está concedendo, e por quê.

2) A família é uma célula social, miniatura do complexo social que a cerca, e, como tal, regida pelas mesmas leis que regem a sociedade. Como a sociedade, portanto, a família e a relação a dois em que a família está baseada vivem da dinâmica dos opostos. Vivem do equilíbrio entre duas vontades frequentemente em oposição. A oposição não é apenas necessária, é indispensável à evolução do relacionamento.

3) Mais certo seria dizer “casamento é conhecer”. Conhecer a si mesmo, conhecer o outro, ou pelo menos tentar conhecer.

Sequências Narrativas

Esta crônica é composta por várias sequências narrativas, conforme apresentado a seguir.

A. Sequência narrativa 1

Situação inicial

Fazer transformador

Situação final

Há muito a mulher concede.

Era o papel da esposa ceder e emoldar-se para proteger o casamento.

Mas ao longo de tantos anos de concessões unilaterais, o casamento não foi protegido nem melhorado.

O casamento deixa de ser um contrato que envolve interesses econômicos e sociais.

Troca-se então a palavra casamento pela palavra relação. Evita-se enfocar a união legal de duas pessoas como um contrato que pudesse estar envolvendo interesses econômicos e sociais. E, embora esses interesses estejam em jogo, procura-se salvá-lo a partir do relacionamento profundo e não das aparências.

Nesta sequência, a autora argumenta que a submissão feminina é encarada pela sociedade como uma forma de manter-se a instituição familiar, mas a concessão unilateral não faz com que o casamento seja protegido e/ou melhorado. Troca-se então a “vestimenta” que cobre essa união, procurando com isso “salvar” a instituição familiar.

B. Sequência narrativa 2

Situação inicial

A autora apresenta alguns exemplos de relações em que: 1) a mulher cede aos desejos do marido por medo ou insegurança, o que acaba criando um círculo vicioso, no qual compete a mulher sempre ceder para que a paz familiar seja mantida. 2) a mulher cansada de sempre ceder, abandona a postura submissa, assumindo o papel de impositora, procurando impor seus desejos e vontades acima dos do marido.

Fazer transformador

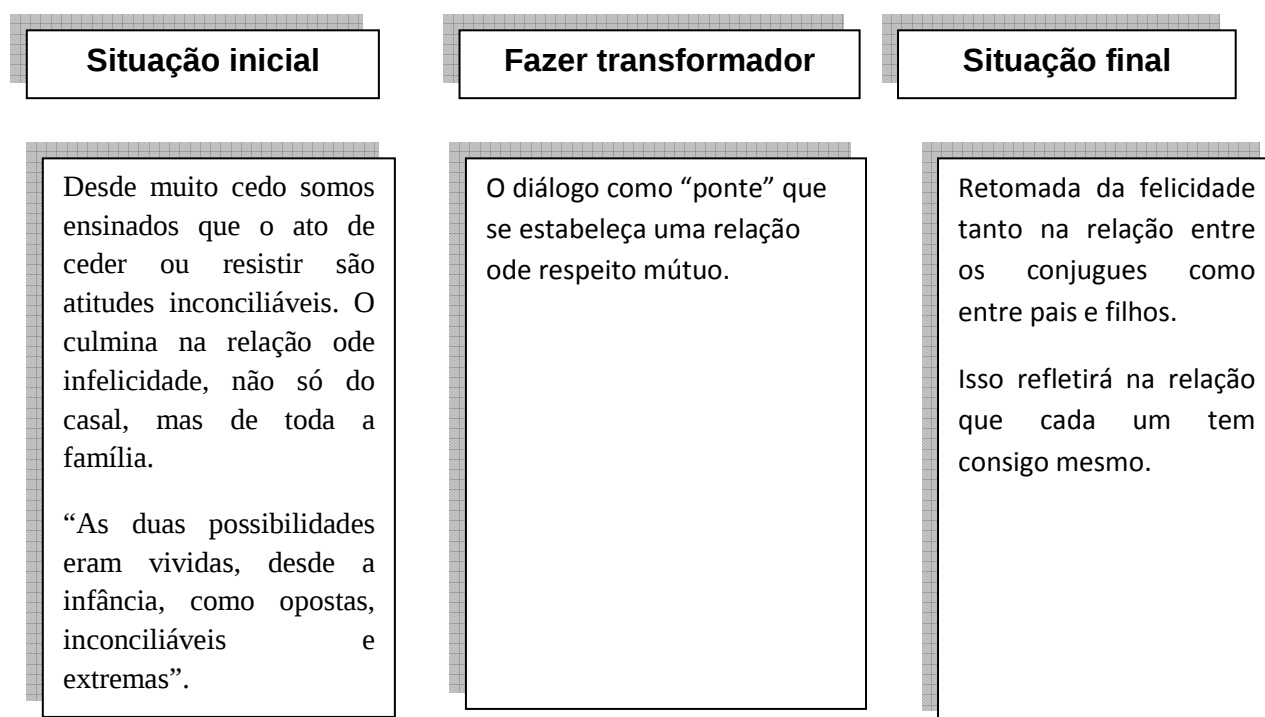
Ambos os posicionamentos geram conflitos, tornando a relação entre os cônjuges insuportável.

Situação final

Nem tanto ao mar nem tanto à terra. O essencial em uma relação é que sejam pesados os porquês de cada demanda. Pois, “não há como dizer: ceda – resista. Pode-se apenas sugerir: reflita. Ou, indo um pouco além: ceda, quando isso não trouxer danos à sua individualidade, e resista firmemente, quando for necessário à manutenção da sua personalidade e, consequentemente, ao bom fluxo da relação”.

Nesta sequência a autora avalia ambas as posturas – submissão total ou imposição excessiva - e aponta que nos dois casos, o final é sempre a insatisfação com o relacionamento e/ou possível fim da relação. Assim, opina que a solução para que se chegue a denominador comum, isto é, a felicidade conjugal, é a reflexão e o diálogo.

C. Sequência narrativa 3



Nesta sequência a autora finaliza o texto, argumentando que a mudança social dos papéis familiares que vem sendo vivenciadas pelas famílias brasileiras, contribui para que se instaure o hábito do diálogo e, conseqüentemente, abre espaço para uma melhor convivência entre todos.

Em síntese, este capítulo buscou identificar como é representado o feminino pela focalização da escrita feminina a partir da inter-relação entre as categorias sociedade, cognição e discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No termino desta dissertação revemos os objetivos que orientaram nossa pesquisa; a partir dos resultados obtidos de nossas análises. Temos por tema as formas de representação do feminino em crônicas escritas por Marina Colasanti a partir da inter-relação entre as categorias sociedade, cognição e discurso.

Objetivo geral: contribuir com os estudos linguístico-discursivos do gênero feminino no Brasil.

Acreditamos que esse objetivo tenha sido cumprido, pois as crônicas de Marina Colasanti focalizam o gênero feminino a partir de diferentes temas. Entre eles:

- A violência psicológica sofrida pelo gênero feminino em uma sociedade machista e patriarcal, que nega ao feminino o “direito” outorgado ao masculino.
- O preconceito social que marginaliza ideologicamente o feminino que atua profissionalmente e tem liberdade de escolha para sua vida.
- O preconceito que marginaliza o feminino considerando-o inferior ao masculino tanto como capacidade física quanto capacidade intelectual.
- O preconceito machista que extermina a vida feminina.
- O preconceito machista que marginaliza o feminino, impedindo-o de ter liberdade de decisões sobre o seu próprio corpo.

Estes cinco temas são os mais frequentes na obra de Marina Colasanti. Os dois últimos não foram exemplificados no capítulo “A representação do feminino na opinião de Marina Colasanti”, mas encontram-se em anexo no término desta dissertação.

Objetivos específicos:

- 1) Identificar os papéis sociais do gênero feminino em crônicas de Marina Colasanti;
- 2) Verificar a opinião da cronista frente os valores atribuídos ao feminino, conforme as cognições sociais;

- 3) Situar a representação do feminino na estrutura argumentativa da opinião da cronista;
- 4) Tratar das sequências narrativas e a representação do feminino.

Acreditamos que os objetivos 1: Identificar os papéis sociais do gênero feminino em crônicas de Marina Colasanti; e 2: Verificar a opinião da cronista frente os valores atribuídos ao feminino, conforme as cognições sociais; foram cumpridos, visto que, os papéis sociais do gênero feminino foram identificados a partir dos temas tratados pela cronista. Esta apresenta um paradoxo na representação dos papéis sociais do feminino na medida em que os representa tanto pelas cognições sociais, que ainda se mantém até hoje, quanto pela sua própria opinião.

Tema 1: A violência psicológica sofrida pelo gênero feminino em uma sociedade machista e patriarcal, que nega ao feminino o “direito” outorgado ao masculino . Este tema trata da traição masculina e da aceitação feminina dessa situação.

Segundo as cognições sociais os papéis do feminino são: ***“suportar com elegância a traição”***, pois nas ***“veladas queixas da esposa ‘Traída’, havia uma ponta de orgulho. Orgulho que ela tornaria mais patente ao falar depois nas proezas sexuais do filho, digno descendente de digno pai”***.

Suportar a traição com elegância implica em ser esposa casta, caso contrário, discriminação e mentira. ***“a traição do homem é aceita socialmente, e a da mulher não é”, “Proibir o adultério era impossível e bastante inconveniente para o homem. Sem mulheres que traissem os maridos, e apresentando as donzelas perigos de toda sorte (gravidez, vingança da família, escândalo, etc.) ficariam eles próprios muito limitados no exercício da sua sexualidade extraconjugal”.*** ***“Mas proibi-las de falar sobre isso era bem mais cômodo. No silêncio, salvava-se a honra do marido cornudo, salvava-se a instituição familiar, livrava-se o amante de incorrer em duelos ou cobranças, salvava-se toda a estrutura social”. E o silêncio virou lei.***

Por essa razão o feminino é representado como oprimido pelo masculino que o domina até na fala. As causas da traição do homem, impostas pelo masculino são as diferenças fisiológicas: gravidez, menstruação e também a necessidade sexual masculina que é maior que a do feminino.

Segundo a opinião da cronista: se o ato de trair for considerado um “direito”, a mulher tem o mesmo “direito” de trair que o homem. No caso do feminino ser representado por uma mulher que tem desejos sexuais não satisfeitos pelo parceiro, este deve ser satisfeito com outro homem, pois a mulher tem o mesmo direito do homem. Haja vista que, **“nenhuma pesquisa psicológica ou fisiológica apoia a tese de que as mulheres gostam menos de sexo do que os homens”**. **“Em compensação, poderíamos argumentar que nem todos os homens são potentes; ainda não foi inventada a pílula para impotência; nem todos os homens são sexualmente satisfatórios para uma mulher. O que poderia perfeitamente justificar o fato de uma mulher ter vários homens sem ser condenada à execração pública.”** O avanço científico da pílula anticoncepcional garante a igualdade de direito ao sexo e ao prazer. Os casais podem usufruir do sexo de forma satisfatória, mas é preciso que a mulher **“valorize-se, queira-se bem, haja o que houver, tudo será mais fácil se você puder contar com você mesma como aliada. E lembre-se, como no tempo do Amor Cortês, hoje também as mulheres podem ter educação igual ou superior à dos homens, e o domínio de suas posses. Hoje também, talvez, elas possam começar a modificar as leis a seu favor.”**

Neste tema, pelo paradoxo ocorre a inversão de valores atribuídos aos papéis do feminino. Pelas cognições sociais o papel do masculino traidor é positivo o do feminino traidor é negativo. A cronista avalia negativamente o papel feminino de submissão e aceitação do “direito” masculino à traição e avalia positivamente o papel do feminino que busca uma igualdade de direitos ao prazer e a vida.

Tema 2: O preconceito social que marginaliza ideologicamente o feminino que atua profissionalmente e tem liberdade de escolha para sua vida. Neste também ocorre um paradoxo para a representação dos papéis do feminino.

Segundo as cognições sociais o papel do feminino com valor positivo e o de mãe de família, dentro de casa, dedicando suas vinte e quatro horas do dia aos filhos e a família **“Quantas vezes ouvi, em tom velada repreensão, sábias senhoras, dizerem que o lugar da mulher é no lar, que foi feita para dedicar-se apenas aos filhos e ao marido, que a tarefa mais nobre é a maternidade exercida em horário integral e que só para isso a mulher existe”**. Em contrapartida, mãe de família, fora de casa, atuando como profissional, tendo seu próprio salário e representado com valor negativo. **Sou culpada do pior dos crimes: o abandono dos filhos.**

Segundo a opinião da autora com as mudanças sociais e o aumento dos gastos familiares é necessário que a mulher contribua com seu salário a fim de proporcionar uma boa educação aos filhos. ***“Eu sabia do problema que se impunha quando decidi ter minha primeira filha. A ideia de parar de trabalhar nem passou pela minha cabeça. Primeiro porque eu precisava de dinheiro, e mais ainda depois que ela nascesse”. “Decidi então que filho, trabalho, e eu viveríamos juntos, tentando a maior harmonia possível.”*** Assim, para a cronista mãe de família, fora de casa, trabalhando e ajudando no sustento da família tem valor positivo. A autora avalia negativamente o papel de mãe de família, dentro de casa, dedicando suas vinte e quatro horas do dia aos filhos, pois conforme enfatiza: ***“sem trabalho, tenho certeza, eu seria um ser humano mais pobre. Não apenas pelo estado de dependência econômica em que isso me colocaria – e a dependência é sempre empobrecedora –, como pela ausência de tantos dados que acumulei movida por constato diário com um trabalho de informação”. “E sendo eu tão mais pobre, que educação poderia transmitir às minhas filhas?”.***

Tema 3: O preconceito que marginaliza o feminino considerando-o inferior ao masculino tanto como capacidade física quanto capacidade intelectual. A concessão absoluta do feminino nas decisões do casal é decorrente do Marco de Cognições Social que situa o feminino em um patamar inferior ao masculino na hierarquia social.

Segundo as cognições sociais o feminino é representado positivamente pelo papel de concessor para todas as deliberações do masculino. ***“Há muito a mulher concede. Concede a honra dessa valsa, concede a mão em casamento.” “Desde pequena, o aprendizado: “Minha filha, deixe essas brincadeiras para os meninos, você é mais ajuizada”. E a longa doutrinação. A mulher devia conceder-se ao marido, embora o desagradável do sexo. Devia tolerar as traições, embora a humilhação. Devia suporta-lhe a arrogância, embora a revolta. Era o papel da esposa ceder e emoldar-se para proteger o casamento”.*** Contrariamente, o papel do femininopositor às decisões do masculino é representado com valor negativo. ***“Adélia não teria posto seu casamento a perder se não tivesse ouvido as outras mulheres. Adélia não teria posto seu casamento a perder se não tivesse saído de casa. Adélia não teria posto seu casamento a perder se não tivesse de repente começado a fazer exigências”.***

Segundo a opinião da cronista o feminino representado como concessor total oupositor total tem valor negativo, pois ***“quem sempre cede estará retirando sua oposição, negando o***

valor de sua própria vontade. Quem sempre abre mão nega a importância de seus desejos e, em última análise, de sua personalidade. Quem não luta para receber, mas se esforça para dar, está constantemente se apagando". Mas opor-se veemente levará a relação para um campo de guerra, não sendo saudável para nenhuma das partes do relacionamento. Já o feminino representado pela concessão conjunta com o masculino a partir do diálogo tem valor positivo, pois ***"ao longo de tantos anos de concessões unilaterais, o casamento não foi protegido nem melhorado"***. ***"Assim como não existem casais típicos, também não existem situações idênticas. Não há como dizer: ceda – resista. Pode-se apenas sugerir: reflita. Ou, indo um pouco além: ceda, quando isso não trazer danos à sua individualidade, e resista firmemente, quando for necessário à manutenção da sua personalidade e, conseqüentemente, ao bom fluxo da relação. Mas que nem um nem outro gesto seja leviano, irrefletido. Pensar, pensar em voz alta, pensar com o outro pode levar, senão à solução, pelo menos ao diálogo"***.

Esses papéis sociais e seus respectivos valores representados paradoxalmente nas crônicas de Marina Colasanti estão diretamente relacionados às categorias propostas por van Dijk (1992), cognição, sociedade e discurso.

Nesse sentido, podemos afirmar que as mudanças sociais produzem mudanças nos discursos, e estas modificam progressivamente as cognições sociais numa dialética entre o social e o individual. As cognições sociais guiam as crônicas da autora, mas o seu individual, isto é, a opinião da cronista as modifica.

Acreditamos que os objetivos 3: situar a representação do feminino na estrutura argumentativa da opinião da cronista, e o objetivo 4: tratar das sequências narrativas e a representação do feminino também foram cumpridos, pois a estrutura argumentativa que organiza a opinião da autora é organizada por:

Tese 1: cognição social: papéis do feminino e seus respectivos valores, representados pela ideologia machista.

Tese 2: os papéis sociais do feminino e seus respectivos valores representados pela opinião da cronista que é orientada pela ideologia feminista.

Justificativa – a justificativa é composta por: cognições sociais: os papéis do feminino e seus respectivos valores representados em sequências narrativas. Circunstâncias: um fato ocorrido na vida da autora, ou de outras mulheres de sua geração que foram julgados pelas cognições sociais de forma oposta à sua opinião.

Para tanto a autora apresenta como ponto de partida da sua argumentação outros fatos também acontecidos com ela e/ou com outras mulheres de sua geração. Desta forma, constrói argumentos de legitimidade e reforço a partir de dados contidos nas cognições sociais.

Em síntese os resultados obtidos a respeito das formas de representação do feminino em crônicas de Marina Colasanti a partir da inter-relação entre as categorias sociedade, cognição e discurso indicam que essas crônicas focalizam dois grupos sociais orientados: um pela ideologia machista e outro pela ideologia feminista.

Esses grupos têm como Marco de Cognições Sociais a ideologia machista imposta na sociedade brasileira pelo poder masculino. Pelo discurso da crônica, Marina Colasanti opina de forma a intervir na ideologia machista propondo substituí-la pela ideologia feminista. Assim, representa o feminino positivamente pela liberdade de tomar decisões e ocupar espaços sociais que só poderiam ser ocupados pelo masculino.

Esta dissertação não se quer conclusa. Acreditamos que ela abre perspectivas para novas investigações, visto que, as crônicas analisadas foram escritas e publicadas nas décadas de 70 e 80 do século passado, no momento social que culmina com o aparecimento da pílula e com a profissionalização da mulher que passa a adquirir alto nível de escolaridade. Hoje, no século XXI as mulheres têm ocupados profissões variadas que anteriormente só eram ocupadas pelos homens, tais como: cargo de comando em empresas privadas e estatais, cargos de comando poder judiciário, poder legislativo e até no mais alto escalão do poder executivo.

Assim, faz-se necessário investigar como o feminino vem sendo representado hoje em dia nas crônicas nacionais do cotidiano a partir das cognições sociais e da justificativa da opinião do cronista. Acreditamos que houve mudanças, porém faz-se necessário muita pesquisa ainda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean Michel. *Les Textes: Types et Prototypes*. Paris, Nathan. 1992.

ADAM, Jean Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2ª edição revista e aumentada. São Paulo, Cortez, 2011.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo – Introdução*. Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros passos. São Paulo. 1985.

AZEVEDO, Alessandra Fernandes de; TAVELA, Maria Cristina Weitzel. *Crônica: o lixo de Luís Fernando Veríssimo*. In: A Crônica e a formação do leitor Crítico. PEREIRA, Tânia Inês Weizenmann, TOLEDO, Adilson do Rosário. 2009 Disponíveis em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 20/11/ 2014.

BAKHTIN, Mikhail. “*Os gêneros do discurso*”. 3ªed. In: Estética da Criação Verbal. São Paulo, Martins Fonte, 2000.

BAIR, Deirdre. *Simone Beauvoir: A Biography*. New York. Summit Books, 1990.

BARTLETT, Frederic C. *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*. Cambridge, University Press. 1932.

BENTES, Anna Christina. *Linguística textual*. In: Mussalim, Fernanda et al. (Org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. Vol 1. São Paulo: Cortez, 2001.

BONIFÁCIO, Carla Alecsandra de Melo. MACIEL, João Wandemberg G. *Linguística Textual*. 2010. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/linguastica_textual_1360183766.pdf. Acesso em: 15/09/2014.

BONINI, Adair. *A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam*. In: MEURER; BONINI; MOTTAROTH. (Org.). Gêneros: teorias, métodos, debates. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

BRAGA, Maria Lúcia Santaella. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CÂNDIDO, António. *A Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

CANDIDO, António. *A vida ao rés-do-chão*. In. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico da literatura infantil/juvenil brasileira (1882-1982)*. 2ª ed. São Paulo: Quíron/Brasília: INL, 1984.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário Crítico de escritoras Brasileiras*. Escrituras Editora: São Paulo, 2002 .

COLASANTI, Marina. *A Nova Mulher*. 9ª edição, Rio de Janeiro, 1980.

COLASANTI, Marina. *Mulher daqui pra frente*. São Paulo, Círculo do Livro, 1981.

COLASANTI, Marina. “*Por que nos perguntam se existimos*”. In: SHARPE, Peggy (org) *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997.

COLASANTI, Marina. *Minha guerra **alheia***. Rio de Janeiro – São Paulo, Record, 2010.

COSTA, Ana Alice. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf
Acessado em: 20/11/2014.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil – Volume 04 – Rio de Janeiro: Livr. São José*,1997.

COUTINHO, Afrânio. *Ensaio e crônica*. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 4ªed. São Paulo: Global Editora, 1971.

DUARTE, Constância Lima. “*Estudos de mulher e literatura: história e cânone literário*”. In: XAVIER, Elódia (org.). *Anais do VI Seminário Nacional Mulher e Literatura*. UFRJ, 1995.

DUCROT, Oswald. “*Argumentação e topoi argumentativos*”. In GUIMARÃES, E. *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.

ELUF, Nagib Luiza. *Lugar de mulher é na cozinha?* In: Jaime Pinsky (org.). *12 faces do preconceito*. 10 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

EL FAHL, Alana de O. Freitas. *Notas de rodapé: Algumas considerações sobre a crônica literária no Brasil e os periódicos do século XIX*. In: IV ENAPEL – Encontro nacional de Pesquisadores de Periódicos literários: percursos e propostas. Feira de Santana, 2013.

Enciclopédia Itaú Cultural de Literatura Brasileira. Disponível em: http://itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_lit/definicoes/verbetes_imp.cfm?cd_verbete.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986. Acesso em: 17/11/2014.

FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo, Contexto, 2010.

FERREIRA, Simone Cristina Salviano. *Afinal, o que é crônica?* In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos et al. (org.) *Gêneros de texto: caracterização e ensino*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

FREITAS, Paulo Eduardo de, *A CRÔNICA: SUA TRAJETÓRIA; SUAS MARCAS*. In: V Congresso de Letras: Discurso e identidade cultural. 2004. – UNEC disponível em: <http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec02/issue/current>. Acesso em: 02/03/2015.

GABRIEL Júnior, Milton. *A organização textual das crônicas de notícias*. Mestrado do programa de estudo pós-graduado em língua portuguesa da PUC-SP. 2010.

GABRIEL Júnior, Milton. *Crônica de notícia e a crônica do cotidiano: duas modalidades de um gênero*. In: Verbum – Caderno de Pós-Graduação PUC-SP. 2013.

GABRIEL Júnior, Milton. *A caracterização da crônica publicada em Jornal*. Doutorado em programa de estudos pós-graduados em língua portuguesa da PUC-SP. 2014.

GUIMARÃES, Doroti M. *A organização textual da opinião jornalística: nos bastidores da notícia*. Doutorado em programa de estudos pós-graduados em língua portuguesa PUC-SP. 1999.

HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

KINTSCH, Walter; van DIKJ Teun A. *Strategies of Discourse Comprehension*. New York, N.Y.: Academic Press. 1983.

KOCH, Ingedor G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2000.

KRISTEVA, Júlia. *Introdução à Seminálise*. São Paulo: Debates, 1969.

MAINGUENEAU, Dominique. *Initiation aux Méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições: 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes/Unicamp, 3ª edição, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. Souza e Silva e Décio Rocha. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *A análise do Discurso e suas fronteiras*. In: Matraga- Estudos Linguísticos e Literários. vol. 14, p.13- 37. UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUESI, Sueli C. *A organização do texto descritivo em Língua Portuguesa*. 2ªed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MASSAUD, Moisés. *Criação Literária (A)*-Prosa I*. São Paulo, Editora Cultrix, 2011.

MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MICHAELIS: *moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Herdeiras da luta contra a ditadura, feministas conquistaram avanços com a redemocratização do país*. In: In: Revista de História da Biblioteca Nacional. 113ª ed. 02/2015.

MOTTA, Alda Britto da, SANDENBERG, Cecília, GOMES, Márcia (org) 2000. “*Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*”. Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher. NEIM/UFBA. Salvador, 2000.

Nova Cosmopolitan. Edição 34, ano 03, número 07, 1976.

PASSOS, Elizete S. *Palcos e Plateias*. As representações de gênero na Faculdade de Filosofia Salvador: NEIM. (Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher) 1999. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/palcosplateias>. Acesso em: 02/03/2015.

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Traité de l'Argumentation: La nouvelle rhétorique*. 2ed. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie, 1970.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade – Visões Literárias do Urbano* – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PINTO, Céli R. J. *Uma História do Feminismo no Brasil*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo. (Coleção História do Povo Brasileiro). 2003.

PINTO, Céli R. J. “*Feminismo – História e Poder*”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, vol. 18, nº 36, p.15-23. 2010.

PITANGUY, Jacqueline, BARSTED, Leila Linhares. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003 – 2010*. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011.

REIS, Carlos, LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de Narratologia*. Coimbra, Livraria Almedina. 1998.

ROCHA, Karine. *Sementes da revolução: organizadas ao longo do século XIX, pioneiras do feminismo defendiam novas formas de ser mulher*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 113ª ed. 02/2015.

RODRIGUES, Carla. *Iguais na diferença - Afirmar a singularidade das mulheres ou defender a igualdade de direitos: é falso o dilema que desafia o feminismo*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 113ª ed. 02/2015.

SCAFURO, Giseli. *A organização textual de crônicas publicadas em jornal*. Mestrado do programa de estudos pós-graduado em língua portuguesa da PUC-SP. 1999.

SCHOLZE, Lia. “*A mulher na literatura: gênero e representação*”. IN: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa (org.). *Gênero e representação na literatura brasileira*. Belo Horizonte UFMG, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press. 1998.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. *Ateliê de crônicas & portfólio*. In: Revista Leitura, Maceió, vol. 42, 2010.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. (org.). *Português Língua Estrangeira: Perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. *Leitura: produção interacional de conhecimento*. In: Língua Portuguesa – História, Perspectivas, ensino. Bastos, Neusa Barbosa (org). São Paulo, EDUC, 1998.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. “*Opinião, marco de cognição social e identidade cultural do brasileiro: as crônicas nacionais*”. In: JÚDICE N. Português língua estrangeira: leitura, produção e avaliação de textos. Niterói: Intertexto, 2000.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. – *Aspectos socioculturais implícitos em representações linguísticas de “novo – velho” e “moderno – antigo”, em anúncios publicitários*. In: Análise do Discurso: objetos literários e midiáticos. SANTOS, João Bosco e FERNANDES, Claudemar A. (org.). São Paulo: Trilhas Urbanas. 2006.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. “*Um outro olhar para as narrativas de histórias: o suspense e o risível*”. In: CORRÊA, Lêda Pires; BEZERRA, Antônio Ponciano; CARDOSO, Denise Porto (orgs). *O texto em perspectiva*. Aracaju – SE : Editora da universidade Federal de Sergipe, 2009.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. *Textos do discurso científico: Pesquisa, Revisão e Ensaio*. Terracota, São Paulo, 2012.

SPERBER, Suzi Frankl. *Literatura e processo político: o discurso das minorias*. Tema – revista das Faculdades Teresa Martin, São Paulo, nº 8, set. a dez. 1989.

TEIXEIRA, Nínia Ribas Borges. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: Cenas Paranaenses*. Guarapuava, Unicentro, 2008.

TELLES, Norma. *Ao ousar fazer literatura, mulheres contestaram seu lugar social e construíram linguagem própria*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. 113ª ed. 02/2015.

TURAZZA, Jeni Silva. *Léxico e criatividade*. São Paulo: Annablume, 2005.

vAN Dijk, Teun. *La ciencia Del texto: um enfoque interdisciplinario*. Barcelona/Buenos Aires. Ediciones Paidós, 1978.

vAN Dijk, Teun. *Racismo y analisis critico de los medios*. Barcelona, Paidós, 1997.

vAN Dijk, Teun. *Cognição, Discurso e Interação*. Editora contexto: São Paulo, 1992/2004.

WACHOWICZ, Cristina. *Análise linguística nos gêneros textuais*. Curitiba: Ibipex. 2010.

WALTERS, Margaret. *Feminism. A very short introduction*. New York: Oxford, 2005.
Disponível em: <http://wlxt.whut.edu.cn/new/ddxfzzsc/attachments>. Acesso em: 06/11/2014.

ANEXOS

Meu marido não deixa

Na ginástica, no trabalho, nos jantares, pingada com naturalidade no meio das conversas, ouço com frequência esta frase: “Meu marido não deixa”. E com naturalidade quase surda eu ouvi muito tempo sem questioná-la, assim como a ouve a quase totalidade das mulheres.

Mas há um momento em que a gente “ouve”, e se espanta, um momento que finalmente entende o que está sendo dito.

Que significa ela? Que o marido tem poder de veto. Que tem o direito de estabelecer tudo aquilo que a mulher pode ou não fazer. E que esse direito é tacitamente reconhecido pelos dois elementos do casal.

Não é, porém, um direito recíproco. A mulher não veta. A mulher, no máximo azucrina. Um homem não diz a sério e impunemente, “Minha mulher não deixa”. Seria ridicularizado se o fizesse. Um homem, diz, e assim mesmo em tom de brincadeira ou de lamúria – mas nunca de medo -: “se eu fizer isso minha mulher me enche o saco”. Ouvir a mulher é o castigo máximo pelo qual passa o “infrator” masculino. A que se aplica o sinistro “Meu marido não deixa?” à vida, poderia dizer eu para ser mais abrangente. Ele não deixa que a mulher viva na sua plenitude, ou seja, de acordo com seus desejos. Mas sejamos mais detalhistas, já que o nosso desejo é destrinchar essa frase, esquartejá-la bem, na tentativa de nos livrarmos dela. A frase se aplica basicamente a tudo aquilo que poderia representar independência para a mulher, ou de alguma maneira indicar que ela está se assumindo como um Ser adulto. De um modo geral, podemos dividir essa ingerência em setores:

- a. – *Liberdade de movimento*. A frase via proibir que a mulher se desloque com desenvoltura e por sua própria conta. Dizia-me o chofer de táxi enquanto rumávamos para o aeroporto, em São Paulo: “A senhora mora no Rio e vem trabalhar aqui, sozinha!? ... e os eu marido deixa? Era um espanto para ele que um marido sério deixasse a própria mulher, mãe de seus filhos, tomar um avião no Rio, vir trabalhar em São Paulo e tomar outro avião de volta, tudo isso sem babá ou mãe acompanhando. Mesmo sem ter visto o filme *Emmanuelle*, o chofer desconfiava – ou tinha certeza – dos terríveis perigos que nos aviões cercam a castidade das damas. E reprovava a liberalidade do meu marido.

Na categoria do movimento, as proibições mais frequentes costumam ser: viajar sozinha, sair sozinha à noite, e, por mais espantoso que pareça, dirigir automóvel. Quanto ao carro, os maridos parecem não chegar a um consenso: alguns não deixam que a mulher dirija na cidade, outros proíbem na estrada, há os que deixam dirigir de dia, mas não deixam dirigir de noite. E a maioria argumenta: “é muito perigoso. E se acontecer alguma coisa...?” Aí da mulher a quem alguma coisa acontece quando seu poderoso marido não está junto para protegê-la.

b. *Administração do próprio corpo.* Oficialmente o corpo da mulher pertence ao marido, a partir da mão que lhe foi dada em casamento. É qualquer coisa semelhante a um anexo fisiológico, do qual ele se utiliza para satisfazer seus desejos e para garantir sua reprodução. E como tal ele o administra. É o marido que administra a profundidade do decote que a mulher pode usar quem demarca as bainhas das saias e a exata dimensão do biquíni.

A Marina Morena de Dorival Caymmi não podia pintar o rosto, que, embora seu biologicamente, era só dele. E inúmeras mulheres casadas não podem dançar com outros homens porque “Em mulher minha ninguém Poe a mão”. Há as que não podem pintar os cabelos e as que não podem fazer plástica. E há ainda uma numero imenso que enfrenta proibição bem mais dramática: o marido não deixa usar anticoncepcional. E para que uma mulher ligue as trompas é necessária a aquiescência, para não dizermos permissão, do marido.

c. *Tudo aquilo que possa ser considerado exclusivo dos homens.* Este é um capítulo longo, porque cada homem estabelece de acordo com seus critérios pessoais e os do seu círculo imediato de relações aquilo quer é gesto ou atividade exclusivamente masculino, devendo, portanto ser proibido à mulher.

“Minha mulher também não fuma”, diz o mecânico orgulhoso puxando funda tragada, depois que recusei gentilmente um cigarro. “eu não deixo. Tenho pavor de mulher que fuma. Cigarro é coisa de homem”. E vai em frente me contando os cuidados que tem para manter firme sua proibição. Sim, porque a mulher gosta de fumar, chegou a esconder um dinheirinho das compras da casa, só para comprar cigarro. Mas ele inspeciona gavetas, fiscaliza o hálito, e cortou o tal dinheirinho extra. Aí ela foi à casa da vizinha, fumar. E ele cortou as visitas à vizinha. Agora parece que ela se conformou. E é bom. “Porque bonito mesmo na mulher é a sua delicadeza”. Uma delicadeza sem cheiro de fumaça.

Beber, evidentemente, também é coisa de homem. E coisa de homem é palavrão. E bar. Sinuca, nem pensar, coisa de homem, exclusividade de homem. E excluídos estão também os jogos em geral. E, sobretudo é coisa de homem, exclusivamente de homem, reservadíssima aos homens, trabalhar.

“Foi uma opção. Foi meu marido, eu admito”. Ele vai ficar danado, mas eu admito. Ele me disse: “a dança ou eu”. O marido de Marly Leal, que já dançava quando eles se conheceram e se apaixonaram, que já era bailarina do Municipal e já havia dançado com Carlos Machado, foi sutil. Ele não disse ‘ não deixo’, ele disse “ ou o seu trabalho ou eu”. E Marly, como tantas e tantas mulheres, colocadas frente a este jogo de cartas marcadas pescou a carta correspondente aos conceitos pré-fabricados de amor, dever, família, papel da mulher. Hoje a filha de Marly, Adriana, inicia uma carreira de bailarina. Mas os tempos são outros, e quero ter certeza de que no baralho saberá escolher a carta da sua realização.

“Meu marido não me deixa trabalhar”. Frase comum, frase de todo dia, que corta milhares de carreiras, milhares de possibilidades, milhares de talentos.

Quase cortou a de Wanda Sá, cantora que, depois de mais de dez anos de afastamento, voltou aos *Shows* e à música. Numa entrevista Wanda explicou que durante aqueles anos todos não tinha feito nenhum *show* “porque a cabeça dele não dava pra aguentar uma mulher cantora”. Ele é o marido, Edu Lobo, o qual certa vez, durante um ensaio de um *show* que Wanda fazia com Marilda Pedroso e Marcos Paulo, teria mandado que ela escolhesse entre o *show* e ele. E ela escolheu.

Casos como o de Wanda e Marly não são raros. Pelo contrário, são quase rotina que rege o momento da escolha de uma mulher casada. Atualmente milhares delas transitam pelas faculdades, cursos e cursinhos da vida, porque já é de bom-tom entre uma certa classe de maridos não deixar trabalhar, mas deixar estudar. E assim elas se instruem e ilustram, aprendem *ad nauseam*, colecionando diplomas que nunca poderão testar no campo profissional.

Mas por que aceitam as mulheres o categórico “não pode” dos maridos? Por covardia? Por medo? Talvez em alguns casos, mas não são estes os moventes da maioria. Não vejo nem medo nem ressentimento no rosto simpático da moça que me conta um “meu marido não deixa” qualquer. Vejo, pelo contrario, uma expressão quase de satisfação de bem-estar com o mundo, uma expressão, eu diria, de orgulho. E se analisarmos de perto nossa convivência com a frase castradora veremos as fundas raízes deste orgulho.

Quando um homem diz “ Não quero que você faça aquilo”, está na verdade dizendo “ eu quero que você viva de acordo com as minhas vontades; você me pertence como um objeto pertence ao seu dono; eu sou o opressor e estou lhe oprimindo, porque seu é o papel de oprimido”. Mas não é isso que ela ouve. Estas frases são muito violentas, brutais, que não fazem parte do seu universo. Este é um código que ela desconhece e do qual apenas algumas mulheres começam a tomar conhecimento. Quando este código for incorporado à sua vivência, é provável que as frases de mando se tornem insuportáveis. Mas por enquanto o que ela ouve é muito diferente.

Ela ouve as frases permitidas, as que ela *deve* ouvir, aquelas frases agradáveis e gentis sob as quais durante séculos se escamoteou a verdade, e que lhe foram ensinadas como certas. Em lugar de “não quero”, ela ouve este velho repertório: “ Eu sou seu dono, porque dono do seu amor; e como tal sou seu protetor; eu sou mais forte e sábio do que você, e como tal sei melhor do que você o que lhe convém; eu sou o chefe da família, o responsável, e como tal cabe a mim tomar as decisões.

O que ela ouve, o que lhe fazem ouvir, é agradável, e se confunde de forma aparentemente natural com diálogos semelhantes ouvidos na infância, vindos do pai. Nada mais justo, portanto, do que repeti-los com um sorriso.

Assim, iludidas debaixo da proteção institucionalizada vivemos feroz ditadura. Ter um homem que “não deixa”, ou melhor, ainda, liberal “que deixa”, significa estar incluída na sociedade. Pois a sociedade nos ensina que uma mulher só tem valor e só merece respeito quando devidamente avalizada por um homem, seja ele pai, marido, ou até mesmo irmão.

Ao contar que ela não deixa, a mulher está orgulhosamente contando seu próprio valor. Ela é, através da proibição, uma mulher de bem, respeitadora das regras, temente a Deus (pois não é Deus aquele homem investido de todos os poderes e de todos os dons?). Ela pode se permitir arroubos infantis, pode correr o risco de fazer “bobagens típicas do seu sexo”, porque tem um homem que não deixará ir além da conta, e que, a trará sempre no bom caminho.

E, sobretudo, ao dizer recatada “meu marido não deixa”, ela está se livrando dos anátemas da coletividade, porque em sua frase está explícito: “eu não sou solteirona, uma mal-amada, uma jogada-fora. Eu tenho um homem que me ama e zela por mim. Eu tenho um homem que não quer que nenhum outro homem me olhe, que não quer que nenhum outro homem me queira. Um homem que me quer só para si”

Aí estão justificados não só o sorriso, como a docilidade. Não há covardia, há falta de conhecimento. Não há fraqueza, há um engodo bem engendrado. Não há submissão, há uma grande vontade de acertar, e uma imensa confusão sobre o que seja certo.

Nem todas, é verdade, avançam às cegas. Pararam para refletir e procuram as causas. Como diz Wanda Sá, “a cabeça dele não dava pra aguentar cantora”.

A cabeça de grande parte dos homens brasileiros ainda não dá para aguentar mulher independente. Os hábitos, os preconceitos os levam a confundir liberdade com liberalidade. Para estes, a proibição atua como um cinto de castidade, garantindo a exclusividade de sua posse.

Sim, a mulher independente causa medo no homem que não está seguro de si mesmo. Ela pode a qualquer momento escolher ir ou ficar, pois não está presa a ele economicamente. Ela pode questioná-lo em suas atividades e em suas opiniões, pois é dona de suas próprias colocações e atitudes. Ela é, enfim, um pensamento vivo com o qual terá que conviver em igualdade de forças. E para quem se sente sem força, este é um susto.

Detectar a eventual insegurança do marido significa ter na mão um elemento muito importante. Não para usá-lo como arma agressiva, atirando-o ao rosto dele em tom de acusação e insulto. Mas para conviver com ela reconhecidamente, trabalhando com delicadeza até torná-la visível e aceita. É um longo trabalho, mas em amor não conheço outro meio. Aceitar imposições apenas para que ela não desmonte (e o desmonte pode ser até muito agressivo, destruindo não só ele, mas a relação) implica um cego sacrifício de nos mesmas, sacrifício que um dia acabaríamos cobrando, e com juros.

O que importa é ajudá-lo a fortalecer seu ego e a solidificar a relação, sem que para isso seja necessário nos imolar no altar matrimonial. Um pouco de esforço, um pouco de avanço, um tanto de docilidade, um tanto de determinação alternados e bem trabalhados podem formar aquilo que um teórico chamaria de força conjunta.

Os homens, é claro, estão com a faca e o queijo na mão. Donos oficiais da situação tentam manobrar de modo a manter o barco no rumo que lhes convém. E nesta tarefa se veem geralmente apoiados pelo resto da família, pais e mães que, criados dentro dos velhos padrões, defendem ferrenhamente sua validade.

Eles têm a chave da porta, e tratam de mantê-la bem fechada. Se a mulher não tem profissão, impedem que venha a tê-la. Afinal, uma mulher sem qualificação profissional tem mais dificuldade em arranjar trabalho, sobretudo trabalho bem remunerado. Se a mulher rumava para uma profissão, tratam logo de colocar todo o fenômeno casamento (e leia-se aí, casa, filhos, marido) como obstáculo intransponível. A toda hora ouvimos de mulheres que iam se formar, ou que estavam no princípio de uma carreira, que casaram... e largaram tudo.

Mas se a mulher tem uma profissão, tem uma carreira já definida e bem-sucedida, e insiste em mantê-la, então, o jeito é apelar para o indefectível “Ou a sua carreira ou eu”.

O apelo convenhamos, é dramático. O *eu* não é só eu, é toda uma estrutura familiar, às vezes filhos, casa, e mais os planos em comum, os projetos e desejos de todos. O *eu* é muito forte, e do seu lado, reforçando ainda mais o prato da balança, está a opinião social segunda a qual o primeiro papel da mulher, o único, aliás, que dignifica sua existência, é o de esposa e mãe. Desbalançando assim, nosso amor à profissão, nosso desejo de carreira e independência já não nos parece justo anseios de realização e plenitude. Transformaram-se em caprichos egoísta. E, como tais, são quase sempre abandonados.

Sim, o “ele” ou “eu” é difícil de enfrentar, doloroso. Melhor seria não chegar a ponto tão exagerado, evitando desde o início do casamento, desde antes, o estabelecimento de uma relação de mando e obediência. Pois é repelindo as pequenas proibições que se evitam as grandes.

Mulheres assassinadas

“Ela havia saído e eu esperei no estacionamento da secretaria. Ela chegou, eu disse que queria conversar e entramos no carro dela. Perguntei se ela queria voltar, ela disse que não, e eu, então disse que ia matá-la. Saquei o revólver, o primeiro tiro pegou no ombro e ela tentou defender-se. Atirei mais uma vez, ela saiu do carro, caminhou um pouco e caiu de bruços. Aí eu gastei todas as balas.” Assim, em Curitiba, no dia 25 de agosto de 1980 o advogado David Augusto Ferreira Neto, de quarenta e quatro anos, assassinou com cinco tiros sua mulher Sônia Maria Soares Trevisan Ferreira, de trinta e um anos, também advogada.

Os jornais noticiam, a população se indigna, parentes desfeitos acompanham o caixão. O julgamento é coisa para muito tempo depois.

Como em qualquer investigação criminal, e apesar de termos um réu confesso, a pergunta se impõe: a quem interessa o crime?

Que a resposta não nos espante, por terrível e dolorosa: o crime interessa à sociedade.

Sim, exatamente por seu poder de choque, ele é muito conveniente à sociedade como está constituída e como luta por se manter. Um assassinato brutal concentra a atenção. Há um corpo de mulher ensanguentado no chão. E um homem em pé, com o revólver fumegante na mão, soluça. Todos os olhos se voltam para a cena patética. E se desviam do resto. Ali está um crime concreto, bem à mostra, iluminado pelos flashes da imprensa. Ali está um belo crime/biombo, anteparo de todos os outros crimes que contra a mulher se praticam em silêncio. O culpado está ali, e é o único. A sociedade indignada lava suas mãos. O sangue se confunde com o sangue.

“Vou transformar a minha vida e o trágico amor com Ângela em um livro e samba-canção. É a homenagem à única mulher que amei em toda a minha vida.” Assim falava Doca Street à imprensa em 78, dois anos após ter assassinado Ângela Diniz em sua casa de Búzios com três tiros na cabeça. A liberdade, obtida após uma condenação inferior a dois anos, fez com que Doca esquecesse o livro, o samba e Ângela.

Mas seria mesmo culpado aquele homem que se declara ainda apaixonado pela vítima? Passado o primeiro espanto, Justiça e sociedade – que são afinal uma única coisa, a primeira apenas codificando os desejos da segunda – tratam de ajudá-lo.

Senão, vejamos: o pobre está transtornado, amigos recomendam-lhe que tome tranquilizante, um médico é convocado para assisti-lo. Fácil ver que ele está tomado de forte emoção, emoção tão forte, certamente, quanto aquela que lhe fez extrair o revólver e descarregá-lo sobre a vítima. (Vítima que, aliás, deixará logo logo de ser designada desse modo, e evitando comoções assumira, na boca dos advogados da defesa, apenas seu nome de batismo). Sim, ele está emocionado. E uma emoção desta ordem, sabemos, é considerada atenuante. Se ele não agiu

friamente, ou se ninguém puder provar isso, já é meio inocente. Pelo que deduzimos que culpada é a *emoção*.

A partir desse momento o assassinato transforma-se em *crime passionnal*. A paixão, que tudo transforma e alucina, êxtase a que todos aspiram, excedeu-se mais uma vez. O homem já não é culpado de matar. É culpado de muito amar. O grande, o verdadeiro culpado, é o amor. Mais uma atenuante se acrescenta ao dossiê.

Mas, se o amor é culpado, convém olhar mais perto do objeto do amor. Que mulher é essa que através de suas artimanhas de sedução enlouqueceu um homem a tal ponto? “Existe um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem”, dizia Pitágoras. “E um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher”.

Fiel a seus filósofos, a sociedade volta o olho acusador para aquela mulher, ex-vítima, já nesse momento avançando rapidamente para o banco dos réus.

Foi ela, sem dúvida, quem, com seu comportamento exasperou o homem. Foi ela quem, de provocação em provocação, o levou à *perda momentânea da razão*. E por isso então ele merece mais uma atenuante.

No dia 27 de julho de 1980, o engenheiro Marcio Stancioli desferiu sete tiros à queimadura em sua mulher Eloisa Ballestreros Stancioli, precisando para isso, segundo afirmações dos peritos, recarregar o revólver. Em seu depoimento, o engenheiro alegou como motivo o fato de ter, por duas vezes, suspeitado da conduta moral de sua mulher.

Conduta moral duvidosa. Eis aí um movente capaz de alegrar qualquer advogado de defesa. Foi ele que permitiu ao advogado Ariosvaldo Campos Pires um dos momentos mais brilhantes da sua carreira, a absolvição de Roberto Lobato, assassino de Josefina Souza Lima. Foi ele que permitiu ao Pedro Aleixo brilhar na defesa do assassinato da colunável mineira Jô Lobato. Foi ele quem forneceu chave de ouro para encerrar a carreira de Evandro Lins e Silva no julgamento de Doca Street pela morte de Ângela Diniz. Qualquer advogado sabe que, havendo “conduta moral duvidosa”, a absolvição “está no papo”. Preciso é prová-la.

Esforçam-se os advogados dos assassinos para juntar evidências, ou depoimentos, de que a morta antes de ser morta era coisa pior, era leviana, quando não devassa, quando não quase prostituta. Vasculha-se sua vida pregressa, passa-se pente fino no seu passado. E o marido assassino, que de réu assume o papel de vítima, acrescenta dados, afirma que no dia tal a viu com fulano, que sabia de suas relações com cicrano. No caso de Eloisa Ballestreros, seu marido invocou um corrimento vaginal que, segundo ele, teria sido provocado por doença venérea contraída através de relações ilícitas.

E as relações ilícitas do marido? E o seu passado? E os seus antecedentes? Servem, em geral, para suavizar sua posição. Se é alcoólatra, como David Augusto Ferreira Neto, isso será

usado a seu favor. Afinal, um alcoólatra é obviamente uma pessoa desequilibrada, que não pode responder por seus atos. (E por isso apressou-se Ballestreros a afirmar que, antes dos disparos, havia tomado vários litros de vodca e uísque). Se é violento, como Eduardo de Souza Rocha, pede-se logo um exame de sanidade mental, destinado a livrá-lo da cadeia, permitindo um manicômio judicial, e mais atenuantes. Enfim, o passado também conta a favor do homem e contra a mulher.

E isto porque é no comportamento da mulher que se procuram as manchas à honra do homem.

Durante a madrugada de 13 de setembro de 73, Erivaldo Liberal Xavier, executivo da Xerox S.A., matou sua mulher, Zélia da Silveira, com oito facadas, quatro pelas costas, e quatro no peito. Em seu primeiro julgamento, realizado em 1975, foi absolvido por quatro a três. Seu advogado, Mariago Gonçalves Neto, sustentou a tese de legítima defesa as honra, alegando adultério da mulher.

Nada parece ser mais grave para a honra de um homem do que o fato de sua mulher, ou mesmo a mulher que ele simplesmente ama, dormir com outro homem. Nem é preciso dormir, basta desejá-lo. Suspeitar uma traição já é suficiente para justificar um crime de morte. A honra de um homem se mancha com o sangue do hímen e se lava com o sangue da carótida.

“É preciso afastar o preconceito infame que coloca a honra do homem entre as pernas da mulher”, afirmou em 79 o promotor João Marcelo Araújo, ao obter pelo I Tribunal do Júri a condenação de Erivaldo a quinze anos de prisão. Mas poucos ouviram sua voz.

O direito à reparação da honra ofendida é coisa que vem de longe e que irmana os homens além de bandeiras e fronteiras. Na Itália, até 1977, o *crime de honra* constava do Código Penal e previa penas leves, de três a cinco anos de prisão, para os culpados pelo assassinato de filhas, irmãs e mulheres descobertas em “flagrante delito” sexual. A cláusula, generosa, permitia matar também os companheiros de crime. E segundo um relatório apresentado à ONU no mês de agosto de 1980, centenas de mulheres são assassinadas diariamente em países árabes para proteger a honra da família. As mulheres do Egito, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita e territórios árabes ocupados por Israel são degoladas, enterradas vivas, envenenadas ou estripadas por irmão, pai, um primo, ou um assassino pago. Sua culpa: manterem relações extraconjugais – livremente ou mesmo violentadas – “ou simplesmente terem sido vistas quando conversavam com algum rapaz, tornando-se assim suspeitas de manterem relações mais íntimas.”.

A honra, assim como tantas outras coisas, parece ser privilégio exclusivo dos homens. No recente julgamento de Elisabeth Godinho da Silva, que há três anos atrás matou seu marido Sílvio de Carvalho com quatro tiros, o Tribunal do Júri de Belo Horizonte acatou a tese de que o crime foi praticado sob violenta emoção, em seguida a injusta provocação da vítima. Elisabeth foi condenada a seis anos de reclusão. De honra ninguém falou.

No dia 22 de julho de 77, uma lancha do Salvamar encontrou um corpo de mulher preso entre as pedras da Avenida Niemeyer e amarrado com arame a uma mala contendo vinte quilos de pedras. Era Cláudia Lessin Rodrigues, foram acusados Michel Frank e o cabeleireiro George Khour. O primeiro está livre e prospero na Suíça. O segundo compareceu recentemente à boate Hippopotamus para celebrar sua libertação.

Os tiros, as facadas, a degola não são os únicos meios de matar uma mulher. São os mais evidentes, porque deixam um corpo e a certeza da putrefação. Mas não são nem os mais numerosos nem os mais eficientes. O assassinato mais comum é aquele que se amputa a mente sem se amputar a cabeça. E em que só a sociedade apodrece.

Matam-se mulheres antes mesmo do nascimento. Matam-se literalmente, abortando-as, apenas porque cometeram o erro grave de não serem homens, e foram “denunciadas”, pelo exame do liquido amniótico. E matam-se no não desejo, em todas as crendices negativas que logo as rodeiam. Se a gravidez é boa, diz-se que é um menino, se há náuseas, vômitos, então com certeza é uma menina. Se o feto, esperto, se movimenta a partir do quadragésimo dia, é homem e o parto será fácil; se porém demora até o nonagésimo dia para se mexer, é menina e o parto será doloroso. Se o seio direito (o lado “nobre” do corpo) incha mais, é garantia de filho homem. O mesmo se o ventre for mais cheio do lado direito. E também se a barriga for pontiaguda (afinal um homenzinho e seus *fallus* são desde o início mais proeminente). Enfim, já é universalmente famosa a saudação italiana, endereçada mesmo a quem espirra: *salute e figli maschi!* (Saúde e filhos homens!).

Matam-se mulheres desejando que não venham ao mundo. Como na China pré-revolucionária, onde um caloteiro americano ficou milionário vendendo um tônico que garantia o nascimento de filhos homens. Como no Irã, onde o Xá Reza Pahlavi repudiou a rainha Soraya porque esta não lhe dava um filho homem. Como na Índia, onde a mulher é coisa tão inútil que, morto o marido, incendiava-se (e incendeia-se apesar de proibido por lei) o corpo vivo da esposa na pira funerária. Como no Brasil, onde o filho homem é muito mais valorizado, por “transmitir o nome da família”.

E matam-se mulheres já nascidas, sufocando-as desde o berço com uma educação destinada a enfraquecer-lhes a personalidade, a convencê-las de sua inferioridade física e mental, a castrar-lhe o sexo a mantê-las para sempre numa postura de subserviência.

Por volta dos três anos as meninas já descobriram que o mundo não as olha com benevolência. Uma pesquisa realizada pelo italiano René Zazzo (autor do trabalho *A evolução da criança dos dois anos aos seis anos*) revelou que num grupo de crianças de três anos e meio interrogadas, nenhum dos meninos queria ser menina, mas quinze meninas em cada cem desejava ser meninos.

E a certeza da inferioridade será devidamente reforçada daí para frente, dificultando seu acesso à educação (havendo pouco dinheiro são os filhos homens que estudam, porque as

meninas “não precisam”), ou usando a educação como reforço da rígida divisão de papéis (nos livros escolares a mãe é sempre apresentada em posição passiva e as profissões mais atraentes aparecem desempenhadas por homens).

No dia 11 de agosto de 1980, Eduardo Souza Rocha, dono da mais importante floricultura de Belo Horizonte, matou sua mulher Maria Regine Santos de Souza Rocha, com seis tiros de revólver, calibre 32.

Ciumento, Eduardo não permitiu que sua mulher saísse de casa desacompanhada, arrancasse sobancelhas, usasse calças justas, visse TV, usasse esmalte nas unhas, fosse a cabeleireiro, se consultasse com ginecologista do sexo masculino, visitasse a casa da mãe.

Na polícia, Eduardo revelou a causa do crime: “Ela queria liberdade”.

Não tendo mais o que proibir a Maria Regine, Eduardo proibiu-lhe a vida. Usou o revólver como arma da sua violência. Outros, muitos outros, utilizaram o *fallus* com igual eficiência.

Nas grandes cidades brasileiras ocorrem, registrados mais de dez estupros por dia. Outros tantos, e talvez mais, acontecem sem registro. “Na grande maioria dos casos”, diz o Juiz Alyrio Cavallieri, titular da 18ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, “as mulheres preferem não se submeter ao vexame do inquérito e do processo em si”. E com razão. Porque não só a grande maioria dos estupradores é absolvida, como a mulher é frequentemente acusada de ter provocado o estupro.

E isso acontece, no mundo inteiro, como testemunham as palavras do Juiz Archie Simonson, de cinquenta e dois anos, ao absolver um jovem estuprador de quinze: “Eu estou dizendo às mulheres para pararem de provocar. Quer elas queiram, ou não, são objetos sexuais. E deveríamos por acaso pegar um rapaz impressionável, de quinze ou dezessete anos, e castigá-lo severamente porque reagiu normalmente a esta provocação?

Estranho conceito de normalidade. Reage normalmente o marido que, bêbado, espanca a mulher. reage normalmente o homem que, sabendo-se dono do corpo da amante, lhe proíbe o uso de roupas reveladoras. Reage normalmente o pai que mantém a filha em cárcere privado para que não namore. Reage normalmente o assaltante que, tendo roubado todos os objetos da casa, leva também a mulher. Reage normalmente o irmão que diz para a irmã: cale a boca, a conversa ainda não chegou na cozinha. Reage normalmente o policial que arrasta a prostituta para o camburrão, e louva avirilidade dos usuários. Reage normalmente a sociedade que absolve os Docas, os Michels, os Trevisans, os Márcios, os Robertos, os Erivaldos, os Eduardos, e as centenas de anônimos Joões que, impune e anonimamente, trucidam suas Marias.

Anexo II – Crônica: Mulheres assassinadas

Sim, os homens têm razão quando dizem que a mulher é um corpo morto na sociedade. Morto assassinado, porém. Não morto inoperante. Porque a consciência das mulheres está se fazendo, e as reúne, donas de uma nova força.

Os homens vão continuar nos matando por algum tempo. A sociedade vai continuar nos esmagando por algum tempo. Mas por pouco. Porque nós vamos tornar isso cada vez mais difícil. Até a total impossibilidade.

Bibliografia de Marina Colasanti retirada

<http://www.agenciarriff.com.br/site/AutorCliente/Autor/31>

acrescida de dados atuais

OBRAS

Contos & Crônicas

- Zoológico (147 págs.) – 1975, Imago (direitos revertidos)
- Nada na Manga (183 págs.) - 1975, Nova Fronteira (direitos revertidos)
- Contos de Amor Rasgados (208 págs.) – 1986, 2010, Record
- Eu Sei, mas não Devia (192 págs.) – 1995, Rocco
- O Leopardo é um Animal Delicado (152 págs.) – 1998, Rocco
- Um Espinho de Marfim e outras Histórias (188 págs.) – 1999, L&PM
- A Morada do Ser (128 págs.) – 2004, Record
- Os Últimos Lírios no Estojo de Seda (120 págs.) – 2006, Editora Leitura
- Melhores Crônicas Marina Colasanti – (no prelo), Global
- Marina Colasanti - Crônicas para Jovens (Seleção, Prefácio e Notas Biobibliográficas: Antonieta Cunha) (102 págs.) – 2012, Global
- Hora de Alimentar Serpentes (448 págs.) – 2013, Global.

Não Ficção: Ensaaios, e Artigos.

- Eu Sozinha (150 págs.) – 1968, Record (direitos revertidos)
- A Nova Mulher (204 págs.) – 1980, Nórdica (direitos revertidos)
- Mulher daqui pra frente (197 págs.) – 1981, Nórdica (direitos revertidos)
- E por Falar em Amor (307 págs.) – 1984, 1992, Rocco (direitos revertidos)
- Aqui entre Nós (187 págs.) – 1988, Rocco
- Intimidade Pública (264 págs.) – 1990, Rocco
- Fragatas para Terras Distantes (256 págs.) – 2004, Record.
- Minha Guerra Alheia (286 págs.) – 2010, Record
- Como se fizesse um cavalo (80 págs.) - 2012, Pulo do Gato.

Poesias

- Rota de Colisão (118 págs.) – 1993, Rocco (direitos revertidos).
- Gargantas Abertas (124 págs.) – 1998, Rocco.
- Fino Sangue (130 págs.) – 2005, Record..
- Minha Ilha Maravilha / infantil (40 págs.) - 2007, Ática.
- Poesia em 4 Tempos (45 págs.) – 2008, Global.

- Passageira em Trânsito (123 págs.) – 2009, Record.
- Classificados e nem tanto (102 págs.) – 2010, Record.
- O Nome da Manhã (il. Marina Colasanti) (60 págs.) – 2012, Global.

Novelas

- 23 Histórias de Um Viajante (223 págs.) – 2005, Global.

Citações

- De Mulheres, sobre Tudo (208 págs.) – 1995, Ediouro (direitos revertidos).
- Esse Amor de Todos Nós (232 págs.) – 2000, Rocco.

Infantil & Juvenil & Contos de Fadas

- Será que tem Asas? (16 págs.) – 1989, Quinteto (direitos revertidos).
- Ana Z, aonde vai Você? (88 págs.) – 1993, Ática.
- Longe Como o Meu Querer (136 págs.) – 1997, Ática.
- O Menino que achou uma Estrela (16 págs.) – 1988, 2000, Global.
- Cada Bicho Seu Capricho (16 págs.) – 1992, 2000, Global.
- Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento (96 págs.) – 1982, 2001, Global.
- O Verde Brilha no Poço (16 págs.) – 1986, 2001, Global.
- Um Amor Sem Palavras (16 págs.) – 1995, 2001, Global.
- Penélope manda Lembranças (110 págs.) – 2001, Ática.
- A Casa das Palavras / coleção Para gostar de ler (91 págs.) – 2002, Ática.
- Ofélia, a Ovelha (16 págs.) – 1989, 2003, Global.
- A Moça Tecelã (16 págs.) – 2004, Global.
- Uma Estrada Junto ao Rio (32 págs.) – 1985, 2005, FTD.
- O Homem Que Não Parava de Crescer (42 págs.) – 1995, 2005, Global.
- Uma Ideia Toda Azul (61 págs.) – 1979, 2006, Global.
- A Menina Arco-íris (32 págs.) – 1984, 2001, 2007, Global.
- Minha tia me contou (112 pgs.) – 2007, Melhoramentos.
- O Lobo e o Carneiro no Sonho da Menina (24 págs.) – 1985, 2008, Global.
- Com Certeza tenho Amor (96 págs.) – 2009, Global.
- Do Seu Coração Partido (96 págs.) – 2009, Global.
- Entre a Espada e a Rosa (72 págs.) – 1992, 2010, Melhoramentos.
- A Mão na Massa (48 págs.) – 1990, 2010, Rovellet
- Antes de Virar Gigante e Outras Histórias (il. Marina Colasanti) (104 págs.) – 2010, Ática
- Um Amigo para Sempre (16 págs.) – 1988 (nova edição no prelo), FTD.
- Breve História de um pequeno Amor (48 págs.) / il. Rebeca Luciani – 2013, FTD
- Como uma Carta de Amor (80 págs.) / il. Marina Colasanti – 2014, Global.

Edições estrangeiras

- Alemanha: Minha Guerra Alheia - (no prelo), Weidle Verlag
- América Latina: Un Verde Brilla en el Pozo – 2004, Global.
- América Latina: La Jovem Tejedora – 2005, Global.
- América Latina: Un Amor Sin Palabras – 2005, Global.
- Argentina: Veintitrés historias de un viajero - 2010, Grupo Editorial Norma.
- Argentina: Ruta de Colision - 2004, Ediciones Del Copista.
- Argentina: Un Amigo para Siempre – 2012, CalibroscoPIO
- Colômbia: Fragatas para Tierras Lejanas – 2004, Grupo Editorial Norma.
- Colômbia: El Hombre que No Paraba de Crecer – 2005, Grupo Editorial Norma.
- Colômbia: Lejos como mi querer - 2006, Grupo Editorial Norma.
- Colômbia: Entre la Espada y la Rosa – 2009, Babel Libros
- Colômbia: La Amistad Bate la Cola - 2011, Alfaguara
- Colômbia: Minha Guerra Alheia / Mi Guerra Ajena / trad. Beatriz Peña Trujillo – 2013, Babel Libros
- Colômbia: Breve História de um Pequeno Amor – (no prelo), Richmond
- Cuba: Entre La Espada y la Rosa - 2009, Editorial Gente Nueva (direitos revertidos)
- Cuba: Lejos como mi querer / Longe como o meu querer - (no prelo), Editorial Gente Nueva
- Egito: O Menino que achou uma estrela - (no prelo), Sphinx Agency
- Espanha: Penélope Manda Recuredos – 2004, Anaya (direitos revertidos)
- Espanha: En el Laberinto del Viento (Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento + Uma Idéia Toda Azul) – 2008, Anaya
- Espanha, Catalão: Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento + Uma Idéia Toda Azul – (no prelo) , Anaya
- Espanha, Galego: No Labirinto do Vento (Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento + Uma Idéia Toda Azul) – 2008, Ediciones Xerais
- Espanha: Classificados y no tanto – 2010, El Jinete Azul
- Espanha: Penélope Manda Recuredos – 2004, Anaya (direitos revertidos)
- França: Une Idée Couleur d'azur – 1990, L'Harmattan
- Portugal: Um Espinho de Marfim e Outras Histórias – 2005 Figueirinhas
- Espanha: Cuentos de Amor Rasgados / Contos de Amor Rasgados – 2014, Diego Pun Ediciones.

Prêmios

- O Melhor Para o Jovem, FNLIJ, 1979, por Uma ideia toda azul.
- Grande Prêmio de Crítica, da Associação Paulista de Críticos de Artes, categoria literatura infantil, 1979, por Uma ideia toda azul.
- Altamente Recomendável para Jovens, FNLIJ, 1982, por Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento.

- Altamente Recomendável para Crianças, FNLIJ, 1988, por O menino que achou uma estrela.
 - Altamente Recomendável para Crianças, FNLIJ, 1989, por Ofélia a ovelha.
 - Prêmio Genolino Amado (UBE), Menção Especial, 1992, por Intimidade pública.
 - O Melhor Para o Jovem, FNLIJ, 1993, por Entre a espada e a rosa.
 - Prêmio Jabuti, Câmara Brasileira do Livro, 1993, por Entre a espada e a rosa.
 - Concurso Latinoamericano de Cuentos para Niños (FUNCE/INICEF), prêmio único, Costa Rica, 1994, por La Muerte y el Rei
 - Prêmio Jabuti, Câmara Brasileira do Livro, 1994, por Rota de Colisão.
 - Prêmio Jabuti, Câmara Brasileira do Livro, categoria melhor livro infantil/juvenil, 1994, por Ana Z aonde vai você?
 - O Melhor Para o Jovem, FNLIJ, 1994, por Ana Z aonde vai você?
 - *Prêmio Norma-Fundalectura, Mejor del Año, Banco del Libro*, Venezuela, 1998, por *Lejos Como Mi Querer*
 - Altamente Recomendável para Jovens, FNLIJ, 1998, por Longe Como Meu Querer.
 - Prêmio Jabuti, Câmara Brasileira do Livro, 1997, por Eu Sei, Mas Não Devia
 - Prêmio Origens Lessa - O Melhor para o Jovem, *Hors Concours*, FNLIJ, 2001, por Penélope Manda Lembranças.
 - Prêmio Origens Lessa - O Melhor para o Jovem, *Hors Concours*, FNLIJ, 2002, por A Casa das Palavras.
 - Monteiro Lobato - Melhor Tradução Criança, *Hors Concours*, FNLIJ, 2002, por As Aventuras de Pinóquio
 - IBBY Honour List – Tradução, 2004, por As Aventuras de Pinóquio.
 - Prêmio Odylo Costa Filho - O Melhor Livro de Poesia, *Hors Concours*, FNLIJ, , 2008, por Minha Ilha Maravilha.
 - Prêmio Alphonsus de Guimarães – Poesia, 2009, por Passageira em Trânsito.
 - Prêmio O Melhor Para o Jovem, *Hors Concours*, FNLIJ, 2010, por Com Certeza tenho Amor.
 - Prêmio Jabuti, CBL, 2010, Categoria Poesia, por “Passageira em Transito”.
 - Prêmio Jabuti, CBL, 2011, Categoria Juvenil, por “Antes de Virar Gigante”.
 - Prêmio Jabuti, CBL, 2014, Categoria Infantil, por “Breve história de um pequeno amor”.

Direitos Revertidos

- A Amizade Abana o Rabo (48 págs.) – 2002.